



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Enviado Superior - Países.

	DISTRIBUIÇÃO
A Universidade Latino Americana (tradução)	
Atcom.	
	<p>Arg. P. 1 Par 1</p>

A UNIVERSIDADE LATINO-AMERICANA

Chave para abordar integralmente o problema do desenvolvimento social, econômico e educacional da América Latina.

1. **Introdução.** A América Latina está decidida a industrializar-se. Nada deterá o processo, mas muito pode sair errado quando um continente tateia às cegas, procurando novos mecanismos capazes de permitir que uma população dividida, composta por 200 milhões de indivíduos, transforme uma sociedade tradicional, não muito uniforme, numa comunidade moderna de crescimento econômico dinâmico.

Há poucos anos ainda tínhamos diante de nós uma aglomeração de unidades sociais separadas, presas a uma balança econômica estática com baixos níveis, tanto de produção como de consumo. Durante os últimos 15 anos, contudo, esse quadro foi modificado. Agora nos deparamos com um continente reivindicante, agitado e ambicioso, onde encontramos sociedades de diferentes níveis de desenvolvimento, unidas apenas pela herança e muito distantes de um equilíbrio mais avançado.

Esse quadro de modificação efervescente e acidental, longe de permitir às massas a satisfação de suas exigências por uma vida material melhor, está na realidade contribuindo intensamente para um crescente sentimento de frustração e impaciência que, deixado ao léu, só pode conduzir ao maior desequilíbrio.

O fato estatístico dominante do continente é que 50% de sua população, de cerca de 100 milhões de indivíduos, não recebe educação de espécie alguma. Essas massas estão condenadas até o final de seus dias, não apenas ao analfabetismo, mas também à total exclusão do ciclo de produção-consumo da sociedade contemporânea. Pouco mais de 1% da população total termina algum tipo de curso secundário e apenas 2 pessoas entre mil alcançam os portões da universidade.

É óbvio que nenhuma sociedade pode progredir sob tais circunstâncias e as cifras acima falam com mais eloquência sobre a causa real do subdesenvolvimento do que tudo o que já foi dito, estudado, analisado ou escrito durante a década passada. Essa situação, por si calamitosa, piora em vez de melhorar e a cada dia que passa perdemos mais terreno para a explosão demográfica.

Assim, estamos testemunhando não um processo de emancipação econômica ou verdadeiro crescimento material, mas um fenômeno de aceleração da dissolução social. Hoje em dia, em quase toda parte da América-Latina, a curva de organização é violentamente impulsionada para baixo. Falta de visão, falta de planejamento unificado ou de ideais dinâmicos construtivos se reforçam para criar intensa fôrça negativa. Se permitirmos que essa fôrça siga o seu curso, terminará em colapso total e não na organização desejada, mais complexa e melhor; terminará em decomposição social e não no lucrativo crescimento sócio-econômico ambicionado.

Até hoje os economistas fizeram todo o planejamento, mas por mais corajosos que fossem seus objetivos ou louváveis suas intenções, suas ações foram sempre desviadas. Suas invasões unilaterais no corpo social só podiam criar mais problemas do que resolvê-los. Infelizmente, até aqui não houve um planejamento político, sociológico, filosófico e educacional paralelo para promover o progresso - nem houve pelo menos modificação coordenada com outras facetas da ordem social que não tenham ligação direta com o puro planejamento econômico, mas que muito o influenciam, afetando também decisivamente o desenvolvimento total da sociedade em geral.

Toda sociedade se baseia na trindade de suas crenças, instituições, e meios de produção. Crenças significam aqui o conjunto de valores metafísicos, religiosos e filosóficos. Instituições surgem aqui sob a forma de leis, tradições e organizações para dirigir as relações sociais e pessoais. Os meios de produção, sob o aspecto de uma economia social baseada em um ou outro tipo de produção material e rendimento para financiar o desenvolvimento, ou apenas para garantir a sobrevivência.

Falando de modo geral, podemos dizer com segurança que o planejamento econômico - e quase toda assistência técnica baseada nele - foi dirigido apenas para os meios sociais de produção. A assistência técnica, na maioria de suas formas, evita envolver-se em modificações sociais. Embora dificilmente possa deixar de causar algumas dessas modificações, prefere voltar-se para outro lado quando surgem mudanças dessa natureza. Tal processo não reconhece o sério dano que causa porque longe de impedir modificações institucionais, e menos ainda produzi-las de modo planejado e ordenado, como necessário, permite que ocorram ao acaso.

Como é óbvio, grande é o dano real ocasionado pelo fato de permitirmos que novas instituições apareçam ao acaso, em rápida / sucessão, e em resposta a intervenções arbitrárias e desconexas, nos meios de produção de uma sociedade. Surge daí sério desequilíbrio que enfraquece o corpo social até ao ponto em que a mais leve tensão adicional pode produzir facilmente um colapso total, que deveria ser sustado em primeiro lugar, ainda que a alto preço.

O maior tabu é o de que não nos devemos envolver com crenças porque, por definição, elas são intocáveis, eternas ou, pelo menos, assunto que concerne aos demais. Tudo isso provém da presunção errônea de que uma sociedade se compõe de partes desconexas, qualquer das quais pode ser modificada impunemente ou sem sérias consequências para as outras partes. Cortar o braço de alguém pode não lhe causar a morte, mas poucos negarão que uma amputação produz profundas alterações no corpo total.

Ao mesmo tempo, os proponentes e praticantes desta linha de ação estão ingenuamente convictos de que a soma total de suas interferências desconexas e não dinâmicas nos meios de produção, por mágica ou por algum milagre conduzirá a modificações análogas ou correspondentes dos valores e das instituições, havendo como resultado total um equilíbrio social integral, em nível novo e mais avançado. Tal crença é quase idêntica a de Papai Noel, porém as consequências são mais sérias. É realmente ingenuidade acreditar que o planejamento econômico positivo (presumindo sempre que ele seja positivo) conduzirá automaticamente a resultados totais também positivos, quando todas as outras facetas da mesma ordem social, ou pelos menos a maioria delas, está sujeita a forças negativas. Isso parece determinismo econômico, cuja validade na melhor das hipóteses está longe de ser provada. Pondo de lado as considerações teóricas, os fatos falam por si.

O que adianta planejar "economicamente" um fundidor de estanho em determinado lugar, quando considerações políticas, não econômicas e intensamente negativas, exigem que seja construído em outro local? O que adianta planejar economicamente uma fábrica de cimento aqui ou uma fábrica de sapatos ali, sem levar em consideração os operários, engenheiros ou administradores que eventualmente deverão trabalhar na fábrica e mantê-la? O que adianta uma curva de lucros mínimos, de despesas gerais ou amortização, quando o mal preparado fator humano poderá transformar e transformará

num emaranhado os melhores planos econômicos, dentro de meses, nem sequer de anos. Até que ponto poderá um continente realmente progredir, quando o pensamento econômico se preocupa principalmente com a importação de máquinas, saber e técnicos sem um plano educacional concomitante para produzir ou aperfeiçoar recursos humanos locais?

Os melhores planos são inúteis sem pessoas. O desenvolvimento desse continente depende primeiramente e acima de tudo do desenvolvimento de seu próprio povo. É o fator humano local e não o importado que no final deve não apenas manter as idéias e máquinas importadas, mas também inovar, inventar e descobrir outras construtivamente, especialmente destinadas à satisfação das necessidades e condições locais. É somente então que um povo, uma sociedade e uma nação se torna realmente livre, realmente independente. Só pode haver exportação de novas invenções depois de atingida e consolidada essa fase. Até aqui, porém, esse fator inegavelmente crucial foi omitido inteiramente de nosso planejamento para o desenvolvimento sócio-econômico.

Durante dez anos seguimos um rumo cujos resultados agora nos atingem. Se não estamos satisfeitos, seria melhor mudarmos de curso, em vez de jogarmos mais dinheiro no antigo rumo. É aqui que a estrutura se torna importante e nossa atenção a ela indispensável. Somente quando mudar a estrutura, será justificável a disponibilidade e uso de somas realmente grandes, porque então é mais provável que o sucesso eo progresso realmente ocorram.

Necessitamos de uma filosofia de planejamento sócio-econômico e assistência técnica baseada no reconhecimento de que o equilíbrio social é indivisível, havendo firmes conexões entre / crenças, instituições e produção. Assim, as estruturas institucionais devem constituir legítima preocupação de todos os que planejam, tanto do que dá como do que recebe assistência. O objetivo comum de um plano integral deve ser um novo equilíbrio em nível mais avançado, pois tudo o mais será apenas trabalho desconexo e acidental que, em vez de impedir o desastre, provavelmente o apressará.

Lidando com modificações institucionais planejadas e coordenadas podemos predizer alterações correspondentes na produção e nas crenças. Cada fase, portanto, deve seguir-se à precedente de maneira ordenada, de acordo com um prazo e com assistência econômica disponível no tempo e lugar adequado. O ritmo, no caso, é um fator importante. Podemos comparar o processo ao ato de empacotarmos algo, e não a um pudim do qual podemos tirar algumas

ameixas ao acaso. Um plano de desenvolvimento é uno e indivisível, embora possa ser ajustado ao nível desejado ou determinado / pela solvência financeira.

Os problemas que enfrentamos hoje são causados pelo trabalho sem unidade de ontem. Desviamos-nos do caminho certo durante tanto tempo e agimos com tanta inépcia que falsas expectativas, impossíveis de serem satisfeitas, transformaram-se em ressentimento. Agora o desejo coletivo sobrepuja excessivamente a solvência, o que significa que o preço das extravagâncias passadas será muito elevado no futuro imediato. A cada hora que passa o preço sobe, porém ainda nos falta muito para abordarmos, de forma unificada, um plano coordenado para o desenvolvimento social, econômico e intelectual deste continente.

Minha primeira alegação básica é a de que nosso sucesso final depende apenas desse modo unificado de tratar o problema. Sem isso, nossos esforços, investimentos e projetos isolados terão sido em vão, ainda que agora injetássemos enormes recursos financeiros em todo o sistema. Sem a criação de um plano de desenvolvimento global, coordenado e dinâmico, este continente se moverá rapidamente em direção à decomposição e ao caos coletivo. É o que deve e ainda pode ser impedido, desde que tenhamos a coragem e imaginação para romper com o passado e criar o futuro.

II - EDUCAÇÃO

A. Geral

Minha segunda alegação básica é: o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade é função direta de seu desenvolvimento educacional.

Para aqueles que estão condicionados a termos estatísticos e conceitos econômicos, o trabalho de economistas como Theodore W. Schultz, da Universidade de Chicago, contribui muito para dar substância ao postulado acima. Não existe motivo lógico para continuarmos a presumir que apenas uma sociedade rica tem recursos para propiciar um sistema educacional de primeira ordem. São principalmente as sociedades menos favorecidas, menos desenvolvidas, menos adiantadas técnica e industrialmente, as sociedades tradicionais com baixo nível de equilíbrio econômico, que têm maior neces-

sidade de grandes investimentos em educação.

Em vez de esperar que o bem estar material permita o "luxo" de um sistema educacional adequado - uma espécie de produto derivado da maturidade econômica - a sociedade menos desenvolvida deve investir primeiro e principalmente em sua educação, a fim de permitir que o fator humano realize o resto. Com investimento adequado a assistência externa, o bem estar material seguirá o crescimento educacional e a aplicação de novas idéias nos mecanismos produtivos da sociedade.

A história recente do mundo mostrou ser essa a verdade, tanto no caso dos Estados Unidos como da Rússia. Segundo o que sabemos da China Vermelha e do que ocorre do Egito a Cuba, parece que outros países também adotam plenamente essa premissa, dando grande prioridade à educação em todos os níveis, dentro do planejamento geral do estado.

Por que a América Latina não considera esse fator como elemento essencial para a solução de seus problemas? Por que um continente de tantos milhões de habitantes age como se a educação / fosse um luxo, para o qual a atenção deve ser voltada algum dia, mas somente após o desenvolvimento de suas economias, suas fábricas e instalações hidro-elétricas? É provável que neste ritmo / tais objetivos jamais sejam atingidos - a não ser que ou até que a educação tenha a primeira e máxima prioridade na hierarquia dos valores de desenvolvimento.

Se realmente desejamos agir construtivamente, estabelecendo a diferença entre fracasso e sucesso, temos de elaborar imediatamente um plano educacional integral que abranja o continente. Por sua vez, temos de coordená-lo com os programas existentes no campo econômico e social, para assegurar o progresso real.

Para conseguir abordar de modo coordenado o planejamento social da América Latina, um grupo de cientistas sociais, cuidadosamente escolhido e suficientemente independente, poderia apresentar num período relativamente curto as premissas sociológicas, antropológicas e etnológicas, baseadas nas quais um Programa de Desenvolvimento integral poderia prosseguir dentro de uma única estrutura uniforme em direção a objetivos comuns.

Para conseguir abordar de modo coordenado o planejamento educacional da América Latina, será necessário nada menos do que a

imediate criação de uma ECLA educacional, ligada no topo à ECLA econômica e baseada em geral nas recomendações do Seminário de Washington, em 1958.

B. Primária

Lógicamente seria ótimo começarmos do princípio, isto é, do primário, construindo vagarosamente e com segurança novo e moderado no sistema educacional. Mas não vivemos num vácuo e não estamos lidando com uma experiência de laboratório que possa ser logicamente montada e ritmada às necessidades de uma situação idealmente controlada. Somos obrigados a lidar com a humanidade viva, inquieta, multiplicativa que cresce sem cessar em número, fome e exigências, a cada segundo que passa.

Não há tempo para principiar com a escola elementar primitiva e acompanhar as novas gerações ano após ano, nível após nível, para alcançar melhores resultados dentro de 20 ou mais anos. Tal concepção pura e organizada do potencial social contém a primeira presunção errônea dos que elaboram programas baseados apenas na teoria. Em segundo lugar, temos de defrontar-nos com a carência de professores primários que não podem cair do céu, da noite para o dia. A esse respeito, reafirmamos que os programas de formação do professor, já em andamento, estão muito abaixo das exigências atuais e futuras.

Em terceiro lugar, infelizmente, os planejadores não consideraram uma realidade básica que abrange todo o continente - os professores formados raramente retornam ou vão ensinar nas comunidades rurais isoladas para as quais se destinam ou foram preparados. Devido ao índice educacional terrivelmente baixo da sociedade em geral, sua formação especial, seu saber apenas levemente superior, já os qualifica para uma variedade de outros empregos melhor remunerados, que não lhes desagrade procurar ou aceitar quando oferecidos.

A corrida para preencher o vácuo da procura afasta-os sempre da escolinha primitiva, deixando a escola primária na mesma situação em que estivera antes da concretização dos muitos e dispendiosos programas de formação. Ainda que algumas escolas estejam em melhores condições hoje, se encararmos a questão sob o ponto de vista do crescimento da população em progressão geométrica,

esse investimento de dinheiro, tempo e esforço em tão poucos, que fazem muito pouco, não é justificado.

A assistência bilateral da US e UNESCO escolheram há anos esse caminho. Pelo que conheço da América Latina, estou convencido de que esses esforços nobres e às vezes heróicos pouco afetaram o quadro educacional, pois na realidade estão tentando apagar água com peneiras. Há contra eles o tempo, e o custo é proibitivo.

A escolinha elementar primitiva funcionou bem nos Estados Unidos porque houve décadas para desenvolvê-la e meios para financiá-la sem auxílio externo. Além do mais, foi bem sucedida / principalmente devido ao espírito de pioneirismo do colonizador norte-americano, através da característica forma cultural denominada de "community self-help", "grass roots" ou "bootstrap" (N.do tradutor: atitude de independência da comunidade e de auxílio / mútuo entre seus membros). Mais do que um fenômeno sociológico, essa é a "atitude" característica da sociedade norte-americana. Tentar exportá-la obrigatoriamente é ignorar as realidades sociológicas no resto do mundo e certamente aquelas existentes na América-Latina.

Aqui, desde os dias coloniais, tudo se decidia em Lisboa ou Madri e esse hábito foi transferido para as capitais locais, após as guerras de independência contra o jugo ibérico. Seja em Lisboa ou no Rio, porém, em Madri ou em Lima, quando uma estrada local necessita de reparos ou quando uma escola precisa de um prédio, os superiores sentam-se para escrever uma carta ao governo em vez de levantar-se para resolver o problema no local. Ainda assim, planos baseados no espírito de independência e auto-auxílio inexistente na comunidade são arbitrariamente concebidos e levados às autoridades. Em consequência, os resultados estão constantemente abaixo da expectativa.

Além do mais, devemos considerar a imensa quantia necessária para desenvolver uma educação inteiramente nova e realmente adequada, de baixo ao topo. A criação de um sistema educacional excelente e moderno para acompanhar as futuras gerações, do nível primário ao secundário, e de lá às instituições mais elevadas exigiria quantia imensa, que ninguém possui atualmente.

Na realidade, este é um processo para 20 anos que, no final, deve encontrar recursos financeiros dentro da comunidade e

não depender de uma fonte externa. Fazer com que a assistência técnica e financeira desempenhe a função de agente catalítico para romper o atual círculo vicioso, montar o mecanismo e pôr o novo processo em funcionamento é algo caro e difícil, mas possível. Esperar, porém, o pagamento total das despesas é algo muito diferente, que ninguém pode fazer, nem deve ser tentado.

A aplicação rigorosa e lógica do conceito de que o que está em primeiro lugar deve vir primeiro e de que, portanto, devemos começar pelo primário, implica tacitamente no pagamento da despesa total. O continente, contudo, não possui os meios, o saber, os professores ou a iniciativa para impulsionar sozinho tão vasto programa - ainda que a assistência técnica fornecesse as premissas e ainda que dispuséssemos do tempo necessário.

1. Recomendação:

O que dissemos anteriormente não deve ser interpretado como defesa do cancelamento completo dos projetos existentes para a educação primária e/ou secundária. A atual análise pretendeu apenas demonstrar que os fundamentos filosóficos em que se baseiam os atuais programas de ação são, na melhor das hipóteses, duvidosos, e na pior, impossíveis de serem concretizados. Afinal os fatos falam por si e devemos ter coragem para analisar objetivamente tanto a teoria como a prática, a fim de alcançarmos o que decidimos realizar.

Os recursos que atualmente se destinam ao aperfeiçoamento da educação primária não devem ser desviados para outros programas de assistência. Terão que sofrer aumento substancial, mas somente após serem reinvertidos no mesmo campo, com outros objetivos mais realistas e mais úteis socialmente, baseados em novo conceito filosófico daquilo que seria bom existir em matéria de educação, neste hemisfério.

Para esclarecer, damos um exemplo do que poderia ser alcançado com trabalho árduo e fundos razoáveis: treinamento (em larga escala, a curto prazo, no local, em serviço) de professores / primários rurais já existentes. Numerosos grupos móveis de educadores dedicados poderiam transmitir simultaneamente pequenos acréscimos anuais de saber útil e técnicas a grupos de professores no setor.

Embora esse processo acarrete despesas, seu custo não é

proibitivo. Apesar de representar trabalho árduo para todos e os resultados a princípio apareçam lentamente, no final tal programa seria mais eficaz do que o preparo extenso de poucos selecionados, que seriam mandados, por um ano ou mais, para escolas normais distantes e de onde geralmente não retornam para seus postos primitivos. Esses poucos, quando retirados de seu ambiente e depois de terem preparo levemente melhor do que os outros, tornam-se menos aptos para o retorno e mais dispostos a abandonar o ensino por ocupações mais lucrativas em alguma área urbana. O custo, portanto, desses cursos seletos não só é invariavelmente elevado, mas também há pesadas perdas em sua estrutura, em virtude dos indivíduos que se afastam da profissão.

Se todos os professores, porém, receberem ao mesmo tempo acréscimos aproximadamente iguais de novos conhecimentos, no mesmo lugar onde vivem, há maiores possibilidades de que aí permaneçam e de que os benefícios de seu treinamento sejam distribuídos em base muito mais ampla. Não haveria motivação para as migrações em massa e quase todo centavo gasto no aperfeiçoamento coletivo alcançaria o objetivo individual pretendido.

Embora a maioria dos países possa obter fundos adicionais através de melhores sistemas de impostos e de melhor aproveitamento da receita, de modo geral os salários dos professores, porque são muito numerosos, não podem melhorar substancialmente até que a economia nacional desenvolvida em geral, possa pagá-los. Há, contudo, outras atrações menos caras a serem oferecidas aos professores primários nas zonas rurais, a fim de que permaneçam nelas. Permitamos que os sociólogos recomendem alguns títulos honoríficos, relativamente pouco dispendiosos, que poderiam ser incorporados através de um programa coordenado de preparo e alicia-mento de professores.

Esses pensamentos foram expressos para acentuar a necessidade de nos desviarmos, em caráter de emergência, do adestramento especial de professores em escolas para isso destinadas, sem menosprezarmos a importância de Escolas Normais maiores e melhores no processo ordenado do desenvolvimento educacional. Essa recomendação defende nova orientação de objetivos, mais de acordo com as atuais necessidades de emergência e também indica nossa obrigação de idealizar métodos novos e mais adequados para a solução sólida dos problemas educacionais realmente urgentes.

C. Secundária

A educação secundária encontra-se em apuros no mundo inteiro, embora os motivos variem em cada área ou nação. Essencialmente devido à mudança numérica, pois a educação passou da elite às massas, transformou-se numa crise mundial de primeira importância, porque não conseguimos criar nova filosofia ou aplicar mudanças apreciáveis a nossos métodos.

A sociedade ainda vive com seus sistemas clássicos de educação primária e secundária. Até mesmo nossas universidades são estruturalmente instituições ainda medievais. Com algumas exceções, em matéria de instituições, nada inventamos de novo durante os últimos mil anos, em educação. Essa é uma triste confissão diante de nossa perfeição tecnológica, capaz de criar a exploração espacial, mas incapaz de descobrir melhores meios de instrução para uma população global de bilhões que aumenta rapidamente. As máquinas de ensino trarão possivelmente uma nova solução, mas ainda estão longe de ser uma realidade positiva e seu valor intrínseco ainda não foi provado.

De qualquer modo, é improvável que esse problema universal agudo encontre solução adequada na América Latina, nessa época. Para todos os fins práticos, portanto, a evolução e o desenvolvimento da educação secundária nesta parte do mundo tem que depender da melhoria de seus professores que, por tradição local e por definição, devem provir das fileiras universitárias. Este fato por si demonstra porque o aperfeiçoamento do nível secundário depende diretamente de uma educação universitária melhorada e mais ampla. Essa é uma razão a mais, entre muitas outras, a indicar porque é de máxima importância considerar a educação superior um fator genuíno e decisivo para o desenvolvimento total da Sociedade Latino-Americana.

D. Superior

A educação superior é o ponto crucial para o desenvolvimento da América Latina - essa é a terceira alegação básica que pretendo provar nesta análise.

O princípio da modificação estrutural planejada e coordenada aplica-se a todas as instituições, organizações ou crenças. Pelo menos teoricamente poderíamos invadir o corpo social em quase

todos os pontos, desde que o princípio da interconexão e interdependência fôsse mantido com as modificações procuradas ou elaboradas. Na prática, contudo, seria mais eficiente começarmos com a educação, pois essa situa-se na base do problema, onde quer que ele surja.

O microcosmo da universidade reflete fielmente o macrocosmo da sociedade em geral. A universidade, portanto, é o ponto de partida melhor e mais econômico para qualquer modificação social. Além do mais, a modificação genérica é mais eficiente e mais lógica do que a fragmentária. Muito depende do ponto de intrusão no corpo social - ponto êsse que deve permitir que a alteração eficaz possa expandir-se uniformemente em tôdas as direções e em todos os níveis do grupo social. Na minha opinião, podemos com segurança julgar a universidade o ponto de partida ideal, se a considerarmos um gene social.

Vamos presumir que a universidade é para o corpo social o que o sistema genético é para um organismo vivo. Controla a transmissão de características de geração a geração, Conserva devidamente as experiências passadas, com a intenção de eliminar apenas as idéias mais inúteis ou ultrapassadas. Igualmente, encara com suspeita os novos conceitos, até provarem seu valor sem possibilidade de dúvida. Neste ponto, a universidade opõe quase tanta resistência à modificação, como o gene à mutação. Contudo, uma vez aceito e absorvido nôvo critério será prontamente transmitido às gerações futuras juntamente com o restante, o passado, o provado.

Se conseguirmos acarretar, na Universidade, mutações controladas dentro das linhas desejadas, o provável é que, no devido tempo, sejam transmitidas harmônica e ordenadamente a tôdas as instituições sociais e a todos os meios corporativos de produção, sem entrar em choque com o corpo de crenças estabelecido. Teremos então realizado aquilo que pretendêramos, sem violência e com a verdadeira intenção de auxiliar os outros.

Sociologicamente, a Universidade Latino Americana é um estreito através do qual se filtra uma elite, ou para descer e ensinar nas escolas secundárias, ou para subir e governar. Social, econômica e politicamente é um portão para o paraíso, pois somente o possuidor de um diploma universitário pode aspirar à posição, prosperidade e poder.

Devido à natureza ainda essencialmente feudal de todas as relações interpessoais, a clã de detentores de diplomas universitários domina todas as fases significativas da vida social. Se acrescentarmos a isso o fato de que apenas 4 entre 10.000 latino-americanos obtém um diploma, saberemos imediatamente porque temos de dispensar a máxima atenção à instituição social chamada / Universidade.

III - A Universidade

A. Histórico

Quaisquer generalizações indevidas sobre a América Latina podem conduzir a conclusões profundamente errôneas. Embora as 20 nações díspares tivessem no passado uma herança cultural comum e influências sócio-políticas bastante semelhantes, hoje em dia cada uma das partes componentes, ao tentar resolver seus problemas atuais, emprega métodos muito variados quanto à perfeição e eficácia. Por isso, apesar de ser sempre perigoso generalizar, pouco há neste continente que possa ser reunido com segurança.

Há, porém, um campo onde é admissível, e até mesmo lógico, prosseguir na presunção de que suas características básicas são comuns a todas essas nações. Não é uma coincidência ser esse campo justamente a educação superior. A Universidade Latino-Americana, graças à sua natural resistência à modificação, é realmente a instituição social remanescente mais conservadora. Tem suas raízes ainda presas a um passado já superado em outros campos. Como esse foi um passado de origens sociais comuns e movimentos históricos paralelos, deixou e ainda conserva sua marca em toda a estrutura universitária.

Até épocas não muito distantes, essa estrutura foi muito / útil à sua sociedade, mas agora que essa se modifica, a antiga estrutura é inadequada, tanto do ponto de vista da suficiência como da amplitude. Cada época tem seus valores próprios, suas necessidades características e instituições correspondentes. Naturalmente, certos elementos se transpõem para outras épocas, mas a sobrevivência de instituições inadaptáveis numa área crítica, pode destruir toda a ordem social, pois a vida é um processo e todo processo implica em modificação, morrendo todos aqueles que não a aceitam.

1. Origem:

Històricamente, as escolas profissionais Latino-Americanas recuam até o século 17 e 18. Fundadas em épocas coloniais, a maioria delas por jesuitas, eram escolas isoladas e independentes, destinadas ao preparo profissional principalmente no campo da lei e da medicina. Seu estilo de desenvolvimento compreendia a incorporação de três ou mais dessas escolas sob a denominação geral de "Universidade". Assim cresceram as Universidades Pontifícias espelhando as necessidades e servindo às finalidades da sociedade colonial. As Universidades Estatais dos séculos 19 e 20 identificaram-se com os objetivos e reivindicações das Repúblicas Estatais em que operavam e às quais entregavam seus frutos. A era pós-colonial republicana foi uma época de administradores enérgicos e oligarquias de famílias, em economias baseadas principalmente num único produto. Essas raízes sociais, econômicas e políticas comuns não poderiam deixar de produzir instituições educacionais com estruturas, métodos e objetivos quase idênticos. Além do mais, em matéria de educação, a América-Latina em geral recebeu a estrutura universitária medieval através da Espanha e Portugal, provindo do Código de Napoleão o conteúdo e a forma dessa estrutura. É, portanto, essa semelhança que nos permitirá tirar conclusões de um grande número de fatos aparentemente desconexos, que se tornam válidos para uma variedade de organizações superiores e distintas. Mesmo assim, não devemos esquecer o que é óbvio - as mais válidas generalizações não impedem as exceções substanciais e até mesmo essenciais à regra geral.

Embora na maioria dos casos os jesuitas fossem expulsos, escolas isoladas fossem incorporadas e a iniciativa da Igreja cedesse lugar ao controle estatal, cada uma dessas fases ainda existe atualmente - são fósseis remanescentes de séculos passados. Ainda encontramos entre nós a escola profissional isolada, independente e desligada das demais; as Universidades Pontifícias ao lado de Universidades Católicas que, estruturalmente, são mais semelhantes àquelas controladas pelo Estado, assim como uma variedade de iniciativas de Jesuítas, Salcianos, Dominicanos, Franciscanos e até mesmo alguns empreendimentos de Protestantes.

Sòmente no final da 2ª Guerra Mundial, soou o alarme geral para que houvesse modificações na estrutura sócio-política da América Latina. Hoje, as ditaduras estão desaparecendo rapidamente,

sendo substituídas em toda parte por Democracias populares. Passaram-se apenas 15 anos desde o início deste processo e as universidades, portanto, se ainda não tiveram tempo para recuperarem o ânimo, muito menos o tiveram para se adaptarem a essa nova tendência. Mesmo assim, não há dúvida de que modificações análogas tem que ser efetuadas na universidade para apoiar, promover, desenvolver e servir às novas forças sociais que surgem.

A recente história da América Latina demonstra-nos como é difícil conseguir isso. Assim como a estrutura da Universidade Pontifical Colonial deixou de identificar-se com as aspirações revolucionárias do século passado, que levaram as Américas a se tornarem independentes dos Poderes Ibéricos, os objetivos gerais da atual Universidade do Estado dificilmente podem ser considerados adaptados à atual explosão sócio-econômica. Contudo, o atual impulso para a independência econômica, a industrialização e a satisfação das exigências, em espiral, do consumidor impõe à sociedade sérias obrigações que só poderão ser enfrentadas através de modificações radicais da estrutura.

A realidade sócio-política de hoje, transposta para a Educação, implica na transição da educação de uma elite para a educação das massas.

A realidade tecnológica de hoje, transposta para a educação, implica na transformação de instituições puramente acadêmicas em cidadelas de pesquisas científicas atualizadas. A realidade econômica atual, deslocada para a educação, implica na transmutação de torres de marfim em organizações dinâmicas úteis à comunidade.

A preocupação até aqui exclusivamente com o preparo profissional, tem que ceder diante da necessidade de uma ampla diversificação do produto universitário. Somente a introdução extensiva da Educação Geral na Universidade Latino-Americana pode estar à altura dessa tarefa gigantesca. As necessidades de hoje e, principalmente, as de amanhã, exigem grande número de cidadãos bem educados, mais do que um punhado de profissionais, nem sempre bem preparados.

2. Títulos:

A fase colonial da história Latino-Americana deixou fortes influências na consciência de todos, em relação ao valor de um título. Originários da Península Ibérica, títulos de nobreza uni

am-se a extensas concessões de terras concedidas pelos reis de Portugal ou Espanha. Essa situação foi reforçada no Brasil, durante o período do Império, por uma aristocracia autóctone com títulos de nobreza; identificavam-se os títulos com o poder financeiro. A classe proprietária de terras acumulava riqueza com o cultivo de um único produto, como a cana de açúcar, o café, o cacau ou milho e, mais tarde, cereal ou gado. Além da administração das minas de ouro e prata, que permanecia nas mãos de representantes do rei, a plantação era a única fonte de grande riqueza. Havia, portanto, a tradição de um monopólio econômico nas mãos de algumas famílias privilegiadas, simbolizado por seu título.

Em seguida houve a modificação social, a abolição formal de títulos e a atenuação de monopólios, principalmente através do comércio. A estrutura social propriamente dita, entretanto, não se modificou com as Guerras de Independência, nem com o passar do século. Até mesmo os monopólios permaneceram, embora com base mais ampliada, alcançando agora toda a nação. As relações entre senhor e escravo, nobre e vassalo continuaram, qualquer que fosse a estrutura legal do Estado. Assim, o título ainda era um símbolo, e ainda era importante para a sobrevivência de muitos nas mãos de alguns.

Somente neste século houve um princípio de modificação social que atingiu a base da estrutura. Era muito frequente a decadência de uma família, quando não podia mais controlar um monopólio, ou quando sua economia baseada num produto único declinava. Outras, entretanto, conseguiam uma transição: despojadas de seus títulos e vendo a decrescente importância de suas colheitas, conseguiam com sucesso acompanhar a mudança da plantação à cidade, da agricultura à indústria.

Onde quer que surgisse, a indústria era provocada e financiada pelos resultados decrescentes de uma economia agrícola em declínio. Também transferia padrões culturais essenciais da fazenda para a cidade, da passada economia rural para a indústria paternalista ou para o empreendimento comercial. Nessa mudança social encontramos os elementos essenciais da classe média Latino-Americana, e sob essa luz deve ser examinada, analisada e compreendida a cultura cidadina da América-Latina.

A maioria dos proprietários de terra, contudo, não conseguiu realizar essa transição com sucesso. Alguns jamais conseguiram libertar-se da plantação - arruinaram-se com ela. Outros se transferiram para a cidade sem levar sua riqueza, deixando as vastas extensões de terra produzindo apenas uma simples fração do que outro

ra fôra considerável rendimento. Em muitos casos, as famílias au-
mentaram, enquanto o rendimento permanecia o mesmo ou diminuía.

Assim, famílias primitivamente em boa situação viram-se des-
pojadas da terra; continuavam com muita tradição, mas com pouquís-
simo dinheiro para apoiá-la. Essa condição de pobreza em que se
encontraram as famílias distintas (semelhante ao ocorrido no sul /
dos Estados Unidos no final do século) conduziu à procura de no-
vos meios e novas formas para satisfazer emoções reprimidas e man-
ter o prestígio até mesmo na nova cultura da cidade. O veículo /
que descobriram para isso foi a Universidade.

Ainda tinham as relações, o conhecimento e algum recurso pa-
ra reivindicarem e conseguirem educação superior. Através da uni-
versidade, através das escolas profissionais e dos diplomas pro-
fissionais, adquiriam um novo título em substituição do antigo. O
direito a uma profissão e o seu exercício também eram uma garanti-
a de renda, mas essa consideração era de menor importância. O di-
ploma profissional tanto servia de ponto de partida para tôdas as
posições superiores do serviço civil, como de obstáculo para fa-
zer essa mesma oportunidade a todos os não detentores de tal tí-
tulo. Estabeleceu-se assim nova oligarquia baseada num diploma
universitário.

Através da substituição fortuita de um título por outro, de-
senvolveu-se novo instrumento para manter prestígio e influência
na ordem social. Não houve conspiração que conscientemente visas-
se a esse fim, tudo aconteceu por acaso. Na consciência coletiva
de tôdas as sociedades, entretanto, surgiu um acôrdo tácito para
manter o status quo e opôr-se a toda modificação que pudesse pôr
em perigo os privilégios reais ou imaginários dessa oligarquia com
títulos acadêmicos.

Embora o "título" não seja certamente o único requisito pa-
ra o alcance do poder, é sempre uma condição prévia muito necessá-
ria. Só esse fato serve para explicar muito da psicologia do es-
tudante latino-americano e da importância que ele dá à obtenção de
um "documento". Não tem interesse pela aprendizagem genuína, enca-
rando a universidade como um curso de cinco a sete anos (excluin-
do-se as repetições) que constitui um obstáculo colocado pela so-
ciedade entre ele e seu título. Quando se torna "doutor" - especi-
almente se tem a sorte de ser "doutor em Medicina" - transforma -
se em Conde ou Barão na nova ordem social. Não importa o fato de

conhecer ou não a Medicina, o que de modo análogo sucedia com o barão medieval. Além do mais, muitos desses médicos formados já mais exercerão a profissão e aqueles que o fizerem terão de aprender com a prática ou aperfeiçoar-se no estrangeiro.

Encontramos aqui uma falha básica em todo o sistema da educação superior. Há decisiva disparidade entre o grau ou título recebido e os conhecimentos úteis adquiridos, os quais deveriam corresponder ao primeiro, pelo menos teoricamente. Neste ponto encontramos também uma disparidade quase crônica e certamente prejudicial entre a carreira estudada e as atividades subsequentes a que se dedica o possuidor do título universitário. O processo de preparar essa oligarquia e dar-lhe o direito de exercer privilégios díspares, diretamente a expensas do Estado, é excessivamente / insensato, caro e, além do mais, consome tempo.

Não é necessário dizer que há exceções dignas e válidas, que aumentam rapidamente em quantidade e qualidade. Esses casos, contudo, em geral são a exceção e não a regra, ocorrem "apesar do sistema" e não por causa dele. Assim, em vez de escolhermos casos em que o progresso foi alcançado apesar dos obstáculos quase insuperáveis, devemos focalizar nossa atenção sobre aqueles mecanismos que em geral causam resultados deficientes e impedem o progresso. Só então estaremos aptos a recomendar terapêuticas apropriadas à moléstia institucional.

Como a educação superior é quase grátis, é a sociedade em geral quem paga privilégios que ela própria não pode obter, a fim de que alguns possam gozar direitos exclusivos sem nenhuma obrigação. O mínimo que uma sociedade pode exigir, em troca dessa grave injustiça social, é que genuína aprendizagem e conhecimento / útil provenham desse preparo grátis e que os poucos adestrados para funções sociais específicas realmente as exerçam.

Introduz-se nesse ponto novo elemento cultural: "A carreira universitária é um curso considerado obstáculo, o diploma é um objetivo e o título, apenas uma chave para o poder. Todas as leis das nações são elaboradas de acordo com essa estrutura cultural e procuram preservá-la, principalmente porque os que elaboram as leis provêm dessa classe. Essa é a explicação do fato de haver tanta resistência difusa porém coletiva às modificações legais ou sociais, que possam atingir de algum modo seus privilégios avassaladores.

Mas até mesmo esse elemento e estrutura correspondente encontram-se abalados atualmente, pois o sistema está sendo desintegrado, pelo simples processo de erosão, causado pela ascensão das classes inferiores. Número cada vez maior de jovens das classes desprivilegiadas entra na universidade, seja pelo sacrifício pessoal do estudante, ou pelo auxílio financeiro de uma sociedade arrependida. Logicamente, ao entrarem tornam-se parte de uma elite, pois pouco importa o estudante ser filho de um ministro ou de um operário. O simples fato de se inscrever na universidade faz com que seja um dos dois entre os mil mais privilegiados do país. Ele ultrapassa o curso-obstáculo, forma-se, recebe o diploma e o título, situando-se em seguida no primeiro degrau da escada do poder, na nova ordem.

O número deles aumenta, mas a percentagem educacional permanece a mesma, contudo, a composição dessa percentagem está alterando definitivamente a forma e o aspecto da classe dominante.

Dai a confusão reinante hoje na América-Latina, sobretudo nas universidades. Estão cedendo tôdas as restrições, medidas defensivas e mecanismos de controle, estabelecidos cuidadosamente durante anos, para manter número relativamente restrito de oligarcas. Hoje em dia o sistema está perfurado, inúmeras vezes, pelas exceções e considerações especiais. Numéricamente, está fora de controle, em parte devido às pressões vindas de baixo, e em parte devido ao aumento sempre crescente da própria classe média. Temos assim outro motivo para o atual tumulto e a necessidade imperativa de introduzir modificações radicais na Universidade latino-americana.

B. Estrutural

A universidade latino-americana compõe-se exclusivamente de um número restrito de escolas profissionais semi-autônomas, e de nada mais. Estrutural e institucionalmente pertence à ordem feudal, comparável à realidade política da França na Idade Média. Cada uma de suas unidades é um estado separado e independente, uma clã dirigida por um "Decano" ducal, que deve ser leal primeiramente com a clã e não com o Reitor-Rei.

1. Faculdade:

A faculdade é uma escola profissional composta não apenas por seu próprio corpo docente mas, em sentido lato, também pelos

diplomados e por cada estudante que cursa a instituição num determinado momento. Daí deriva o conceito e a prática da "incorporação" que obriga o diplomado de outra escola a pedir formalmente / admissão, a fim de ser aceito pela escola correspondente, no local onde vive, pois só assim poderá usufruir dos privilégios legais e sociais que cabem aos que pertencem a uma associação.

A faculdade poderá compor-se de uma ou mais "escolas", cada uma chefiada por um Decano e dedicada a um determinado curso ou carreira profissional. Em qualquer universidade cerca de uma dúzia, ou no máximo duas dúzias dessas carreiras, estão à escolha. Seus currículos são rígidos e o preparo educacional é ministrado exclusivamente dentro dos limites da "escola" correspondente. Encontramos essa estrutura tanto nas faculdades "universitárias", como nas "independentes" e não incorporadas.

A faculdade é a única unidade acadêmica organizada da Universidade latino-americana. Mais por tradição e inércia do que por lei, as pessoas não imaginam nem admitem a possibilidade da existência de uma universidade composta de unidades variadas, as quais nem todas seriam "faculdades". Não conseguem imaginar uma unidade que não seja dependente, nem subordinada à Faculdade. Essa falta de visão, a presença de franca hostilidade a qualquer diversificação da organização, torna muito difícil realizar modificações que se afastem do monopólio da Faculdade. Meu quarto argumento é, portanto, o seguinte: Para que a universidade latino-americana se desenvolva é necessário eliminar o monopólio das escolas e cursos profissionais.

O Decano nunca é nomeado, mas eleito por seus iguais, os professores em pleno exercício, o que o torna completamente responsável somente perante eles. Às vezes, os formados ou seus representantes têm também direito ao voto e, em algumas universidades, o eleitorado compõe-se de estudantes, sendo neste caso o Decano mais responsável perante estes e não perante os colegas. Em geral é eleito devido ao status que ocupa dentro da comunidade, a fim de que todas as relações feudais sejam facilitadas ao máximo, em benefício de sua escola. Outras vezes, entretanto, consegue / vencer porque entrou em acordo com dois rivais mais fortes. É então fraco, sem iniciativa ou prestígio pessoal, sendo restrita sua utilidade para a faculdade.

O Diretor geralmente é nomeado. Fora os casos em que o título e a posição são idênticos ao de Decano, o diretor é o admi -

nistrador de um curso, carreira ou unidade escolar. Pode ou não sentar-se no Conselho Universitário, mas tem poder, controla as finanças e toma decisões que também têm relação direta com os assuntos acadêmicos.

As três grandes carreiras em ordem de importância são: Medicina, Direito e Engenharia, embora esta última venha continuamente ganhando terreno. Ontologia, Farmácia e Agronomia formam as três carreiras menores, juntamente com todas as outras / mais novas, que surgiram depois. A Faculdade de Filosofia e Educação transformou-se, gradativamente, numa instituição que abranje todas as matérias não ensinadas nas outras escolas. Recebe de denominações variadas: "Faculdade de Filosofia, Ciências e Pedagogia", "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", "Faculdade de Humanidades" etc., mas são essencialmente idênticas: Escolas Normais que preparam os futuros professores da escola secundária.

O fato dessas unidades formarem um aglomerado de muitas disciplinas aparentemente desconexas, com muitas carreiras ou cursos proporcionalmente maiores do que aquelas encontradas nas demais faculdades, faz com que sejam uma pequena réplica da Universidade e, portanto, lugar mais provável para o desenvolvimento de "Estudos Gerais". Em alguns casos, a ciência já se desenvolveu através das cadeiras puramente acadêmicas de Química, Física, Biologia ou Matemática ou por meio de atividades ligadas a elas, através da construção de laboratórios e do contrato com uma equipe adicional, quando ambos não existiam antes. Esses são os núcleos em potencial ao redor dos quais o conceito de Estudos Gerais pode desenvolver-se, desde que a estrutura universitária inerente seja modificada e as humanidades paralelamente desenvolvidas.

Até aqui, contudo, esse processo obedeceu apenas às pressões sociais ou às leis da casualidade. Nenhum planejamento geral e nenhuma decisão coletiva consciente contribuíram para esse fenômeno, nem indicaram objetivos desejados ou finalidades necessárias. Mal podemos considerar política universitária o fato de um professor de Biologia, por exemplo, construir um laboratório funcional de Biologia, com o auxílio de suas boas relações e com muita perseverança. Tal laboratório terá surgido por acaso como qualquer outro fenômeno natural e é provável que, com a partida do professor, o laboratório, curso ou atividade da cadeira volte à primitiva inatividade ou paralisante rotina.

2. Cadeira:

"A "Cadeira" ou "Cátedra" é a unidade universitária básica, a múnada com a qual as Faculdades são construídas. Se nos reportarmos à comparação clã-faculdade, o professor será o lorde feudal. Sendo o detentor de uma cátedra definida por lei e alcançada por um processo legal, éle é o possuidor único de um feudo, o administrador absoluto do seu domínio, com poderes de vida ou morte sobre sua matéria. Em sentido figurado, está fisicamente preso à cadeira, para o resto da vida. Ninguém e nada pode removê-lo, uma vez vencidas as barreiras legais e sociais no caminho de sua nomeação para "Catedrático".

O Brasil é quem mais "peca" neste setor, pois os piores aspectos desta prática estão cristalizados na Constituição Federal. Na América Central, felizmente a situação é menos crítica, menos rígida. Mesmo ali, entretanto, cresce a tendência para maior número de privilégios e menos trabalho. A instituição da cadeira acadêmica propriamente dita é de origem européia, contudo os séculos transformaram muito o conceito primitivo nas Américas e adaptaram-no às necessidades próprias dos já mencionados novos grupos de interesses.

Mas até mesmo a interpretação européia dessa instituição é deficiente e deve ser modificada, porque a prática européia já está muito afastada da realidade legal do "Herr Professor", na própria Europa. Enquanto éle, como detentor da cátedra, é o único intitulado "professor", o departamento a éle subordinado cresceu tanto que seus diversos mestres e cientistas constituem de fato um grupo de equivalentes. O "professor" recebe em caráter permanente a cadeira, transformada em departamento. O que vemos, realmente, é que a Europa passa pelo processo de adotar o conceito norte-americano de Departamento, cujos inúmeros membros capazes têm / igual importância, quanto ao prestígio e capacidade para distribuírem entre si o trabalho de toda a organização. Apenas o título permanece, tornando o chefe do departamento, também "de jure" o único "professor". Mesmo assim, sua qualidade depende de processos positivos de seleção e séria competição entre os outros detentores de cadeiras semelhantes nas numerosas universidades. Dêste modo, o sistema europeu se protegeu até aqui contra a estagnação, incrementou a competição e garantiu o progresso acadêmico e científico.

Na América-Latina, entretanto, ocorreu o oposto. A forma vazia de uma instituição legalizada só dá direitos a alguns indivíduos, paralelamente a pouquíssimas obrigações e nenhuma competição. Aquilo que primitivamente se destinava a proteger o professor contra as incursões arbitrárias de um executivo totalitário transformou-se gradativamente (com seus inúmeros direitos e garantias) num refúgio para a incompetência e indiferença.

A lei prescreve apenas uma cátedra para cada matéria em cada escola profissional. Imaginemos um caso relativo à Química Orgânica em alguma escola de farmácia. O professor em questão ganhou sua cadeira através de concurso, continuando como seu detentor por toda a vida, sendo o único professor de Química Orgânica naquela escola profissional. Nada pode suceder nesse campo, a não ser o que for declarado ou permitido por ele. Torna-se assim muito mais do que o professor de Química Orgânica. Para todos os efeitos é a própria Química Orgânica porque, se não cumprir seus deveres, terá abandonado seu campo e, se isso suceder, a escola não terá Química Orgânica. Daí podemos deduzir que o progresso num campo, numa escola e até mesmo em toda uma geração de estudantes pode ser detido por um único incompetente irremovível. Se ele for um, entre diversos colegas igualmente incapazes, todo um sistema educacional pode estagnar, sem que haja recurso legal para modificar a situação.

A estrutura feudal da Faculdade confia nos poderes feudais de seu "Catedrático", o que é uma réplica das condições e relações existentes no exterior. Em muitos países, não só os Conselhos Universitários, mas até mesmo as Assembléias da Faculdade apresentam membros cujos nomes poderiam figurar na lista das famílias dominantes do país ou em listas semelhantes.

O poder social e o prestígio, assim como a riqueza, conduzem à Cátedra e daí à posição de Decano ou Reitor. Nenhuma análise da Universidade Latino-Americana deve deixar de considerar esse importante fato sociológico.

Assim como sucede na Política, estão surgindo novatos cuja genealogia não recua muito, mas esses pertencem agora à classe dominante, enquanto os mecanismos para alcançar e manter o poder permanecem os mesmos do passado.

Meu quinto argumento básico é - Nada de valor transcendental será realizado em grande escala na Universidade Latino-Americana a não ser que, e até que, o monopólio da Cátedra seja rompido.

3. Departamento:

Muito já foi dito sobre as modificações profundas que estariam ocorrendo na Universidade Latino-Americana no sentido de sua divisão em departamentos. Embora esse termo esteja em uso, os fatos contradizem as alegações de que houve modificação intrínseca.

Departamento, segundo o conceito norte-americano, significa grupos relacionados ou matérias idênticas, formando uma única organização universitária total. Os membros do corpo docente universitário que já estão anexados, ou que se anexam a essas matérias, tornam-se automaticamente subordinados à sua administração funcional. Primeiramente vem o conceito lógico de unidade funcional e ao redor deste, ou adaptada a ele, vêm os professores, currículos, classes e estudantes.

Muitos professores do mesmo campo, com plenos poderes e juntamente com número ainda maior de associados, assistentes e instrutores transformam num todo orgânico o campo onde atuam em comum, distribuem uns aos outros responsabilidades de ensino, segundo variadas combinações, e elaboram projetos de pesquisa unificados. Pelo menos teoricamente, é um empreendimento em cooperação. Na prática, embora ninguém dependa exclusivamente de outrem, todos são associados e interdependentes. O responsável pelo Departamento é denominado de "Chefe" ou "Catedrático" e é escolhido por seus colegas. Uma vez eleito, é responsável perante o seu departamento e perante a Administração Universitária - não o sendo perante os interesses particulares que possam ter contribuído para sua eleição.

Na América-Latina o departamento é algo bem diferente. aqui, um grupo totalmente independente de catedráticos de matérias com alguma ou nenhuma afinidade são formalmente reunidos, formando o que se denomina de "departamento", mas que na realidade tem pouca interdependência funcional, ainda menos uniformidade administrativa e quase nenhuma unidade orgânica. Primeiramente vêm as Cadeiras autônomas, suas matérias desconexas, os currículos rígidos, os cursos com duração prefixada de cinco a sete anos e só então se faz uma tentativa (no papel) para reunir essas entidades heterogêneas num todo nominal.

O resultado é uma aliança de lordes soberanos, que podem rompê-la legalmente ou de fato, quando se aborrecerem ou se cansarem. Até mesmo a motivação para essa aliança é insensata - unem-se

porque é o que há a fazer no momento, por causa de um novo prédio que tenham de ocupar juntos ou apenas porque assim poderão melhor justificar nova requisição de fundos. Na maioria dos casos, contudo, ignoram os verdadeiros objetivos de um departamento ou o mecanismo que o faz funcionar.

Por exemplo, nos Estados Unidos, num Departamento de História serão ministradas aulas de história antiga, medieval e moderna, paralelamente a qualquer número de cursos especiais, sob títulos tais como "A China Durante as Invasões Mongólicas", "A Rússia no Século XVII", "Napoleão", ou "Guerras Púnicas", tais cursos poderão ser apenas estudos gerais ou constituir o curso principal no campo. Todo ano o Departamento se reúne para discutir a política a ser seguida, a modificação dos currículos, os cursos que serão acrescentados ou retirados, para melhorar o conteúdo dos já existentes e de um modo geral adaptar suas atividades, tanto às necessidades sentidas, como às preferências ou capacidade individuais, a serviço de toda a universidade.

Vejamos agora um "Departamento de História e Geografia" latino - não da universidade total, o que não existe, mas da Faculdade de Filosofia ou equivalente. Primeiramente, a tradição exige que a Geografia seja ligada à História. Em segundo lugar, o "Departamento" serve apenas a um objetivo: ensinar exclusivamente àqueles estudantes matriculados no curso de 5 anos, que presumivelmente os preparará para a carreira de professores de História e Geografia. Em terceiro lugar, suas matérias não são idealizadas/para satisfazer as necessidades deste campo do conhecimento humano, mas apenas as do curso profissional em geral.

Todas essas matérias formam um empreendimento profissional conjunto, incluindo não apenas as aulas comuns de História e Geografia, mas também Filosofia, Lógica ou até Antropologia. Ninguém contestará a conveniência de tais cursos para os estudantes de História, mas não é essa a questão a ser discutida. Estamos tratando da definição de "departamento" e pelo que foi dito anteriormente percebemos que, nessa parte do mundo, o termo em questão é apenas um novo nome dado à velha "escola" tradicional, um sinônimo para "organização de curso" ou, na pior das hipóteses, um eufemismo para a reunião de muitos campos desconexos, sob uma insígnia destituída de sentido.

Além do mais, cada uma dessas matérias pouco relacionadas é ensinada por um "Catedrático independente", de acordo com suas

idéias e decisões. Assim, pouco ou nada pode ser feito coletivamente a fim de eliminar duplicidade desnecessária ou lacunas indesejáveis. Isso porque cada uma dessas matérias foi definida primeiramente num único currículo rígido, a ser seguido apenas pelos estudantes que se preparam para uma única carreira. Novas classes não podem ser adicionadas ao departamento, neste campo, pois não haveria estudantes que pudessem ou se dispusessem a pertencer a elas. Como cada matéria "pertence" a um determinado professor, há pouco ou nenhum intercâmbio ou redistribuição das responsabilidades do ensino entre os membros da equipe do departamento.

Mesmo assim, esta é apenas uma das formas do "departamento" latino-americano. Também encontramos a prática de agrupar as matérias de uma determinada profissão, lecionadas em alguma "escola", num número arbitrário de novas unidades, cada uma das quais é chamada de "departamento". Um curso de 6 anos de Agronomia, por exemplo, pode compor-se de cerca de 50 matérias separadas, todas lecionadas na Escola de Agronomia. Sob o impacto do novo movimento / em direção à "departamentalização" essas matérias já definidas e soberanas, juntamente com seus professores irremovíveis, são subitamente reagrupadas. Se no passado estavam prescritas para o ano de estudo, agora aparecem - reagrupadas - tendo o título de alguns novos departamentos.

Um deles, por exemplo, pode ser um "Departamento de Biologia", contendo as cadeiras tradicionais de Biologia Animal, Biologia Vegetal, Botânica e Zoologia Sistemática. Esse parece ser um bom princípio para um Departamento de Biologia no sentido norte-americano, mas infelizmente não é o que ocorre. Tal situação gera uma confusão semântica que inúmeras vezes ilude os visitantes estrangeiros. Como esses não suspeitam da existência de discrepâncias estruturais, procuram apenas diferenças qualitativas e assim chegam a conclusão errônea de que tais departamentos são muito semelhantes aos de sua pátria - embora muito mais pobres quanto ao equipamento e outras considerações materiais.

Entretanto, as quatro matérias anteriormente mencionadas / não fazem parte da Biologia propriamente dita, nem se desenvolverão nessa direção a não ser por meio de modificações estruturais, porque os obstáculos a este desenvolvimento estão contidos na própria estrutura. As quatro matérias, e nenhuma outra, fazem parte do currículo de Agronomia; são e serão, portanto, ensinadas apenas aos estudantes de Agronomia. Tais matérias são orientadas no sen

tido do preparo profissional deste grupo, e não no sentido do desenvolvimento daquele campo da ciência.

Embora talvez haja alguma justificativa para o exemplo precedente, a mesma qualificação não se aplica ao "Departamento do Solo" que também pode ser encontrado na mesma organização reagrupada. Contém apenas duas cadeiras: a de Edafologia, o que é necessário, embora não justifique a criação de um Departamento, e outra de Indústrias Agrícolas, o que é injustificável. O Departamento, entretanto, foi criado apenas porque essas duas matérias haviam sobrado em outro currículo prefixado e a simetria do novo planejamento exigia novo título.

A chamada "departamentalização" na maioria dos casos não é mais do que um novo reagrupamento superficial de unidades já existentes na Faculdade ou Escola. Empregando palavras modernas, a universidade ilude-se a si própria e aos outros e, eventualmente, impede alterações verdadeiramente essenciais. Se um currículo profissional monolítico, composto de 50 matérias tradicionais isoladas que são lecionadas também de forma tradicional, já é por si indesejável, não poderá melhorar através do agrupamento destas mesmas matérias e pessoas, sob cinco ou seis títulos arbitrários, e por um processo que é então chamado de "departamentalização".

4. Instituto:

Certamente, não existe um conceito único para definir aqui lo que um Instituto deve ser ou fazer. Sendo mais um fenômeno da ciência e tecnologia do que uma unidade social ou administrativa, em geral o concebemos como uma organização formada ao redor de um tema central de estudo, cultura ou pesquisa. O Instituto também pode oferecer adiestramento, em geral correlato a atividades de pesquisa, mas será o adiestramento avançado de indivíduos em pleno exercício de suas funções e já qualificados, que já demonstraram / seu valor e cujo número é sempre bastante restrito.

A América-Latina também adota este conceito de que um instituto deve ser e fazer. É surpreendente, portanto, descobrir que a maioria dos "institutos" locais não consegue concretizar até certo ponto, os mais elementares aspectos dos objetivos anteriormente mencionados. O motivo desta deficiência tem que ser procurado e será encontrado no desenvolvimento comparativamente recente desses institutos.

Como a consciência sócio-acadêmica dos latino-americanos não utiliza unidades universitárias além das Faculdades, não é fácil "colocar" um instituto na estrutura prevalecente. A necessidade real ou imaginária de institutos de pesquisa - frequentemente apenas o desejo de alguém criá-los - gera um problema para a universidade e exige uma solução. Na maioria dos casos a solução encontrada é a transformação de uma única cadeira num Instituto, sob a supervisão direta de uma Faculdade. Essa é a solução da universidade, mas a sociedade em geral, fora da universidade, resolve o problema criando instituições, dirigidas / pelo governo, de atividades científicas puras ou aplicadas, sob a supervisão direta de algum ministro. Entretanto, a principal contribuição destas entidades ao conhecimento humano parece pertencer ao campo das Ciências Sociais e não das Ciências Naturais. Isso porque representam um estudo perfeito acerca de como transformar, em pouquíssimo tempo, uma organização útil e desejável num organismo burocrático infrutífero e com excesso de pessoal.

Já analisamos a natureza essencial da cátedra universitária. Todas as cadeiras são consideradas iguais perante a lei / que também estipula tudo o mais sobre a Cátedra, desde a nomeação do professor, até o número exato de seus assistentes. É evidente que por este processo as estipulações nem sempre coincidem com as necessidades reais. De fato, esta atitude de igualdade em relação a todas as matérias causa, em muitas Faculdades, o acôrdo tácito para dividir em partes iguais o "bôlo" financeiro, entre todas as cadeiras componentes - até mesmo, ou sempre às custas do desprezo de necessidades objetivas.

Se atualmente uma dessas unidades iguais fôr súbitamente favorecida por influxo de dinheiro, pessoal adicional e prestígio correspondente, devido ao fato de ser transformada em instituto, o equilíbrio anterior existente dentro da Faculdade perturba-se e surgem sérias tensões que ameaçam a ordem total. Tais tensões são em geral suficientemente fortes para produzirem - durante alguns anos - suficientes forças negativas de inércia pura, de modo que a tentativa primitiva para elevar algum campo do conhecimento a níveis mais avançados de organização, permitindo assim forma mais séria de abordá-lo, gradativamente se transforma em rotina, para finalmente fracassar totalmente. Esse fracasso arrasta então consigo a maior parte do entusiasmo inicial, grande parte do dinheiro e tempo investido, transformando num débito financeiro e num fiasco social um esforço que seria digno.

Mas também há outras forças negativas em funcionamento. Vamos presumir que as necessidades sociais exijam que a universidade dê atenção a alguma ocorrência parasitológica que afete a comunidade. O dinheiro é concedido pelo Estado, universidade ou ambos, a fim de ampliar os laboratórios e contratar pessoal. É lógico que isso poderia ser realizado através da cadeira de parasitologia, na escola de medicina. Essa cadeira é transformada no "Instituto de Pesquisa Parasitológica", sem que haja modificação de seu caráter primitivo ou sem que sejam abandonadas as funções rotineiras do ensino, na mesma escola.

Não pretendemos, neste ponto, principiar uma discussão a favor ou contra a separação entre ensino e pesquisa científica. Pessoalmente, estou convencido de que essas duas atividades são complementares e que uma deve sempre fecundar a outra. Mas do postulado de um princípio à sua concretização bem sucedida há uma longa estrada repleta de armadilhas, suficientemente árdua para desencorajar muitas boas intenções.

A experiência neste continente demonstrou como as salas de aula dominadas pela rotina espalham seus vírus de inércia sobre todas as outras atividades universitárias. A atual inflexibilidade da estrutura universitária torna quase impossível qualquer união feliz entre ensino e pesquisa, o que significa que as desejadas / "atividades de pesquisa" desta unidade atual e passada talvez já mais principiem, e muito menos se desenvolvam transformando-se num interesse crescente e útil.

Além do mais, esse processo de criar institutos funciona de dois modos. A criação pode ser decretada do alto ou instigada por baixo. Qualquer catedrático com amizades no Governo pode persuadir um Ministro amigo a inserir um item especial no orçamento estadual ou federal, autorizando a criação e financiando a construção do novo instituto. Frequentemente, esta motivação pessoal é justificada pela capacidade especial do professor e porque nenhum trabalho sério pode ser realizado dentro dos limites de uma cátedra. Mas comumente o instituto criado em tais circunstâncias não é mais do que uma cadeira engrandecida, formada não para servir aos interesses científicos, mas às ambições políticas de seu possuidor. Essa inflação de cadeiras engrandecidas, essa multiplicação de institutos abaixo do padrão e corruptos, constituem um escoadouro adicional das finanças nacionais e não dão em troca uma fração sequer do serviço que seria esperado diante de tão grande sacrifício coletivo.

Na maioria dos casos, os institutos na América Latina servem apenas ao prestígio pessoal de alguns oligarcas universitários, sem prestar serviço substancial à comunidade que apenas paga a conta. Mesmo nos casos, porém, em que tanto a motivação como a justificação são válidas, verificamos que a pesquisa científica, tal como é praticada, está longe de ser produtiva, pois geralmente, até agora, a ciência na América Latina demonstrou ser imitativa em vez de inventiva.

Não é coincidência o fato de que, até o presente artigo ser escrito, somente um Prêmio Nobel de Ciência coube à América Latina.

Isso foi há décadas, quando ainda havia iniciativa individual e quando Bernardo Houssay formou magnífica equipe de pesquisadores junto à sua Cadeira, na Escola de Medicina, em Buenos Aires. Mas, mesmo neste caso destacado e único, no final atritos políticos e inércia social destruíram seu instituto. Nem mesmo o orgulho nacional pôde salvá-lo das consequências das forças sociais descritas, o que nos dá indicações da validade desta análise. Os inúmeros jovens inteligentes que se reuniam ao redor de Houssay dispersaram-se ou morreram, sem deixar substitutos ou organização em funcionamento para proporcionar continuidade e progresso aquilo que fora instituição e instituto intensamente promissor.

Um ditado entre os cientistas locais considera que na América-Latina a média do período de vida produtiva de um indivíduo / com capacidade, idéias e iniciativa é no máximo de 10 anos. Após uma década de atritos diários, desgastes e pressão quase insuportável, o maior idealista, o maior entusiasta e a vontade mais forte sucumbem diante das desvantagens insuperáveis.

É novamente a estrutura desempenhando papel positivo contra o progresso - que é neste caso essencial, pois liga-se à sobrevivência desses países.

C. Institucional

1. Conselho:

Composto de Decanos e Diretores, presididos pelo Reitor, o Conselho Universitário é semelhante a um Conselho de Estados onde os poderes soberanos se congregam para pactuar e comerciar. Somente quando um perigo ameaça um interesse comum, a ação dos membros se assemelha à ação em grupo. Como há poucos interesses internos comuns, há pouco campo para o desenvolvimento de uma política universitária.

O acaso ou forte pressão externa às vezes introduzem, à força, novos métodos de procedimento coletivo no Conselho Universitário. Se por tradição o Conselho demonstra ser insensível às necessidades ou aspirações coletivas, a realidade existente impõe até certo ponto responsabilidade e preocupação. A própria existência da assistência técnica, de novas oportunidades coletivas, de pedidos de Estado para novos produtos atraem e incentivam a ação em grupo. O comum tem sido e na maioria dos casos ainda é se encontrarem em intervalos não muito regulares para discutirem questões de orçamento. Quanto ao mais, o Conselho é um carimbo para a aprovação de medidas administrativas que surgem por diversas vias, das diferentes Faculdades ou do gabinete do Reitor. Onde quer que os estudantes pertençam ao Conselho - não importa a proporção numérica - seus direitos iguais e voto obstrutor constituem apenas mais um interesse soberano, embora mais articulado e dinâmico, neste supremo órgão executivo.

2. Reitor:

Uma regra geral, frequentemente não escrita, estipula que o Reitor ou Presidente de uma Universidade deve surgir de suas próprias fileiras, o que fermenta a política mas não contribui nada ou muito pouco para o progresso.

Se ele não for escolhido pelos Decanos ducais, ou entre eles, será eleito diretamente pela clã das faculdades. O Estado / também compartilha do controle recebendo uma lista com três nomes, mas o costume exige que o primeiro deles seja o nomeado. Recentemente, porém, este costume vem sendo violado com frequência crescente, atendendo a objetivos políticos em esfera mais elevada e nem sempre universitários. Em alguns casos é o Estado que seleciona e nomeia o Reitor; nas Universidades Católicas, toda nomeação / provém do alto.

Pelo menos teoricamente, o Reitor-Rei não tem outro poder independente além do que lhe é conferido voluntariamente pelos Decanos. Figurativamente, falta-lhe exército ou força policial porque todo poder real permanece nas mãos da clã independente. Se ele não agradar aos Decanos não será reeleito, o que na maioria das vezes é motivo suficiente para fazê-lo aquiescer às exigências daquelas. Deste modo, política cautelosa e definida mantém um equilíbrio precário entre todos os poderes existentes dentro e fora da universidade.

Embora seja essa a verdadeira situação em quase toda parte, mesmo hoje, é óbvio que há afastamentos do velho sistema. Mas, ainda que essa distribuição de poder e seu exercício estejam cedendo, temos de compreender sua origem histórica, antes de analisarmos essa ocorrência variável. Alguns reitores, evidentemente, acumularam mais poder pessoal do que a descrição anterior justificaria ou explicaria. Devemos recordar, contudo, que mesmo que o sistema esteja desaparecendo, ainda não modificou sua estrutura de modo essencial.

Quando há indícios de que o Reitor tem poder, é provável que este provenha de outras fontes feudais, fora da universidade / por ele dirigida. Talvez ele seja parente do Presidente da República, seja membro ou, preferivelmente, o chefe de uma família importante ou o líder de um partido majoritário. Em tais casos, transforma-se num ditador "de fato", favorecendo abertamente seus amigos, mas seguindo estritamente a letra da lei, ao lidar com os inimigos ou os demais. A estrutura não favorece sua transformação em monarca constitucional e muito menos num diretor geral, que seja um administrador comum.

Mesmo com o desaparecimento da ordem feudal, o Reitor adquire constantemente mais direitos através do aumento normal do prestígio universitário e assume mais responsabilidades pela força dos acontecimentos. Tenhamos a esperança de que modificações estruturais adequadas, atingidas escrupulosamente, darão ao Reitor / autoridade verdadeira e concederão à universidade recursos objetivos contra o uso arbitrário do poder.

3. Política:

Fundamentalmente, a Universidade Latino-Americana não tem política universitária. Como dissemos anteriormente, as relações pessoais e estrutura institucional impedem o trabalho de equipe e a ação coletiva, impossibilitando o aparecimento, a manutenção e a busca de um objetivo comum.

A Assembléia Geral de professores universitários não é uma reunião da prefeitura de alguma cidade, nem algo como o sistema democrático Suíço de representação pessoal direta, onde cada membro responsável da comunidade se reúne de quando em vez com seus iguais, para discutir e resolver os problemas da comunidade. O Conselho Universitário nada tem em comum com o sistema administrativo norte-americano, em que os poderes são delegados e apenas as decisões sobre orientação geral são tomadas em conjunto ou estabeleci-

das por uma autoridade superior. Um sistema de lealdades e obrigações particulares, de investimentos entre pessoas, faz surgir a possibilidade de decisões de interesse geral ou de considerações objetivas sobre necessidades de longo alcance. Quando terminam as negociações de interesses privados, o campo para acordos é de tal natureza que não afeta os interesses investidos. Esses são um "mínimo denominador", em geral tão baixo que não influi.

Com poucas exceções, encontradas apenas em universidades realmente privadas, não há um Conselho Dirigente para estabelecer a política, as prioridades, orientar projetos e delegar autoridade. Há apenas um Conselho Universitário composto de representantes de interesses de grupos em conflito. Assim, a política não é estabelecida por escolha. O pouco realizado na orientação geral, fundamenta-se nos direitos adquiridos pelas Faculdades com o passar dos anos.

Se por algum motivo um desses Conselhos adquire ascendência financeira sobre os demais, continuará a manter suas prerrogativas, independente das necessidades sociais. Deste modo, as decisões políticas referem-se principalmente à divisão de fundos entre as escolas profissionais e essa divisão, em geral, é realizada de acordo com o critério de precedência há muito em vigor. Não se leva em consideração o fato de o país necessitar de mais advogados ou farmacêuticos. Se as escolas de Direito ou de Farmácia já recebem uma certa percentagem do orçamento anual, os interesses investidos e a tradição exigem que continuem a receber a quantia correspondente, ano após ano.

Um conceito mais amadurecido de política universitária, e o claro reconhecimento de sua necessidade obrigaria a Universidade a pensar nas necessidades variáveis da comunidade a que deve servir. Isso exigiria conhecimentos numéricos; conhecimento da distribuição dos formados universitários - e por extrapolação desta curva no futuro para verificar se o resultado previsto satisfará às necessidades futuras. Entretanto, isso pressupõe dados estatísticos que infelizmente não existem.

A Estatística na América Latina - em toda parte e em todos os campos - não existe, é insuficiente ou não é válida. Torna-se assim difícil descobrir dados fidedignos sobre as tendências e distribuição da população, ainda que alguma universidade demonstre realmente interesse em obter para si dados sobre esses /

assuntos. A verdade, entretanto, é que ninguém está realmente interessado em tais informações. Obtê-las, certamente revelaria fatos desagradáveis. Tomar alguma providência sobre a questão provavelmente infringiria diretamente o interesse de grupo ou grupos.

Portanto, até que modificações estruturais e novos processos administrativos permitam a iniciação de uma política universitária coerente, baseada em informação objetiva, podemos supor sem erro que continuará a formação indiscriminada de mais profissionais. O mesmo podemos presumir sobre a ausência quase completa de pessoas qualificadas, em vastas áreas de aprendizagem a bem dizer não consideradas pela universidade até hoje. Em vista dessa situação o Reitor faz a "política" que pode, tirando sutilmente aqui e ali, crescendo ali, atirando os grupos pressionantes uns contra os outros, até obter poderes relativamente plenos, para criar alguma atividade nova que êle deseje ou julgue que a sociedade exige, mas que as Faculdades tradicionais não podem ou não querem proporcionar.

Tais modificações, se surgem, são efetuadas sob tremendas pressões - em geral tarde demais e sempre com relutância. Jamais ocorrem baseadas em estudo ou plano. Acontecerão, contudo, se algum senador, governador, general ou o próprio Presidente pressionarem suficientemente o Conselho Universitário para que concorde com a construção de um novo prédio, a criação de uma nova especialidade ou talvez de algum novo curso. Através da pressão e dos recursos financeiros, acarretam a inovação desejada, mas quase / nunca integralmente. As modificações causadas arbitrariamente e acidentalmente forçadas são enxertadas no restante da estrutura / universitária, quase com a esperança de que o enxerto não brote, para que tudo possa voltar à situação geral de ineficácia, mais cedo ou mais tarde.

4. Administração:

Afirmamos categoricamente que, em nenhuma parte da América Latina, encontramos genuína Administração Universitária. Em primeiro lugar, não há administradores; em segundo, a estrutura / atual impossibilita o desenvolvimento de uma administração uniforme e coordenada para a universidade como um todo.

Cada escola ou Faculdade tem administração própria, ou pelo menos um gabinete e uma secretária para lidar com os assuntos que são considerados administrativos. Cada uma dessas unidades

tem o seu modo de lidar com essas questões administrativas, seus fichários, seus formulários, suas vias e seu aparato executivo. Teoricamente, podem declarar que todos esses elementos são iguais / em todas as unidades universitárias, mas na prática haverá variações extremas. Por algum motivo, as noções de individualismo, liberdade pessoal e democracia misturam-se com as questões administrativas, o que torna difícil o acôrdo, em qualquer ocasião. Então, nada é padronizado, nem o papel de escrever e muito menos os formulários, fichários ou processos.

Apesar da intensa resistência a qualquer forma de administração universitária centralizada, o sistema bastante individualista, tal como é praticado - ou melhor, como não funciona - tem fracassado tão completamente que podemos prever com certeza seu desaparecimento eventual. Cada vez mais, trabalhos teóricos exigem decisões coletivas, baseadas na opinião de peritos. Principalmente a introdução da Ciência na Universidade exige consolidação e decisões coletivas em assuntos de política e administração relacionados com a aprovação de projetos, aquisição de equipamento e novas construções. Isso significa que as sementes do trabalho em equipe estão implantadas e que um novo processo administrativo, mais eficiente, está principiando, embora até aqui possa ter sido inadequado e descuidado no método.

O Secretário Geral, abaixo do Reitor, está adquirindo maior poder e importância. No passado não foi mais do que o secretário do Conselho Universitário e seus deveres limitavam-se ao preparo das reuniões, transcrição da ordem do dia e divulgação das decisões. Mas quanto maior é o acúmulo, na Universidade, de papéis de natureza geral que não estão sujeitos a uma única Faculdade, o único lugar lógico para eles é a mesa do Secretário Geral. Nem ele nem seu gabinete, porém, estão preparados para assumir tantas responsabilidades novas. Mais uma vez, a única alternativa é a modificação da estrutura, para terminar com o estrangulamento / administrativo deste Secretariado.

Atualmente o sistema é retorcido em todas as direções, enquanto a instituição procura novos caminhos e métodos para organizar-se. Quanto mais atribuições são colocadas à força sobre o Secretário Geral ou enxertadas no velho aparato administrativo, maior o estreitamento administrativo resultante. O ponto de saturação já alcançado há muito é responsável pelo movimento vagaroso da Universidade, em todos os assuntos, porque aquilo a que o Se

cretário Geral não pode atender pessoalmente permanece sem ser realizado. Para conseguir passar algo por esse estreitamento, a parte interessada é obrigada a dispendir tempo valiosíssimo para empurrá-lo. Nada funciona automaticamente e a não ser que um documento, requerimento ou outro papel seja impulsionado pela própria pessoa, permanece parado ou se perde. É que ainda encontramos aí curiosa mistura do aumento de centralização e da necessidade tradicional individualista de relações pessoais.

Muitos perceberam gradativamente a necessidade de dar forma aerodinâmica ao sistema, para torná-lo mais eficiente. À parte a estrutura, pessoal qualificado e técnica também são necessários para criar um mecanismo objetivo que possa produzir resultados administrativos com base impessoal. Como cada dia aumenta a necessidade de centralizar fichários, registros de estudantes, pagtas individuais dos professores, material de referência etc., torna-se indispensável um aparelhamento administrativo central.

É difícil prever de que modo cada universidade resolverá esse problema comum, pois há em geral ausência de processos administrativos eficazes na própria sociedade. Não há continuidade de esforço, nenhum sentimento de responsabilidade pessoal e nenhuma iniciativa; não há lógica naquilo que é dito, feito ou arquivado e não há certamente método. Mas quase não há dúvida de que a Universidade Latino-Americana não estará em condições de assumir a função orientadora que a sociedade dela espera, a não ser que esse problema essencial seja resolvido tanto estruturalmente como tecnicamente.

5. Finanças:

Assim como não há política universitária, também podemos declarar, sem perigo de erro, que não existe Política Fiscal. É verdade que a universidade possui bens, tem um orçamento anual e um Tesoureiro Geral com sua equipe, para atender a todas as atividades financeiras rotineiras. Mas não há política geral e o Conselho Universitário não tem tempo, obrigação e inclinação para lidar com objetivos de longo alcance; a estrutura universitária / existente não pode contar com uma única pessoa ou autoridade capaz, ou pelo menos habilitada para criar, promover e dar seguimento a uma política fiscal eficaz para toda a instituição.

Como a maioria das universidades pertence ao Estado, e mesmo aquelas chamadas "particulares" não estão livres do controle

governamental, será válida a generalização de que todas as universidades na América-latina são subsidiadas total ou parcialmente / pelo Estado. Além do mais, toda estrutura legal da Educação Latino-americana é centralizada. Às vezes, isso é estabelecido na própria Constituição Nacional e, em qualquer caso, é sempre codificado extensamente, estando a universidade (federal, estadual ou particular) sempre sujeita à legislação nacional, e de algum modo ligada ao Ministro da Educação e seu controle. Decorre daí ser a obrigação financeira do estado para com a universidade e a educação superior semelhante à obrigação para com a educação primária e secundária.

A principal fonte da receita universitária é o orçamento federal ou estadual. A não ser que certa percentagem fixa de tal orçamento seja destinada automaticamente à universidade, universidades ou educação superior, o Reitor e seus colegas terão de lutar, cada ano, para obter do estado - em geral personificado pelo Ministro da Educação - sua ou suas quotas do orçamento nacional, o que consome tempo e é por muitos motivos prejudicial aos melhores interesses da universidade. O que quer que a lei diga sobre a autonomia relativa ou completa da universidade, a dependência financeira em fatores essencialmente políticos e em pessoas, transforma-a a curto prazo em apenas outro órgão do estado. Isso foi exatamente o que a sociedade pretendeu, mas é exatamente o que não deveria suceder.

Para essas considerações gerais, permanece o fato de que a principal parte da receita universitária provém do estado, e que apenas uma fração insignificante é retirada das baixas taxas de matrícula ou outras fontes. As taxas são insignificantes em quase toda parte e as denominadas "outras fontes" também são na maioria dos casos uma ficção. Os presentes e doações de fontes particulares são ainda insignificantes. A formação, composição e objetivos universitários, juntamente com os padrões culturais prevalentes funcionaram até aqui contra o crescimento da filantropia. Poucos cidadãos sentem responsabilidade para com a universidade, ou lhe são gratos. Há exceções, mas sem organização, e sem esta não pode existir assistência institucionalizada.

Algumas universidades obtém, às vezes, lucro direto provindo de parte de seus bens. Quando vagam um prédio ou se mudam para outro terreno, os antigos imóveis são vendidos ou alugados, o que proporciona receita adicional, a qual no caso de uma univer

sidade autônoma pode ser negociada, reinvestida ou consumida à vontade. Naturalmente, subordinando-se sempre ao exame a posteriori do Tesoureiro Geral da República.

Essa fonte latente de renda adicional não é explorada adequadamente. Devido à falta de autoridade e administração centrais e de uma política geral, na universidade não há pessoa para dedicar seu tempo ou concentrar seus esforços à procura de melhores investimentos. O que está faltando precisamente é a função de uma Junta de Dirigentes, que descubra novos caminhos e aperfeiçoe antigos instrumentos para investimentos mais seguros e receita sempre crescente.

O Tesoureiro Geral é apenas um burocrata, segundo a tradição do serviço civil. Na melhor das hipóteses responsabiliza-se pelo pagamento dos salários no devido tempo e pelo fato de todas as outras propostas rotineiras de pagamento, com diversas origens, serem documentadas adequadamente para estarem acordes com os regulamentos oficiais. Estes são de variedade tão infinita, que facilmente ocuparão 90% do tempo e atenção do tesoureiro. São necessárias tantas cópias, nesse e naquele papel, acompanhadas por tantas provas documentárias, relativas a tantos itens do orçamento - fixos e intocáveis - que na luta geral do papel contra regras e formas, perde-se todo o sentido da essência e do serviço.

Esse problema geral assume características bem sucintas e peculiares neste continente, devido ao desprezo geral pelo tempo e à quase total falta de iniciativa pessoal. É indesejável ter muitos regulamentos, mas isso ocorre no âmbito internacional. Contudo, ter tantos regulamentos encarando-os com indolência e indiferença, gera ainda mais complicações. A perda de tempo resultante é terrível, mas naturalmente ninguém verificou o custo desse sistema totalmente desnecessário, porque os resultados seriam catastróficos. Além do mais, não há na universidade quem possa ou queira dedicar-se ao problema, muito menos quem tente resolvê-lo.

Os itens orçamentários regem-se pela tradição e são elaborados com 12 a 18 meses de antecedência. Como é óbvio que nenhum laboratório pode prever até o mínimo detalhe suas necessidades exatas e definidas por tão extenso período de tempo, tal processo funciona diretamente contra o desenvolvimento da ciência. Também é contrário a tudo o mais, porém esse é o sistema e assim se procede.

No processo estéril de aderir estritamente à forma, a fim

de cumprir as decisões pré-estabelecidas de um orçamento arbitrário e com excesso de detalhes, a ninguém resta tempo; interesse ou energia suficiente para analisar a natureza do próprio orçamento. Quem se encarregará de verificar se um item orçamentário proposto e aprovado é justificável? Para tal verificação, em que política geral irá basear-se? Em que hierarquia de valores? Que prioridades? Que critérios? Ninguém sabe realmente, essa é a tragédia de toda ordem social. Além do mais, a ligação injustificável mas compreensível da administração e finanças universitárias com o serviço civil da nação, na maioria dos casos exige que no final de cada ano fiscal todos os fundos restantes sejam devolvidos aos cofres do Estado. Como ninguém deseja essa devolução, é inevitável no final do ano um movimento de gastos desordenados, a fim de dispendir cada cruzeiro ainda restante, segundo cada item fixo do orçamento.

Geralmente, diante de tal procedimento é inútil indagar se a Universidade necessita realmente dos materiais adquiridos tão precipitadamente e em tão grande quantidade - na maioria dos casos, justamente antes das férias de verão. O principal, entretanto, é que em tais circunstâncias não pode haver política de longo alcance, resultados úteis e, certamente, nenhuma economia - nem para a universidade, nem para o Estado. Tudo isso conduz à conclusão / óbvia de que é urgentemente necessário mudança radical na administração financeira da universidade, o que já deveria ter sido realizado há muito.

D. Constitucional

1. Objetivos:

A universidade é mais do que um gene social que transmite constitucionalmente, a cada geração, os conhecimentos acumulados no passado. Essa concepção passiva de sua função tem que ceder diante do postulado dinâmico de seu direito legítimo de formar e moldar o pensamento moral, intelectual, social e econômico da comunidade. Sob este aspecto, a universidade é obrigada a prever e enfrentar as necessidades futuras da sociedade quanto ao conhecimento, profissão e responsabilidades cívicas.

É missão da universidade contemporânea descobrir as formas e desenvolver as estruturas necessárias para a execução dos seguintes objetivos:

a) proporcionar os meios para o livre desenvolvimento e educação eficaz de cada indivíduo, de acordo com seus interesses e capacidade;

b) ter contatos diretos com a comunidade e servir a suas instituições espirituais, sociais, econômicas, científicas e industriais;

c) consolidar e ampliar o conhecimento humano, permanecendo sempre aberta a todas as correntes de pensamento e defender os princípios apoiadores da liberdade como requisito indispensável à procura objetiva da verdade.

d) formar o espírito cívico da sociedade e a consciência social, juntamente com os ideais de desenvolvimento pacífico e respeito aos direitos humanos e justiça social.

Se aceitarmos essa definição de sua missão, as atividades da universidade contemporânea devem voltar-se para:

a) Educação Geral no nível não especializado e anterior à formatura, para satisfazer as necessidades de grande parte da população;

b) Preparo Profissional em quantidade capaz de fazer face às necessidades sociais correspondentes;

c) Preparo Especializado em tecnologia e técnicas / para garantir o desenvolvimento industrial da sociedade;

d) Pesquisa Científica como instrumento indispensável à Educação sólida e como guia para a descoberta de novas verdades;

e) Cursos Especiais para diplomandos e pós-graduados;

f) trabalho de Extensão Cultural e Científica de todos os tipos e setores.

A universidade contemporânea tem a obrigação inerente de satisfazer tanto as necessidades da comunidade a que serve, como as reivindicações de todo indivíduo capaz e desejoso de aproveitar as facilidades disponíveis. Tendo sempre em mente essa dupla função, a universidade tem que expandir seus serviços para acomodar um número sempre crescente de futuros cidadãos que desejam e necessitam / de educação mais elevada, sendo também capazes de aproveitá-la convenientemente. A universidade tem que melhorar a qualidade de seu ensino para assegurar melhor resultado geral, que proporcione maior capacidade, conhecimento e utilidade à comunidade do que tem pro

porcionado até agora. A universidade também deve esforçar-se para reduzir o custo por cabeça e obter o máximo resultado por unidade monetária investida dentro dos limites extremos do orçamento anual. Isso implica na obrigação adicional de procurar novas fontes de renda para financiar seu próprio crescimento futuro.

2. Autonomia:

Não existe universidade verdadeiramente independente na América Latina. Possivelmente apenas os Estados Unidos tem algumas dessas instituições e mesmo essas são raras. Aquelas que podem ser assim consideradas alcançaram sua forma de completa independência através de uma combinação de circunstâncias fortuitas que incluem o status legal de universidades particulares, o gradativo abandono de filiação a uma seita religiosa, crédito regional geralmente reconhecido e tremendo prestígio nacional e internacional - acumulado durante décadas para libertá-las de quase todas as formas de domínio direto e indireto. Para manter seu privilégio excepcional continuam a usar a liberdade sabiamente, sempre de acordo com a época e necessidades sociais. Aquelas que estão principiando a demonstrar sinais de ossificação e arteriosclerose institucional estão se candidando à perda eventual de sua liberdade.

Entretanto, esse é um fenômeno tão norte-americano - e mesmo aí representa uma exceção - que provavelmente seria insensato aspirar a tal ideal em outra parte do mundo, principalmente nessa era de pensamento e ação coletiva. Nesta parte do mundo não há as condições sociológicas indispensáveis para o imediato crescimento de tais instituições de educação superior, genuinamente livres e responsáveis. Além do mais, a América Latina não possui verdadeiramente universidades "particulares".

Aquelas que recebem essa denominação são quase todas católicas. Podemos contar nos dedos de uma das mãos as instituições particulares não católicas. Tanto no passado como no presente, à parte o Estado, apenas a Igreja tem tido suficiente conhecimento, dinheiro e iniciativa para dar vida a uma universidade. Talvez em breve a América Latina possua fortunas corporativas ou individuais suficientemente grandes para financiar novas universidades. Poderemos então ter as primeiras universidades realmente privadas no sul. No passado, entretanto, apenas a Igreja e o Estado tiveram o poder ou a iniciativa para isso, o que nos indica os motivos sócio-estruturais responsáveis não apenas pela ausência atual de universidades particulares, mas, também, pela provável inutilidade de procurar criá-las

sob as circunstâncias prevaletentes. Mas quer sejam católicas propriamente ditas, católicas pontificiais ou não católicas, todas as universidades não estatais são obrigadas a subordinar-se à lei educacional do país, à direção do Ministro e a toda legislação especial que seja criada em qualquer época ou fase relativa à educação / superior. Assim, não somente os currículos têm que ser idênticos, mas também o status dos professores e as exigências para admissão e diplomação dos estudantes. O Estado retribui colocando à disposição das universidades não estatais subsídios idênticos aos votados para as universidades Estatais, sempre que surge uma nova lei envolvendo responsabilidades financeiras adicionais. Mas a medida que esses fundos são aceitos e usados, o controle de seu gasto transfere-se em consequência também ao Estado, introduzindo assim o controle deste sobre questões financeiras e outras, mesmo onde não / existia anteriormente.

A América Latina tentou resolver de outro modo o problema da relativa independência universitária. Primeiro a universidade estatal tornou inviolável a cadeira para proteger pelo menos o indivíduo contra a interferência indevida, mesmo onde a instituição como tal não era devidamente protegida. Então, mais tarde, surgiu o conceito de autonomia, isto é, de autonomia em relação ao Estado. Este conceito liga-se atualmente à maioria das universidades como instituições, mesmo enquanto continuam a ser controladas e financiadas pelo Estado. É, portanto, em relação à autonomia e suas consequências que devemos procurar maior independência para a Universidade Latino-Americana, não tanto como realidade legal - o que já existe - mas como atitude em relação a direitos e obrigações da universidade em sua comunidade.

A liberdade que surge em consequência da autonomia, como qualquer outra liberdade social, precisa ser conquistada e mantida. Para alcançar essa elevada aspiração, a sociedade como um todo deve reconhecer que autonomia representa privilégios que não podem / ser dissociados de obrigações substanciais, direitos que se unem profundamente a responsabilidades para com a comunidade total.

Praticamente nenhuma das universidades do continente é realmente autônoma, pois não existe genuína independência espiritual, acadêmica ou administrativa - não importa o que diga a lei. É verdade que muitas alcançaram autonomia legal e creem ter atingido seu elevado objetivo. Mas os bancos e institutos de segurança social da nação são igualmente autônomos sob o mesmo sistema de leis. Os

diretores universitários, embora raramente discutam essa questão em público, percebem que este é apenas o primeiro passo na longa luta vertical para afastar-se da dependência de circunstâncias políticas, da subordinação ao controle estatal e vassalagem financeira.

Podemos afirmar categoricamente que ninguém fez coisa alguma, até aqui, para romper realmente as correntes sociais e legais que prendem a universidade à estagnação acadêmica e científica. Alguns talvez julguem leves suas correntes e parecem livres. Mas a verdade é que os oligarcas ainda são cativos de seus próprios pensamentos e condicionamentos, sendo completamente favoráveis à interferência estatal e ao controle do serviço civil. Isso porque identificam o privilégio pessoal com o sistema inteiro, temendo perdê-lo se romperem com o passado.

Essa elite só concordará em cortar o cordão umbilical da dominação estatal quando tomar pleno conhecimento de que seus privilégios existentes não têm substância, enquanto sua participação numa universidade verdadeiramente dinâmica e independente lhes criaria novas e mais poderosas vantagens. Então, e somente então, a universidade Latino-Americana será livre. Assim, não será totalmente irrelevante focalizar nossa atenção sobre o conceito de autonomia e analisá-lo cuidadosamente, à luz do que deveria ser e não do que é. Possivelmente será útil o desenvolvimento de condições mais favoráveis em direção à independência universitária - e com ela em direção à independência real neste continente.

Autonomia significa não interferência do Estado na administração financeira, acadêmica e científica da universidade. Significa a liberdade dessa instituição para selecionar, contratar e demitir seu próprio pessoal, para estabelecer sua estrutura administrativa e organização, para elaborar sua própria política de desenvolvimento e crescimento, criar e eliminar cursos, ensinar e pesquisar sem interferências indevidas, pagar salários estipulados por si própria e não pelo serviço civil. Significa toda a gama de atividades e decisões que julga útil à concretização de seus objetivos, dentro das limitações impostas por seus recursos financeiros.

Mas, segundo a tradição continental, a universidade jamais pode ser completamente autônoma, sem ser também "nacional". Isso inclui a preocupação com o bem estar geral e uma grande responsabilidade para com a sociedade que a universidade deve atender, e da qual recebe seus recursos humanos e financeiros. Inclui também a obrigação de servir, estando durante todo o tempo alerta para as necessi-

dades da comunidade e disposta a resolver seus problemas, em vez de satisfazer as exigências de alguns. Inclui além do mais o dever de tomar iniciativas baseadas em estudos objetivos, a fim de satisfazer tanto problemas de curto alcance como necessidades previstas de longo alcance, com a capacidade e autoridade que competem a uma instituição nacional verdadeiramente íntegra.

Lógicamente, isso também envolve uma posição de neutralidade de política. A universidade não pode mais dar-se ao luxo de ser inimiga declarada de qualquer autoridade governamental constituída. Por mais justificada que fôsse essa posição no passado, sua continuação só pode ser prejudicial à nação. Além do mais, neutralidade não implica em diminuição de entusiasmo ou interesse pelo estudo e solução objetiva de problemas nacionais, daqueles que exigem uma resposta / imparcial e cuja solução beneficiaria a comunidade inteira. Implica apenas em libertar-se de uma atitude enraizada de hostilidade ao governo, independentemente de sua composição, e no término da utilização da universidade como plataforma política ou trampolim para a entrada em partidos políticos.

O interesse pela política nacional não é sinônimo de politicagem direta e pessoal; iniciativa dinâmica, porém dosada, para a determinação de algumas linhas de ação verdadeiramente nacionais não pode ser confundida com demagogia. Porém, em geral a universidade hesita em abandonar sua cobiçada função política porque isso poderia envolver perda de prestígio para aqueles ligados a ela. O preço de suas ambições pessoais é alto, e a não ser que seja reduzido, o prejuízo infinito de todos será o pagamento final.

Até o ponto em que esses conceitos e atitudes passarem a dominar na universidade e seus membros adquirem maturidade, objetividade e imparcialidade, a idéia de autonomia - de liberdade com responsabilidade - colocará automaticamente a universidade em posição de maior prestígio e respeito dentro da ordem social. A universidade tem que orientar o rumo da Nação e contribuir para a estabilidade e progresso nacionais. Ela só poderá alcançar esse objetivo se permanecer acima das paixões da vida pública.

Para ser eficazmente livre e autônoma, a universidade deve estar em posição de exigir respeito. Esse só poderá surgir através de autoridade e conhecimento reais, assim como de verdadeira imparcialidade - virtudes que transformam a universidade em genuína instituição nacional. É desnecessário dizer que esse tipo de maturidade só pode ser alcançada com grande paciência, continuidade de esforço e com o decorrer do tempo. Como acontece com todos os outros

aspectos sociais, o prestígio universitário deve crescer orgânicamente. Entretanto, o desejo comum de alcançar este objetivo deve ser manifestado sem demora, ainda que a estrada para o sucesso final esteja repleta de dificuldades, sacrifício e possíveis erros.

Também é evidente que a responsabilidade pelo alcance deste objetivo recai sobre a comunidade total. Se somente aqueles ligados à universidade formulassem esse elevado ideal e cultivassem verdadeiro espírito cívico, em breve estariam trabalhando no vácuo. Se todos os outros indivíduos da comunidade deixassem de apoiá-los com igual entusiasmo ou pelo menos compreensão, ninguém estaria preparado para acreditar em seu sacrifício pessoal. Contudo tais sacrifícios ocorrem, segundo o que sei, por experiência pessoal, e funcionam quase no vácuo.

A política satura a fibra social da comunidade Latino-Americana a tal ponto que ninguém acredita nem confia em pessoas ou fenômenos apolíticos. Esse é mais um motivo como os outros que conduzem à afirmação de que a política permanecerá aqui sem que nada possa ser feito para afastá-la, estando destinada ao fracasso toda tentativa para restringi-la aos partidos políticos. É também um ponto de vista hipócrita para manter a procura pessoal de glória e riquezas.

Mal podemos negar que essa procura frequentemente impera fora e dentro da universidade. Daí a impossibilidade de discutir esse ponto com lógica. Sua amoralidade básica é encoberta adequadamente por pretensões de sacrifício e glória em lutas universitárias passadas, contra a tirania e ditadura. Embora isso tivesse realmente ocorrido em muitos casos, não pode servir de argumento lógico para a continuação da politicagem e conspiração contra o governo constitucionalmente eleito, especialmente quando aqueles que o fazem são membros do partido da oposição. Se essa atitude egoísta persistir, a universidade terá em breve menos autonomia, em vez de mais.

A sociedade e seu governo devidamente constituído eventualmente se cansarão de pagar a alguns o privilégio de utilizarem indevidamente a universidade para suas ambições pessoais. Então, tanto a autonomia legal como o poder absurdo dado aos estudantes dessa parecerão num movimento repressivo repentino, cujas conseqüências são imprevisíveis. O futuro, portanto, não será brilhante a não ser que os partidos políticos, institutos governamentais e a própria opinião pública demonstrem a devida compreensão neste respei-

to e principiem a cooperar, sem reservas mentais, na transformação eficaz de suas universidades em instituições nacionais apolíticas.

3. Campus Universitário:

Já vimos como as universidades surgiram inicialmente de escolas profissionais independentes, mas sua incorporação não modificou o fato de existirem prédios isolados, espalhados pela cidade e algumas vezes localizados até mesmo em outros municípios, sem estarem ligados estrutural ou intelectualmente entre si. O conceito de campus universitário é muito recente. Foi há aproximadamente / 20 anos que surgiu movimento decisivo no sentido de levar a universidade a ocupar uma única área, e a medida que se propagou essa noção, foram surgindo em toda a parte as chamadas "Cidades Universitárias".

Este movimento exigia em cada caso grandes doações de terreno por parte do Estado e itens orçamentários especiais para novas construções. Anualmente, extensas somas dos cofres públicos são gastas e muitas vezes desperdiçadas na tentativa supérflua de construir cidades universitárias, verdadeiramente monumentais. É como a repetição da construção das pirâmides com aproximadamente a mesma justificativa funcional. Seja em Santiago ou em Recife, na Cidade do México ou em São Paulo, vigora o mesmo princípio dessas obras gigantescas perdulárias, caras e monumentais, porém raramente funcionais. Além do mais, na maioria dos casos, elas se transformaram em projetos de obras públicas perpétuas. Não terminam jamais, enquanto gerações após gerações de estudantes permanecem nos estabelecimentos velhos e inadequados. Durante 10 ou 20 anos, nada se fez pelo estudante, porque tanto os recursos como as desculpas estão presos a palácios sempre em construção. Este planejamento para tudo ou nada não é apenas irreal, mas também intensamente prejudicial a todo o processo educativo. Mas, se existisse pelo menos algum planejamento sensato, até certo ponto haveria uma circunstância atenuante. Infelizmente, nem isso ocorre em relação a essas monstruosidades que já são antiquadas até mesmo quando suas pedras angulares são colocadas. Quando finalmente chegam a ser completadas, o professor que idealizou e planejou certo prédio, para ser adequado à sua "cadeira" e limitações pessoais, já está morto ou aposentado. Seu sucessor talvez ocupe o prédio, mas também existe a possibilidade de recusá-lo, caso em que é necessário encontrar novo objetivo e ocupante para o prédio. Se um tanto inadequadamente se destinava no início à cadeira de Física, por exemplo, termina abri

gando um "departamento" de Matemática. Tais modificações radicais não ocorrem, por exemplo, se o prédio é para uma Faculdade de Medicina. Então, cada cadeira recebe a mesma quantidade de espaço que as outras, incluindo as subdivisões, paredes e outras dependências. Pode também tratar-se de uma escola de engenharia, com 10 ou 15 mil metros quadrados de espaço, salões enormes para equipamento caro, salas de aula para cinco vezes o número de estudantes mas apenas / uma - repetimos: uma - sala para Física, com cerca de cem metros quadrados e outra disposição igualmente pródiga para a cadeira de Química - laboratório, sala de aula e tudo o mais.

Estes são exemplos retirados da realidade que podem ser prontamente indicados e que infelizmente se multiplicam ad infinitum. Particularmente as autoridades universitárias concordarão prontamente que o quadro é tão negro quanto o expomos, se não fôr ainda mais escuro. A ausência de conhecimento e experiência, de dedicação integral à administração universitária, de um programa universitário geral eficazmente executado, assim como geral falta de interesse são os responsáveis por essa orgia praticada com os fundos públicos e relacionada ao futuro educacional da nação.

Em resultado, quando essa "cidade universitária" desmedidamente cara e totalmente desintegrada finalmente se completa, as estruturas tradicionais da faculdade autônoma e da cadeira independente transferem seus livros, giz e currículo dos prédios do século XIX para o novo local. Antigas estruturas são então enfiadas / nos novos prédios que são inadequados até mesmo para elas, e muito mais para as genuínas necessidades das atividades acadêmicas do século XX. Adota-se no caso o velho e inverídico princípio: primeiro o prédio, depois veremos o que fazer com ele. As atividades adaptam-se às construções e não vice-versa. Isso significa que as realizações acadêmicas e sobretudo científicas tornam-se função dos caprichos e condições da arquitetura, tudo porque não há estudos objetivos, planos técnicos, nem sentimento de urgência ou responsabilidade.

Pessoalmente, conheço apenas duas universidades em que o campus universitário principiou a aproximar-se dos ideais funcionais e de tamanho, distância, economia e integração. Uma delas situa-se em Concepción, onde um campus universitário pequeno e desintegrado precedeu à reforma universitária. Foi possível incorporar os prédios existentes num plano subsequentemente unificado de construção e serviço, estando agora a universidade em vias de constituir um todo real orgânico. A outra está localizada em Costa Rica,

onde reforma, campus universitário e construção sucederam-se nesta ordem racional por um período de tempo relativamente curto. Neste caso os resultados de uma construção adequada, econômica e bem planejada são ainda mais evidentes. Em ambos os casos, contudo, temos todo direito de esperar futuro ainda melhor, porque em ambos os locais houve planejamento adequado para garantir uma organização universitária única e dinâmica.

Um planejamento genuíno pressupõe conhecimento, liderança, trabalho árduo e o verdadeiro desejo de resolver um problema da melhor forma permitida pela capacidade de todos. Para isso não há necessidade de vultosas quantias de dinheiro, apesar de indolentes crerem no contrário. Essas quantias só se tornam indispensáveis de pois que principia a execução do plano, não antes. A falta de fundos, porém, é comumente citada como desculpa para a ausência de um planejamento geral. Há então depreciação do poder de um plano realmente sólido e objetivo, porque a existência deste não é apenas uma condição prévia logicamente indispensável à ação, mas também porque frequentemente conduz à própria ação.

Os fundos são obtidos quando uma instituição ou pessoa realmente os procura, o que é especialmente verdadeiro na América Latina, onde a estrutura social enraiza-se profundamente nas relações pessoais. Apesar das declarações públicas de insolvência, mesmo nos países realmente pobres, pode ser obtido dinheiro para um projeto se alguém conhece as pessoas adequadas. Isso é tão verdadeiro / que a universidade muito influente recebe às vezes quantias inesperadas para alguma construção ou compra. Em tais momentos, as quantias surgem sem que haja plano adequado, improvisando-se então justificativas que infelizmente resultam no esbanjamento do dinheiro. Em tais ocasiões, um plano solidamente elaborado seria útil, ainda que nada mais fosse feito para a execução sistemática do próprio plano.

Como a continuidade de esforço é mínima, ninguém se julga responsável pela formação de um plano amplo de desenvolvimento, ainda que sua execução possa ser concretizada gradativamente, segundo aquilo que for disponível, durante anos. Orgulho pessoal, ambições pessoais, indiferença e incapacidade parecem conspirar contra uma iniciativa cujos resultados finais talvez não sejam vistos por aqueles que a apresentaram, os quais talvez também não recebam as honras devidas. Todos no governo, na universidade, na assistência técnica, assim como o público em geral, desejam ver resultados rápidos e imediatos. Continuam então a enganar-se com medidas incomple

tas mas caras, que não acarretam progresso e em muitos casos conseguem impedi-lo. É óbvio que atualmente nada é mais urgentemente / necessário do que criteriosa fusão de:

- a. Uma filosofia educacional ou reforma;
- b. Claro conhecimento das conexões acadêmicas;
- c. Amplo programa universitário;
- d. Plano coordenado para integrar as facilidades existentes com os novos currículos e a nova construção, visando objetivos muito ampliados;
- e. Um conceito único de unidade de campus universitário e trabalho em cooperação.

Quando isso for alcançado, em estrita interdependência com o espaço, pessoal e equipamento para a obtenção do resultado máximo com um investimento mínimo, a estrada para o desenvolvimento e progresso estará quase assegurada, porque então cada parte - grande ou pequena, importante ou não - estará em seu devido lugar, a medida que se tornar disponível ou for adquirida quando necessária. Todos os recursos financeiros poderão então ser empregados com lucro e investidos adequadamente, em vez de o serem ao acaso.

Somente então, e não antes, será a ocasião de procurar / tornar disponível grandes somas adicionais de dinheiro para o crescimento institucional. É óbvio que elas serão então necessárias e serão gastas apropriadamente. Além do mais, não ajudarão a reforçar características prejudiciais da antiga estrutura universitária, para tornar a reforma indispensável ainda mais difícil de ser concretizada. O planejamento, se adequadamente executado, demonstrará positivamente seu valor na economia e serviços, também impedirá a extensão dos fatores negativos encontrados atualmente na maioria das cidades universitárias.

Impedirá a construção de um campus impossível de ser administrado por ser excessivamente grande a parte de terra doada. Impedirá a aparência desordenada de um palácio enorme e luxuoso sem justificativa funcional, interdependência operacional ou correlação acadêmica. Prevenirá as distâncias desrazoáveis entre os prédios, impossível de serem cobertas a pé, no intervalo das aulas. Também servirá para impedir a construção de arranha-céus tendo por única justificativa a vaidade, fundamentada na presunção errônea de que cada edifício tem que ser magnificamente isolado e academicamente autônomo. Em resumo, um planejamento integrativo desencorajará gastos inúteis de tempo e dinheiro, assim como levará à criação de uma

universidade dinâmica num campus útil, econômico e produtivo.

Pessoal

1. Professores

Logo que uma cadeira vaga devido à aposentadoria ou morte de seu dono anterior, a universidade mais cedo ou mais tarde abre exame competitivo para escolher seu sucessor. Em muitos lugares, tal exame é denominado de "concurso" e na maioria dos casos é um processo formal. Os candidatos que aparecem são obrigados a submeter-se a uma série de exames e testes em data fixada, antes / de se apresentarem para defender tese. Dependendo do país, variam os graus de importância dados às diferentes fases exigidas por lei para o exame.

O princípio, contudo, permanece o mesmo. Um homem se prepara durante anos, aspirando a uma possível vaga em seu campo, em alguma universidade. Escreve um livro, publica-o às suas custas e depois o apresenta como tese no devido lugar e hora. Embora deva ser um trabalho original, nem sempre é de grande valor. Quando o candidato é nomeado vitaliciamente, em geral se sente tão exausto que provavelmente encara o acontecimento como o verdadeiro ponto culminante de sua carreira universitária. Com efeito, depois tudo aparece como um anticlimax, porque o processo usado para conseguir a vitória é tão complicado, cansativo e consome tanto tempo. A não ser que o novo professor seja jovem, raramente irá considerar sua nomeação um ponto de partida para novas oportunidades e trabalho sério. Como ninguém pode removê-lo, a não ser que renuncie por livre e espontânea vontade, o progresso acadêmico ou científico pouco ou nada tem a ver com sua presença na universidade.

Esse processo é um tanto diferente se uma Universidade ou Faculdade é nova e todas as cadeiras têm que ser preenchidas pela primeira vez. Neste caso, os futuros professores são comumente recrutados entre os líderes profissionais da comunidade. As Cadeiras são distribuídas entre eles assim como os títulos e posições são aquinhoados quando um grupo de cidadãos forma um novo clube ou partido político. Não é necessário, nem provável, que exista relação entre a experiência passada, conhecimento genuíno, provável capacidade de um lado, e do outro a Cadeira eventualmente obtida. Acontece comumente que até a véspera da lista final de professores ser / submetida a alguma autoridade competente para as novas nomeações, ninguém sabe com certeza que Cadeira ganhará, nem qual matéria será ensinada.

Outro impedimento ao progresso competitivo do ensino universitário é que todos os professores, e até mesmo todos os servidores universitários são de fato ou teoricamente considerados funcionários civis. A não ser que e até que os servidores universitários sejam separados do serviço civil, será difícil criar um corpo docente responsável, na Universidade Latino-Americana.

Os conceitos de segurança e estabilidade pessoal são levados ao extremo, o que conduz à estagnação pessoal, institucional e, finalmente, social. Não existe possibilidade de haver variações de salários para criar incentivos ou distinguir os professores eficientes, pois todos são iguais perante a lei. Se por algum motivo educacional a escola desejar melhorar as condições de trabalho ou financeiras de um professor, só o conseguirá fazendo surgir uma lei que dê o mesmo privilégio a todos os outros. Se por algum motivo técnico ou acadêmico a escola interessar-se pela promoção de uma nova especialidade, ainda não prescrita por lei, só o conseguiria através de uma nova lei. Tal iniciativa levaria necessariamente à criação de um posto idêntico de ensino em todas as escolas do país, independentemente do fato de necessitarem da especialidade, de poderem financiá-la ou desejarem que especialistas preencham os postos novos.

Todo o processo de equiparação das responsabilidades do ensino com o serviço público está intrinsecamente errôneo. Por definição, um funcionário público jamais deve iniciar um programa de ação por conta própria, mas deve ser o fiel executor de um programa estabelecido do alto ou pela lei. Essa atitude psicológica é exatamente oposta àquela que deve caracterizar o professor universitário. Este deve ter iniciativa, imaginação e ousadia para lançar-se espontaneamente nos altos mares da investigação humana, viajando pelo conhecido e desconhecido. Quando a camisa de força dos métodos do serviço público é colocada sobre o magistério, inicia-se um processo negativo de seleção biológica a longo prazo, que no final deixa as universidades da nação cheias de intelectuais incompetentes, covardes sociais, desajustados ou mártires. Os mecanismos da instituição conseguem esse resultado final, infelizmente.

Certamente, ninguém deseja tais resultados e ninguém tem por objetivo consciente o desastre. Contudo, esses mecanismos negativos interiores dão ao grupo um rumo que a comunidade conscientemente jamais ousaria dar, nem desejaria seguir. As modificações só são boas ou más em Biologia, quando possuímos um quadro de referência para verificar que modificações são progressivas e quais são regressivas.

Na América Latina, sem dúvida os processos de seleção natural geralmente conduziram as universidades à regressão. Neste ponto, o grupo assim selecionado defende-se contra as tentativas para reverter a situação. Temos que compreender esse fenômeno psicológico antes de qualquer tentativa para atacar em sua fonte um problema muito sério.

Em resultado, é óbvio que é impossível o desenvolvimento de um magistério verdadeiramente digno. Falta de oportunidade, a rigidez do sistema, adesão geral às normas do serviço público e à natureza da própria cadeira, são obstáculos ao desenvolvimento de uma verdadeira carreira universitária. Somente em circunstâncias muito excepcionais, observamos as primeiras tentativas de afastamento da tradição, em direção à formação de oportunidade para o progresso. Mas esse progresso só é compreendido em função de título, posição, responsabilidade e aumento salarial. Enquanto os servidores universitários continuarem ligados aos critérios do serviço público, esses conceitos e suas práticas correspondentes, especialmente as que se relacionam com incentivos financeiros, são impossíveis de serem criados ou melhorados.

Outra consequência dessa situação é tendência comum de participar o "Catedrático" de atividades não universitárias. Com seu nome, título, conhecimento, status no serviço público e posição vitalícia, frequentemente sente a tentação de utilizar sua Cadeira como simples degrau para a longa subida social ao poder. Uma vez "Catedrático", não mais terá de preocupar-se com o ensino e muito menos com pesquisas. Recebendo apóio e sustento de seu posto universitário, encontra-se finalmente livre para lançar-se com sucesso em alguma carreira profissional ou política.

Espera-se que um professor com plenos direitos reunirá modesta fortuna pessoal no exercício de sua profissão de advogado, médico e engenheiro. Isso ocorre em toda parte, mas quando se espera que essa fortuna advenha inteiramente das obrigações do professor para com a universidade, o problema não é mais universal. Torna-se ainda mais regional quando essas atividades profissionais são usadas como ponto de apóio na estrada para as posições administrativas, políticas ou diplomáticas. É grande o número de professores latino-americanos que moram centenas ou milhares de milhas distantes de suas universidades e que trabalham como Ministros de Estado, Senadores, Deputados ou Embaixadores, atuando em toda parte exceto como professores próximo de seu campus.

Neste ponto encontramos em todo o continente séria motivação contra o ensino de tempo integral. Consideremos, por exemplo, um professor de Matemática de alguma escola de Arte e Ciência na Argentina, mas que também serve como embaixador na Bolívia ou / Guatemala, enquanto permanece professor com plenos direitos em sua escola. Ou o professor de direito de alguma universidade nordestina brasileira, que eleito Deputado ou Senador por seu Estado natal, vive durante anos na capital do país, enquanto permanece professor com plenos direitos em sua escola.

É lógico que esses e seus colegas em posição semelhante provavelmente se oporão a qualquer modificação na estrutura universitária ou em suas ligações ao funcionalismo público do país, que possam pôr em perigo as vantagens pessoais que desfrutam no sistema em vigor. Se, além do mais, tal Deputado ou Senador for membro do Sub-Comitê Educacional do Congresso, como acontece frequentemente, não será difícil perceber porque tão poucas modificações benéficas ocorrem. Como toda modificação tem que ser efetuada através de nova legislação, aplicável a toda a nação, e como os legisladores também são parte do problema sobre o qual legislam, deveres integrais do magistério, carreiras universitárias ou independência universitária do status do serviço público, provavelmente não se tornarão lei, se puderem evitá-lo.

Para ganhar tempo e evitar ação, discussões intermináveis, conferências, reuniões e estudos são realizados todo ano para analisar, por exemplo, se dedicação de tempo integral ao ensino é benéfica ou prejudicial à universidade. Sempre que a pressão se eleva em demasia, soluções parciais são levadas em consideração. Quando se transformam em lei, são arbitrariamente enxertadas na estrutura existente que é legal, institucional, psicologicamente e, por motivo de interesses pessoais investidos, hostil a qualquer solução eficaz e integrada do problema como um todo.

Uma palavra final deve ser dita acerca dos salários do serviço público, em geral, e de como se refletem na posição econômica dos servidores acadêmicos, em particular. Em primeiro lugar, nenhum salário do serviço público latino-americano é suficiente à completa manutenção de um funcionário e de sua família, mesmo se considerarmos seus hábitos de vida, necessidades e obrigações sociais. Na América-latina, porém, não se espera que alguém viva exclusivamente de seu salário. Aqui encontramos um ponto de vista / completamente diferente daquele dominante na Europa ou América do Norte, a respeito do que se deve esperar do salário de um homem.

Nos Estados Unidos, quando dizemos que um assistente recebe o salário anual de US\$ 4.400.00, isso significa que o jovem, só ou com sua esposa, deverá viver com essa quantia. Talvez haja contribuições das respectivas famílias, mas essa soma extra raramente será superior a dez ou vinte por cento adicionais, além da quantia mencionada. Quando dizemos que um professor ^{com plenos poderes tem} um salário anual de US\$ 12.000.00, queremos dizer que ele e sua família vivem adequadamente com essa quantia, embora possa ter somas adicionais por meio de conferências, publicações, trabalhos de orientação ou economias. Essencialmente, porém, pode viver e vive de seu salário, que é suficiente para permitir economias, seguro e recreação.

Entretanto, quando ouvimos na América Latina que o salário de um professor com plenos poderes é de US\$ 100.00 por mês ou que a renda salarial anual de um Ministro de Estado é de US\$ 3.600.00 todos sabem que até mesmo descontando as diferenças de custo de vida e impostos, nenhum professor catedrático ou Ministro de Estado / pode viver, ou vive, com tal ordenado. Contudo, é isso exatamente o que respondem, quando um estrangeiro faz perguntas a um latino-americano sobre seu salário. A resposta é ludibriosa, mesmo quando há boa fé daquele que responde. O estrangeiro pergunta ao latino-americano sobre o seu "salário" e este último responde. Mas o americano não latino, ao indagar, refere-se à renda total do indivíduo, enquanto o latino-americano, conhecendo ou não a diferença, responde sem fazer alusão a essa renda total, mas mencionando apenas o salário.

O estrangeiro, contudo, mesmo quando passa a conhecer a diferença semântica, não compreende completamente suas consequências, a não ser que saiba que pela tradição feudal ainda existente o salário propriamente dito de um homem significa apenas um emolumento adicional. Corresponde apenas a dinheiro para pequenas despesas, recebido em troca de serviços prestados ao Estado por um membro financeiramente independente da classe dominante. Sua renda real é completamente diferente.

Desde que a camada baixa da classe média e a camada elevada da classe baixa tiveram acesso a cargos do serviço público, o problema "salarial" tornou-se agudo. Tais pessoas têm nenhum ou pouco patrimônio material em que se apoiar, de modo que surgiu gradativamente a necessidade de alguns indivíduos viverem realmente do que ganham. Atualmente está emergindo rapidamente uma situação social semelhante àquela prevalecente na Europa e nos Estados Unidos, no sé

culo 19, onde se encontravam indivíduos completamente dependentes de seus salários para a sobrevivência econômica.

Como o salário-emolumento não consegue manter vivos os indivíduos, por mais restritos que sejam seus hábitos ou necessidades, essa nova pressão financeira criou um fenômeno latino-americano muito difundido: acumulação de dois, três ou mais empregos por um único indivíduo. Como os dias se compõem de apenas um determinado número de horas, houve necessidade de promulgarem leis que estabeleciam as horas correspondentes aos empregos, possibilitando a uma pessoa que trabalhasse de 12 a 14 horas por dia a acumulação de dois ou três empregos de 4 horas diárias. É desnecessário dizer o quanto isso é prejudicial à comunidade em geral. Ao mesmo tempo, essa é outra causa influente contra os deveres magisteriais de tempo integral.

Distorções legais tentam definir tempo integral de trabalho como aquele correspondente a cinco ou seis horas diárias. Um indivíduo pode trabalhar mais de doze horas por dia e em geral o faz, dentro ou fora da universidade. Mas o fato de dividir suas energias, deveres e obrigações por diferentes rumos e em diferentes atividades e locais, torna impossível o cumprimento adequado de seus diversos trabalhos. O indivíduo "mata-se" num sentido social, sem produzir coisa alguma de valor, apesar de ser pago.

Por pouco que receba por cada emprego, se considerarmos sua produção verdadeira, verificaremos que seu salário é consistentemente elevado. Ele pode manter-se em estado de solvência, acumulando diversos salários relativamente baixos, mas a ordem social empobrece com isso. Essa é uma difícil situação encontrada atualmente no continente e será ainda pior no futuro. É uma das principais causas da estagnação social e um dos pontos de partida para a revolução social.

Concluindo, só podemos reiterar que é completamente necessária a abolição da cátedra como instituição social e acadêmica. É preciso sublinhar inúmeras vezes a conveniência de separar todos os servidores universitários dos regulamentos do serviço público, e de criar uma carreira universitária realmente eficaz para os professores universitários em tempo integral. A não ser que e até que a competição seja injetada no sistema universitário latino-americano, nenhuma quantidade de auxílio financeiro ou preparo individual conseguirá acarretar modificações intrínsecas.

2. Estudantes (já traduzido anteriormente).

3. Servidores

Na maioria dos lugares, o pessoal universitário administrativo e de outros serviços goza de muitos, senão de todos os benefícios do funcionalismo civil. Também são "nomeados" para os seus postos, colocados dentro da estrutura salarial do serviço público e é difícil ou impossível removê-los - aconteça o que acontecer.

Como os salários do funcionalismo público raramente podem competir com aqueles pagos pelo comércio e indústria para serviços prestados semelhantes, a competição é seriamente desigual e a escolha entre os prováveis candidatos a um emprego recai apenas/sobre certos níveis sociais. O pessoal administrativo em geral é escolhido entre os membros da classe dominante, enquanto os outros provêm de classes muito baixas. Na universidade raramente encontramos especialistas da classe média qualificados e treinados em trabalho técnico, administrativo e de assessoria.

Essa é a razão pela qual a burocracia universitária é tão ineficaz. Se por lei uma secretária não especializada trabalha seis horas por dia para receber apenas X, enquanto no mercado/livre oito horas de serviço de uma secretária estenógrafa, falando línguas, corresponde a uma quantia 5 vezes maior, por exemplo, é óbvio que a universidade raramente conseguirá boas secretárias, ainda que essas lhe sejam muito necessárias. Assim, tendo que lidar com a mediocridade em todos os níveis, o resultado sai financeiramente caro, embora de eficácia muito baixa.

A maior parte do pessoal de secretaria tem algum parentesco com as melhores famílias da comunidade e assim, automaticamente, com os próprios professores e autoridades universitárias. Salários baixos e, frequentemente, a impossibilidade de obter pessoal qualificado para lidar com os assuntos administrativos, conduz a esse fenômeno social. Também conduz a mais uma causa para a impossibilidade de conseguir serviço adequado, porque é óbvio que outros motivos além dos técnicos determinarão a nomeação ou despedida de tal pessoal. O professor, decano ou reitor pensará duas vezes antes de despedir um contador ou uma secretária, se ele ou ela forem primos ou parentes de outro membro influente da mesma comunidade. Tudo isso conduz a privilégios e liberdades, mas a pouco trabalho, pois ninguém pode exigir muito de um parente mal remunerado.

Além disso, há leis trabalhistas nacionais que trazem /

ainda mais complicações. Muitos países têm leis que são mais utópicas do que práticas. Poderiam dar bons resultados numa sociedade excepcionalmente amadurecida e muito produtiva, mas estão completamente fora da realidade em outra sociedade. Em resultado, há tantos impedimentos para a útil despedida de pessoal verdadeiramente incompetente, que muitas instituições preferem manter um servidor que não produz ou é até mesmo impertinente ou desonesto, a enfrentar as consequências de uma lei inaplicável.

Tudo isso conduz à conclusão lógica de que deve haver competição também entre o pessoal universitário. O rumo a seguir deve afastar-se do status e salários do serviço público, em direção a contratos individuais sob as leis trabalhistas prevalentes, com salários que competam com o mercado livre, atraiam o melhor pessoal disponível e exijam serviço correspondente à justa remuneração.

F. Educacional

1. Conclusões:

A análise precedente não é promissora, mas demonstra a necessidade urgente de uma reforma fundamental. A linguagem de reverência e admiração usada em relação às universidades e assuntos acadêmicos tornou-se pouco mais do que uma tela de fumaça, para a falta geral de competência e responsabilidade. Passados são os dias em que essa reverência se justificava, em relação às poucas pessoas inteiramente dedicadas ao estudo, aquisição e aumento do saber, em benefício da comunidade e da humanidade em sentido lato.

É óbvio que oportunidades que se ampliam, para que maior número compareça aos salões santificados da aprendizagem, tem que trazer certa diluição de valores antigos. Mas quando resulta em sua completa eliminação, a universidade precipita sua própria destruição como sistema social. Infelizmente, estamos próximos disso. Devemos, portanto, examinar nossos valores cuidadosamente, defini-los e, sempre que necessário, criar novos que demonstrem ser mais adequados às necessidades contemporâneas e mais conducentes à eliminação e prevenção da incompetência em todas as suas variadas formas.

2. Competência:

É indispensável introduzir competição sadia em todos os níveis e em todas as áreas da vida universitária. A proteção

do indivíduo, de seus direitos e privilégios é apenas justificável enquanto a excelência individual for critério para a seleção e a competência individual for a única causa de promoção. Numa época coletiva de produção em massa e pesquisa coletiva, embora a importância do próprio indivíduo ainda seja fator essencial, transferiu-se essa importância para a integração útil do indivíduo no esforço de muitos em cooperação, dedicados ao bem de todos. Assim, as prerrogativas individuais devem subordinar-se à ação coletiva em direção a um objetivo comum.

A competência tem que ser a base para a seleção e promoção do indivíduo, sem protegê-lo através de direitos sem obrigações. O sucesso e o fracasso têm que ser medidos em função da produção e não em função de privilégios. Quando falamos em produção, queremos referir-nos a serviço útil e não a extensas tolices eruditas, sem significado nem objetivo.

A excelência individual tem que ser estimulada através da oportunidade e possibilidade de uma carreira. A segurança individual tem que ser função de produção útil para o progresso e não o berço de mediocridade privilegiada.

A aplicação de critérios de sobrevivência acadêmica, que já não são válidos, levou a um processo biológico de seleção negativo. Durante as décadas passadas, de acordo com o triste porém verdadeiro ditado: "Aqueles que sabem fazem, aqueles que não sabem ensinam", as universidades acumularam muito trabalho impregável, cuja ineficácia só é comparável à arrogância com que tentam defendê-lo. Hábitos e atitudes do século XIX são adotados atualmente por ignorantes, que não têm o mínimo direito às cátedras e que, graças a regras e regulamentos ultrapassados, não poderão ser afastados delas.

O mesmo pode ser dito do restante pessoal universitário. O critério de seleção, portanto, tem que ser modificado imediatamente e para todo o sempre. A competência tem que ser o único critério, enraizada em eficaz competição, dentro dos limites das carreiras universitárias acadêmicas e administrativas. Os serviços prestados têm que receber justa remuneração, semelhante àquela paga pelos mesmos serviços em outras instituições sociais competitivas. Todo o pessoal universitário deveria ser contratado / espelhando esses contratos os direitos e deveres individuais. A competência varia com o indivíduo, devendo portanto ser abolido o conceito de remuneração e direitos iguais. A proteção da medio -

cidade não deve ser confundida com o direito à segurança, que tem uma pessoa competente. Quando a competência e produção eficaz se tornarem a única base para a segurança de uma pessoa e a única oportunidade para sua melhoria, a universidade terá finalmente chegado à estrada de seu crescimento útil e eficaz.

3. Aprendizagem:

Não deve haver dúvida de que, em nossa era de explosão demográfica, o processo de aprendizagem deve afastar-se da posição privilegiada de poucos seletos e voltar-se para o preparo justo de grande número. Mas o processo de aprendizagem não se torna assim mais fácil, apenas porque grandes massas de seres humanos devem obter e obterão oportunidade de acesso à educação superior. Novas técnicas educacionais podem esclarecer o ensino e torná-lo tarefa mais fácil, mas isso só servirá para compensar as dificuldades crescentes que surgem quando lidamos com vastos números, aos quais transmitimos conhecimentos cada vez mais complexos.

O processo de aprendizagem permanece tão difícil quanto antes, para o estudante individual. Se no caos geral da dissolução social que nos ameaça por todos os lados, as massas crescentes exigirem e alcançarem atenuação dos padrões educacionais para encontrarem caminho mais fácil, a sociedade estará cometendo seu próprio suicídio.

O que a sociedade precisa hoje em dia é de mais pessoas melhor educadas e não de mais pessoas pior educadas, em contraste/com os poucos bem educados do passado. Falta geral de autoridade predispõe a sociedade a ceder diante de qualquer pressão, por mais leve ou injustificável que seja. Adota-se o argumento totalmente errôneo de que um número muito maior de indivíduos não pode submeter-se aos rigores de um processo rígido de aprendizagem, porque não têm a mesma capacidade para aprender que o pequeno grupo seletivo.

Os poucos ou pouquíssimos indivíduos excepcionais continuarão a emergir bem educados, qualquer que seja a estrutura social ou o sistema educacional. Isso é um fenômeno biológico e não consequência educacional. Entretanto, os estudantes médios, quer em número diminuto ou grande, são tão capazes quanto no passado de receber e absorver sólida e útil educação superior, sempre que sejam obrigados a estudar de modo adequado e com disciplina.

A sociedade de hoje não pode ceder aos caprichos dos

muitos desesperadamente necessitados, baixando simplesmente seus padrões educacionais até sua quase anulação, apenas para que mais pessoas consigam "passar" pelo processo educativo, sem o correspondente conhecimento e experiência. A sociedade atual, em escala sempre crescente, necessita de indivíduos tão sólidamente preparados e bem educados como no passado, para cuidar das obrigações comunitárias administrativas e produtivas. A sociedade, portanto, não pode submeter-se aos chamados "direitos democraticamente adquiridos", exercendo pressão coletiva sobre os estabelecimentos educacionais, a fim de que abaixem os padrões cada vez mais, até que o processo educacional se torne uma caricatura grotesca do que era anteriormente.

O processo democrático não pode funcionar com cidadãos inexperientes, ignorantes ou incompetentes. A definição é tão verdadeira quanto antiga, e sua validade já foi demonstrada desde a época em que foi postulada pelos inventores desse sistema político. A sociedade necessita de cidadãos bem informados, experientes e competentes, êsses só podem ser preparados nas escolas da nação. Enquanto êsse processo estiver progredindo, será uma contradição até mesmo verbal exigir para o estudante o direito democrático de determinar que espécie de medidas educacionais êle permitirá, ou aceitará. O estudante é considerado como tal porque não sabe e deve aprender. Dar-lhe o direito de determinar o que decidirá aprender é colocar a carroça adiante dos cavalos. O processo de aprendizagem em qualquer lugar, em qualquer época e para qualquer pessoa é extremamente doloroso. Nenhum organismo gosta de submeter-se à dor, portanto fará todo o possível para evitar, eliminar ou pelo menos aliviar uma situação desagradável. É óbvio, pois, que os padrões educacionais e objetivos têm que ser estabelecidos pelos que já adquiriram saber, pelos que ensinam e não pelos que estão sendo ensinados. Autoridade qualificada e centralizada tem que ser restabelecida na universidade, capaz de impor as virtudes e deveres, necessários se desejarmos que o estudante aprenda, que adquira o preparo e educação necessários:

a. Em aprendizagem nada pode substituir o trabalho árduo. Ainda não inventaram a máquina capaz de mergulhar num cérebro e transmitir conhecimento sem sofrimento e esforço. A não ser que, e até que trabalho árduo possa ser exigido de um estudante e imposto àqueles recalcitrantes, o processo de aprendizagem permanecerá deficiente.

b. Em aprendizagem, não há substitutivo para a rigorosa disciplina mental e moral. O animal humano tem que ser condicionado à aceitação do desagradável, ao sacrifício e a tolerar a adversidade. A não ser que, e até que, o processo de aprendizagem possa ser imposto à disciplina estudantil dessa natureza, permanecerá deficiente.

c. Não há substitutivo em aprendizagem para uma atitude respeitosa, em relação ao conhecimento e à autoridade que pode ministrá-lo. O conhecimento tem que ser primeiramente desejado, para / depois ser adquirido. Isso implica obviamente na obrigação de estimular a curiosidade individual para o conhecimento, em geral, e as matérias a serem estudadas, em particular. Isso também implica no dever individual de adquirir conhecimento, respeitando aqueles que já adquiriram saber. Esse respeito só poderá ser exigido e recebido por quem tem competência. Portanto, a não ser que, e até que a universidade cultive a competência em todos os níveis, o processo de aprendizagem permanecerá deficiente.

4. Disciplina:

Disciplina não é apenas função de serviço eficiente dentro de uma organização ou de alguma instituição. É por si um ingrediente vital da boa educação. Não pode haver educação digna sem disciplina mental e moral. O preparo profissional e especialmente o científico não pode existir sem esse ingrediente indispensável do processo de condicionamento. A metodologia científica e a capacidade de pensar seriamente, com objetividade e rigor, baseiam-se fundamentalmente no raciocínio e ação disciplinados.

Só poderemos condicionar o estudante para esse objetivo se lhe dermos responsabilidades específicas, aplicando-lhe sanções quando não as cumpre. Acreditar na possibilidade de existir sistema educacional sem sanções é um dos enganos básicos de nosso tempo. É sempre necessário que um estudante tenha deveres bem definidos, que tenha a obrigação de cumprir, por exemplo, ele poderá ser responsável pela conservação de certo equipamento, colocado sob sua guarda. Tem que encarar com intenso respeito os instrumentos científicos que não pode usar, nem tocar, antes de provar sua competência e responsabilidade. Deve respeitar valores materiais e ser obrigado a repor tudo o que quebrar ou perder. Deve comparecer às aulas e respeitar as normas estabelecidas pelo curso, assim como respeitar as regras e regulamentos da instituição.

É sempre possível pôr em funcionamento qualquer espécie de sistema acadêmico ou rotina de laboratório, mas é muito mais difícil assegurar seu funcionamento e crescimento contínuos. Toda rotina implica na probabilidade de infrações e na consequente necessidade de sanções, para impedir o colapso de todo o sistema. Circunstâncias excepcionais podem gerar forças dinâmicas tão repletas de entusiasmo idealista que poderão mover todo um sistema de rotina e disciplina, sem infrações percebíveis. Mas tais forças são difíceis de serem geradas e ainda mais difíceis de serem mantidas. Portanto, sem a existência de autoridade que aplique sanções quando alguma parte do sistema fôr desrespeitada, perde-se o esforço e o sistema rompe-se. A necessidade de estabelecer medidas de controle para situações comuns, em vez de confiar num milagre ou generalizar por meio de exceções, é tão importante como tudo o mais na educação atual.

Nossa impotência para aplicar sanções, no processo temporâneo de educação, é a base de todas as dificuldades importantes, encontradas em relação ao crescimento progressivo da eficiência e resultados acadêmicos. É pois intensamente recomendável pensar cuidadosamente, e determinar se algo pode ser feito dentro da estrutura existente, para introduzir sanções eficazes, que resultarão em melhor educação. As seguintes categorias talvez conduzam a esse fim.

a. Acadêmica:

A situação acadêmica do estudante será prejudicada em proporção direta à sua falta de disciplina, ou incapacidade de responder às responsabilidades que lhe forem confiadas.

b. Institucional:

A situação institucional do indivíduo será diretamente associada a sua grande cooperação e disciplina. Infrações repetidas acarretarão seu automático e irrevogável desligamento da instituição.

c. Financeira:

A situação financeira do estudante deve estar diretamente relacionada à sua responsabilidade para com quaisquer valores, que lhe forem confiados. No início de cada semestre acadêmico, ele deve depositar quantia razoável que lhe será devolvida no final do período, menos o que tiver que ser pago por perda ou dano.

d. Emocional:

A situação pessoal de um estudante, na instituição, será consequência direta dos recursos psicológicos aplicados para o reconhecimento da excelência, e para gerar o desejo de "brilhar". Poderão ser aplicadas pressões em que o fracasso pessoal será encarado como "falta cometida contra o grupo total". A ameaça de ostracismo pelo grupo é, geralmente, suficiente para dar ao indivíduo o desejo de fazer aquilo que a instituição quer que ele faça.

5. Esportes:

Os esportes são quase inexistentes na Universidade Latino-Americana. Restringem-se principalmente, onde existem, a alguns esportes coletivos, tais como futebol, basquete, vôlei e em alguns casos futebol americano. Mas até mesmo esses esforços são esporádicos, limitando-se na maioria dos casos à improvisação de times provindos das diferentes Faculdades, para competições entre umas e outras, ao acaso, em busca do título para a escola naquela atividade, durante período fixo e muito curto do ano. É muito raro encontrarmos educação física ou pistas de corridas. Igualmente raro é encontrarmos as facilidades necessárias para estimular o interesse do estudante pelo desenvolvimento de seu corpo.

Uma das mais necessárias reformas na Universidade Latino-Americana é a introdução de Educação Física obrigatória, no primeiro ano do curso universitário. Tal medida lançaria os fundamentos para o futuro comportamento de grande número de estudantes, em relação aos esportes em geral e à saúde física pessoal. Assim o estudante adquire o hábito de fazer ginástica e de interessar-se pelo aperfeiçoamento de seu corpo. O postulado "mente sã em corpo sã" é muito verdadeiro. A universidade tem, portanto, a obrigação de proporcionar os meios para a obtenção desse ideal.

Até aqui, a Universidade Latino-Americana ignorou totalmente essa obrigação e sua importância, porque continua sendo uma instituição dedicada ao objetivo do século XIX de produzir / cavalheiros eruditos fisicamente negligenciados.

A Universidade terá de rever sua atitude em relação / aos esportes em geral, descobrir os meios financeiros para conceder as facilidades e equipamento necessários, estabelecer departamentos de educação física e obrigar todos os primeiro-anistas a participarem dos esportes, corridas e exercícios calistênicos que constituirão parte normal de seu currículo.

6. Pesquisa:

O conceito da "liberdade da pesquisa científica" deve ser cuidadosamente revisto e novamente definido. No passado, indivíduos capazes necessitavam de proteção para mergulharem em assuntos de investigação que eram considerados tabus. Isso levou à formulação de uma liberdade especial, permitindo que os cientistas se dirigissem a qualquer rumo desejado, sem interferência indevida das instituições sociais ou do estado. Hoje em dia, contudo, raríssimos são os assuntos que despertam animosidades quando tratados com método, investigados objetivamente ou estudados com habilidade.

A pesquisa científica do século XIX também implicava, ou exigia, a liberdade de tomar iniciativas para dar livre curso à imaginação e curiosidade de uma pessoa qualificada. Hoje, a maior parte das atividades de pesquisa não dependem mais da iniciativa / individual, nem de uma escolha arbitrária e caprichosa entre um número indefinido de alternativas possíveis. A escolha é feita principalmente através da atuação do grupo em área já predeterminada e em direção a um objetivo já preestabelecido. Hoje em dia a iniciativa pessoal restringe-se principalmente à escolha dos métodos e a liberdade de escolha deve restringir-se a essa finalidade e extensão.

Atualmente não nos falta mais coragem individual para investigar, mas a capacidade financeira da comunidade para satisfazer a todos os cientistas ao mesmo tempo, para enfrentar as exigências crescentes daqueles que "desejam investigar". Portanto, cabe mais à sociedade do que ao indivíduo decidir acerca das prioridades relativas aos projetos de pesquisa, que possam aperfeiçoar o que já é conhecido, ou mergulhar no desconhecido. A pesquisa atual exige ação coletiva numa área definida anteriormente, e determinada segundo sua utilidade coletiva, onde as responsabilidades são assumidas de acordo com um programa geral de ação.

Entretanto, dentro de áreas rigorosamente definidas, o indivíduo deve continuar livre para tomar iniciativas, planejar e elaborar projetos, testar e experimentar, ser bem sucedido ou fracassar. A única modificação é aquela que se refere à atitude em relação à escolha de projetos. Ninguém tem o direito inalienável de exigir que a sociedade financie suas atividades, apenas porque as julga valiosas. É preciso que também a sociedade, de acordo com seus próprios padrões e prioridades, esteja convencida de que tal projeto pode ser útil e de que deve, portanto, receber os meios necessários à sua concretização.

A "Liberdade de Pesquisa Científica" deve ser novamente definida como o direito de o indivíduo seguir a linha de orientação como julgar adequado, depois que um planejamento geral e orientação forem formulados por um grupo, e depois que a sociedade decidir conceder os meios financeiros porque o projeto relaciona-se diretamente com a satisfação de uma necessidade. A não ser que um indivíduo também contribua com os meios financeiros, dificilmente poderá justificar, em nome da liberdade de pesquisar, algum direito caído do céu para fazer o que bem entende. Se é a sociedade / quem paga, é a sociedade quem deve ter o direito de determinar prioridades, através de mecanismos bem montados. É claro que esse conceito se opõe ao liberalismo individual do século XIX, mas já não vivemos nesse século.

Haverá sempre uma elite, cujo trabalho importante num determinado campo lhe dará automaticamente o direito de determinar suas próprias prioridades e de orientar-se segundo suas iniciativas individuais e necessidades. Qualquer que seja a ordem social, a sociedade sempre encontrará os meios de conceder a esses poucos o direito de seguirem os ditames de sua imaginação singular. Devido à massa numérica da sociedade do século XX, esses poucos - embora sempre de número reduzido - são muito mais numerosos do que os poucos pensadores, descobridores e inventores do passado. De fato, a credita-se que na primeira metade de nosso século, a humanidade produziu maior número de importantes cientistas e inovadores do que durante todo o seu passado.

Mas esse mesmo privilégio concedido a essa elite sempre proporcionalmente pequena - por mais numerosa que seja - não pode ser dado à população universitária do mundo inteiro, realmente vasta. Não é lógico dar direitos e privilégios a um grupo de realização média, apenas porque há entre seus membros alguns indivíduos / proeminentes. A sociedade não pode pagar tal procedimento, que na maioria dos casos seria injustificável. Temos de realizar um esforço para eliminar o raciocínio confuso e lerdo e para evitar que argumentos válidos, em determinado quadro de referência, sejam adotados para permitir ação prejudicial em outro.

Analisemos agora as formas e meios de melhorar a pesquisa qualitativa e quantitativamente, em toda parte, em nível universitário. Um dos mais importantes elementos para a organização de uma dinâmica universitária é proporcionar a oportunidade, meios, facilidades e incentivos para que os jovens de ambos os sexos resol-

vam dedicar-se a uma carreira acadêmico-científica. É necessário sangue novo no ensino e trabalho científico, para que a universidade cumpra seus objetivos e continue a crescer. Nem sempre se reconhece, porém, que tal processo não surgirá através de puro a caso e que certos mecanismos têm que ser criados e mantidos, a fim de possibilitar às gerações mais novas a descoberta de um novo ru mo para alcançar esse objetivo.

É lógico que não será suficiente insistir públicamente na necessidade de haver bons cientistas e professores, quando na da é feito pela própria instituição para concretizar esse objetivo. O método falho de distribuir bolsas de estudo no local errado, no campo errado e para pessoas erradas, pouco ou nada faz de construtivo para resolver um problema vital da universidade, igualmente importante para a sociedade geral.

Primeiro será necessário despertar entre os estudantes o interesse de escolher uma carreira dedicada ao ensino e pesquisa. Escolas, departamentos, institutos e membros individuais do corpo docente devem animar os jovens a escolher uma carreira científica. Todos devem estar continuamente alertas para a descoberta de material promissor e devem participar ativamente de campanhas para atrair futuros colegas, em potencial, para o seu campo de investigação e esforço.

Em segundo lugar, deverá ser criado um ambiente universitário favorável para estimular esse interesse e exemplificar o que significa. A pesquisa não é uma atividade que possa ser decretada por lei ou iniciada à vontade, apenas porque alguém assim o decidiu ou porque comprou grande variedade de equipamento caro. Encontramos prova disso em muitos laboratórios latino-americanos, esplendidamente equipados, que adquiriram facilidades supérfluas e equipamentos cegamente pelo catálogo. Tais instalações parecem museus de equipamento científico, onde o aparato adquirido é exibido, fora os casos em que o material adquirido permanece guardado em algum depósito, ainda empacotado e completamente sem uso.

A moderação, em todos os seus aspectos e manifestações, é ingrediente indispensável à Ciência eficaz. Embora seja verdade que a pesquisa pressupõe certos padrões materiais mínimos, não é verdade que dependa exclusivamente de aparato caro. Muito pode ser feito com equipamento barato e muitos princípios físicos importantes foram descobertos com aparelhos feitos apressadamente, pela própria equipe. É bem errado presumir que a única atividade

O treinamento e preparo de pessoal científico qualificado é apenas um entre os diversos fatores que levam à pesquisa. Deve haver também um planejamento cuidadoso para integrar os projetos de pesquisa com as necessidades econômicas do país e as possibilidades financeiras da instituição. Por mais modesto que seja um projeto, sempre custa dinheiro. Não há sentido em iniciar uma linha de investigação sem fundos, ou sem que para ele haja pessoal adequadamente preparado.

Isso demonstra como é complexa uma atividade que se tornou recentemente muito popular nas universidades latino-americanas. Como hoje em dia é moda realizar pesquisas, todos desejam realizá-las. A grande maioria dos aspirantes a isso não possui o devido preparo, e tem escassos conhecimentos dos complexos processos que as regem. Há a crença difusa de que os empreendimentos científicos constituem um ato da vontade, ou podem ser decretados pelo Congresso. Mas uma comunidade sem disciplina, metodologia ou experiência, sem ao menos as mais elementares noções de "medida" como meio de vida, não pode transformar-se prontamente numa sociedade / tecnológica. Até mesmo a estrutura linguística não se presta facilmente ao raciocínio científico. Não há, por exemplo, vocábulo em espanhol ou português que defina exatamente o termo "rate", o que reflete o fato de que o próprio conceito não existe aí. Para que se produza ciência genuína é necessário muito mais do que um vago desejo.

O resultado lógico é incrível ausência de ciência pura. A parte científica existente pode ser classificada como imitativa, em vez de original, enquanto a maioria das chamadas atividades científicas deveriam ser colocadas com mais precisão sob os títulos "erudição". Essa também constitui um elemento útil e é sempre um degrau indispensável para o trabalho científico original. Assim, seria mais do que aconselhável reduzir a importância geralmente dada à pesquisa e colocar toda ênfase, tanto no vocábulo como no conteúdo da erudição. Somente quando for adquirido pessoal adequado, quando forem estabelecidos planos de ação, quando programas globais forem idealizados e houver suficiente reserva de fundos, deve ser feito esforço consciente para iniciar pesquisa genuína.

A universidade então terá justificativa moral para insistir na obtenção de fundos adicionais. Será então também possível requisitar assistência financeira de fontes privadas. Acordos científicos com a indústria para determinados trabalhos de pesqui-

válida em Ciência é a atividade cara, que envolve ciclons e pilhas atômicas. É muito necessário criar primeiro um espírito de grupo dedicado à metodologia científica e que adota o axioma moral de que a vida é bem vivida quando a passamos adquirindo mais saber e descobrindo novas verdades, mesmo que assim não seja economicamente vantajosa.

Finalmente, é necessário um programa de ação universitário positivo para encorajar a entrada nesse campo e para facilitar uma carreira científica e acadêmica, para os estudantes com capacidade. Muito depende da atitude psicológica das autoridades universitárias que favorecem esse objetivo. Canais regulares têm que ser estabelecidos para tornar acessível, àqueles que desejarem seguir uma carreira universitária, o preparo adequado e oportunidades para trabalho universitário. A universidade, portanto, tem que estabelecer um programa de ação positivo em relação a:

- a. Criação de numerosos cargos de assistentes, monitores e auxiliares gerais, a serem preenchidos por pessoas qualificadas, através de um programa bem sucedido de aliciamento.
- b. Pagamento adequado para tais cargos, a fim de permitir dedicação de tempo integral em níveis adequados de salário e romper com a tradição de acumulações de empregos.
- c. Ampliação dos programas departamentais para o preparo de pessoal capaz, primeiro na terra natal, depois em outro plano regional e finalmente no estrangeiro, em períodos de tempo fixos, a fim de que os candidatos possam contar com essas oportunidades e formar seus planos futuros de acordo com elas, desde que correspondam à expectativa.
- d. Concessão de prêmios especiais de pesquisa a trabalho excepcional feito ou a ser realizado sob orientação adequada, a fim de estimular o interesse individual, em base competitiva.
- e. Obrigação que terá o indivíduo, que está sendo preparado, de aceitar um cargo universitário, depois de completar seu treinamento no país natal ou no estrangeiro e a obrigação concomitante da universidade garantir-lhe tal emprego, sempre que a qualidade e rapidez do progresso do candidato forem satisfatórias.
- f. Fornecer equipamento e suprimentos adequados aos departamentos que estiverem realizando pesquisa útil, de modo que o programa de ação delineado para o preparo e seleção pessoal possam adaptar-se perfeitamente às facilidades materiais, disponíveis no tempo e lugar certos.

sa, adaptados a algum problema concreto que necessite de solução, conduzirão à útil aplicação da ciência a serviço da comunidade.

Ciência em benefício da própria ciência, isto é, a pesquisa pura é o último passo do processo e não o primeiro. Na pesquisa pura a iniciativa individual, a capacidade e a imaginação desempenham o papel mais importante. Porém sempre se baseia no amplo e firme fundamento da capacidade coletiva, numa atitude social que conduz à produção orgânica dos poucos seletos e raros indivíduos, que aumentam o total de nossos conhecimentos.

Na América Latina, ainda prevalece a atitude do século XIX em relação à ciência. Aceita-se comumente a noção de que uma pessoa isolada em seu laboratório pessoal, se não fôr atrapalhada por excesso de experiência correlativa ou de conhecimento num determinado campo, conseguirá por um passe de mágica descobrir algo de novo e significativo, até então desconhecido. O alquimista de nossos dias está convencido de que descobrirá a pedra filosofal se lhe derem o equipamento necessário.

Essa crença em magia, um tanto ingênua mas compreensível, poderia ser tolerada e aceita como um requisito necessário / ao processo de desenvolvimento. Poderia ser considerada uma fase transitória do desenvolvimento social, indo da exégesis de textos conceituados à descoberta sistemática do mundo dos fenômenos. Mas há uma diferença: enquanto no passado, aquele que resolvia por si mesmo ser cientista restringia suas necessidades materiais a alguns tubos de ensaio, produtos químicos, baterias feitas por ele ou microscópios, seu contemporâneo exige e frequentemente obtém / ciclotrons, betatrons e reatores nucleares. É precisamente essa despesa exorbitante que no final leva a sociedade a assumir atitude de menos tolerante, em relação a esse processo.

Uma instituição que apenas principia a desenvolver-se no setor de pesquisas deve e tem que adaptar-se às necessidades / daqueles que a financiam. Além de ser insensata é moralmente injustificável exigir a prerrogativa de trabalhar num vácuo social, e insistir que outros paguem a despesa. Isso só pode ser exigido da comunidade por uma instituição ou pessoa que já demonstrou sua capacidade, assim como também só pode ser reivindicado de uma comunidade que já foi bem servida durante longo período de tempo; de uma comunidade que já recebeu assistência para resolver seus problemas mais imediatos e que já tem, portanto, os recursos financeiros para financiar pesquisa pura, como um investimento longo, mas legítimo para o futuro.

A Universidade Latino-Americana deveria primeiro financiar a erudição enquanto prepara o campo, através de planejamento competente e preparo adequado, para projetos de pesquisa a serem aplicados no futuro. Tendo algo a oferecer em troca, terá o direito de solicitar assistência financeira, de estimular os interesses governamentais e privados, em atividades que trazem vantagens mútuas. Esse procedimento conduz sistematicamente a laboratórios bem equipados, a pessoal preparado e à gradativa acumulação de experiência indispensável. Se levado a efeito, fundamentado em departamentos, também conduzirá eventualmente a um processo de seleção positiva do qual emergirão algumas pessoas proeminentes, capazes de executar projetos de ciência pura e original, e autorizadas a reivindicá-los.

7. Preparo versus Educação:

Muito continua a ser dito sobre o valor relativo do preparo versus educação. A velha dicotomia entre os "sábios" e os "artesões" ainda existe em nosso inconsciente. A revolução industrial recente destruiu os fundamentos econômicos, educacionais e sociais dos últimos, enquanto mesmo os primeiros sofreram profundas modificações, tanto em número como em qualidade de preparo. Assim, a auréola de magia e veneração colocada antigamente sobre os poucos sábios, foi atualmente transferida aos cientistas pelas massas. Mas o cientista contemporâneo não é apenas "sábio" mas também "artesão". Numerosas habilidades manuais necessárias à pesquisa, não podem ser consideradas à parte da erudição e da teoria. Essa mistura de habilidades manuais e intelectuais caracteriza essencialmente o erudito do século XX, quer seu campo de interesse seja a Física, as ciências sociais ou biológicas.

Do mesmo modo, em nível preparatório mais baixo, persiste o problema do preparo versus educação. Nos Estados Unidos, em nível de aprendizagem superior, é possível encontrar preparo técnico quase destituído de valores e objetivos educacionais. Assim como é possível obter num mesmo sistema educação geral em Artes Liberais, destituída de treino prático em relação a algum uso específico no futuro. Mas também é possível que um estudante tenha um currículo harmônico e bem equilibrado quanto ao preparo e educação.

Vivemos num mundo de massas crescentes, havendo crescentes necessidades de números sempre maiores de cidadãos, tanto preparados como educados, para administrarem a sociedade e satisfazerem suas exigências materiais e espirituais. Somos obrigados,

portanto, a estabelecer por meio de definições claras linhas distintas de separação entre esses dois objetivos universitários, essencialmente diferentes. Tanto o preparo como a educação têm seu lugar válido na sociedade. Mas seria muito ingênuo e inútil tentar proporcionar ambos ao mesmo tempo ou buscar apenas um, em nome do outro.

A análise meta-educacional deve esclarecer portanto os conceitos e estabelecer caminhos universitários distintos, conducentes a objetivos universitários também distintos. Certa falta de coragem para enfrentar um problema declaradamente inconveniente e potencialmente perigoso impediu sua solução. Devemos primeiramente concordar sobre os objetivos procurados e necessários para serviço social mais eficiente, procurando em seguida currículos correspondentes para permitir aos jovens escolher entre diversas alternativas claramente definidas e igualmente úteis, entre metas igualmente importantes e igualmente necessárias.

8. Currículo:

A rigidez tradicional de alguns currículos fixos, que conduzem a diplomas profissionais e presumivelmente a carreiras / profissionais correspondentes, tem que ceder lugar a um sistema / mais flexível. Programas, cursos e regulamentos têm que ser mais elásticos, para permitir que a universidade dê aos cidadãos muito maior variedade de preparo e oportunidades educacionais.

Atualmente, a maioria das universidades considera ser o currículo profissional sua unidade educacional básica. Os estudantes matriculados numa faculdade sabem de antemão exatamente que matérias estudarão ano após ano, até a formatura. Sua classe, como grupo, constitui uma unidade acadêmica fixa e as matérias pré-determinadas lhes são sucessivamente apresentadas. Nesse sistema, o professor vai ao aluno, o curso à classe, porque cada uma dessas matérias é ensinada apenas àquela classe, sem que alguém mais esteja interessado ou possa tomar parte. Deve haver afastamento dessa estrutura monolítica inflexível, em direção à consideração do curso ou matéria como unidade universitária básica. Então é o estudante quem vai ao curso, ao professor, e não vice-versa.

A vantagem óbvia desse sistema é que qualquer estudante ou qualquer número de estudantes pode comparecer a determinado curso. Diferentes classes ou grupos de estudantes podem ser obrigados a seguir o curso, mas qualquer número de estudantes indivi-

duais pode selecioná-lo. Assim há mais oportunidade para a administração universitária e há educação mais econômica. Quando os frequentadores de um curso tornam-se excessivamente numerosos, será possível subdividi-lo. Mas em cada parte subdividida será ensinada exatamente a mesma matéria, ao mesmo tempo, mas apenas em locais diferentes. Isso dá à Universidade capacidade quase ilimitada para absorver mais estudantes, em evidente contraste com o procedimento prevalecente, que limita os cursos a pequenos grupos de estudantes especializados.

Além do mais, com grande número de tais alicerces acadêmicos, número indefinido de combinações aritméticas pode ser obtido, para produzir currículos adaptados sob medida às necessidades individuais, dirigidas para as necessidades da comunidade. Se suficiente número de tais cursos livres forem disponíveis, novas carreiras poderão ser criadas em direção a novos objetivos. Isso elimina a necessidade de estabelecer novas escolas ou faculdades para cada nova carreira exigida. Elimina a multiplicação de unidades administrativas rígidas e a cara ampliação da diretoria administrativa, assim como a duplicação acadêmica. A universidade deve dirigir seus esforços em direção a programas criativos e sempre em modificação, para efetuar combinações educacionais sempre novas, conducentes a graus acadêmicos válidos.

Esses graus devem ser de número reduzido e de natureza genérica. Para a América Latina provavelmente seria melhor restringir a dois os graus universitários: seriam a "Licenciatura" e equivalente aos graus B.A. e M.A. juntos e o "Doutorado", suficientemente avançado e equivalente a um bom Ph.D. europeu ou norte-americano. Deve ser evitado qualquer esforço para aumentar seu número, para introduzir conceitos novos e estrangeiros ou para transpor o M.A. a uma situação social onde não se adaptaria. Muito menos deve alguém tentar transpor o B.A. americano para uma cultura em que, por tradição, tal estudo é considerado de nível secundário. Sempre que possível, o conteúdo do estudo das carreiras existentes deve ser tão variado e numeroso como os indivíduos que estudam na universidade. Deve ser encontrada uma forma para indicar "majors" (M.T.: cursos especiais) ou "especial mención" em diferentes campos do mesmo estudo. Mas essas diferenças não devem, nem necessitam refletir-se no título do grau acadêmico dado.

Finalmente, há o problema local de conceder os títulos profissionais aos que possuem graus acadêmicos. Esses títulos autorizam o seu detentor a exercer sua profissão, função normalmen-

te reservada nos Estados Unidos às associações profissionais. Na maioria das universidades Latino-Americanas não há diferença entre o grau acadêmico propriamente dito e o título que faculta as atividades profissionais. Contudo há duas fases distintas no processo acadêmico, ainda que sejam frequentemente expressos num único documento. Embora haja variações em alguns países, onde o Estado reserva para si o direito de emitir o "título", podemos generalizar dizendo que na maioria dos casos a universidade se encarrega simultaneamente das duas fases e é a única autoridade legal a dar apoio formal a cada novo profissional.

9. Exames:

A noção daquilo que constitui um exame é confusa. A origem européia da educação superior latino-americana postula tacitamente a dicotomia entre o curso ministrado e o exame feito. Isso ocorre porque na Europa é costume ministrar um curso inteiro de cinco a sete anos, antes que o estudante seja examinado, para que seja determinado seu conhecimento global e capacidade geral de manter-se em forma mesmo sob tensão, portanto, sua capacidade para obter o cobiçado barrete doutoral. Esse procedimento já passou por muitas modificações, até mesmo na Europa Central, porém / em geral conserva muito do que abrangia primitivamente.

Entretanto, as últimas décadas introduziram na América Latina ingredientes sempre crescentes do sistema norte-americano, baseados no princípio de formar menores unidades acadêmicas, cada uma das quais é separada das demais. O grau acadêmico é adquirido, eventualmente, através do acúmulo regulamentado de um determinado número dessas unidades. Essa subdivisão do todo educacional em grande variedade de unidades quase autônomas, baseia-se essencialmente num conceito radicalmente diverso de educação. Daí a necessidade de reexaminar a metodologia do processo educacional e decidir conscientemente qual sistema será preferido e qual será seguido. Ambos os sistemas são valiosos e podem funcionar, desde que não sejam concretizados ao completo acaso.

A própria natureza das necessidades educacionais contemporâneas parece inclinar a balança para o sistema de unidades. Até a Europa não ficou indiferente à importação e desenvolvimento dessa idéia. A América Latina já percorreu um longo caminho em direção ao ensino por unidade e, portanto, deve agora colher as consequências administrativas correspondentes. Também o fato de

ser urgentemente necessário a ministração de "Estudos Gerais" e de poderem êsses ter melhor desenvolvimento pelo sistema de unidades, parece apontar para a direção geral onde se encontrará a solução .

Se qualquer matéria ensinada fôr considerada uma unidade autônoma, a cisão existente entre o curso ministrado e o exame tem que ser eliminada. A unidade consiste em aulas teóricas, trabalhos experimentais, um ou diversos trabalhos escritos, numerosos testes, questionários - e exames. O estudante passará ou não por essas unidades consideradas como um todo, e não consideradas por / suas partes componentes, embora a nota para passar se componha das notas separadas obtidas. Por êsse sistema, será ridículo dar certificados por algum curso, sem incluir imediatamente os exames finais. Ainda será mais ilógico dar demasiada importância ao exame permitindo - inúmeras vezes - sua repetição, enquanto o curso só é feito uma vez.

Alguns hábitos referentes a exames terão de ser modificados. Em primeiro lugar, os exames finais onde quer que sejam exigidos têm que ser considerados parte do curso e obrigatórios. Os estudantes devem ser obrigados a fazê-los, sem exceção. Nenhum exame final deve ser um privilégio ou uma questão à parte do curso , um prêmio a ser concedido ou um castigo a ser infligido, do ponto de vista do professor. Isso porque todo estudante tem tanto o direito como a obrigação de prestar exame. Também é óbvio que no final nenhum exame deve ser repetido. O estudante passa ou é reprovado no curso como um todo. Dar-lhe duas ou mais oportunidades de ser examinado - às vezes anos após ter comparecido ao curso - não é apenas ilógico mas, também, antipedagógico.

Os exames finais, onde quer que sejam exigidos, devem coincidir com o término do próprio curso. Findas as aulas, não há justificativa para que haja longos períodos de preparação para o exame. Períodos fixos de exames para toda a universidade são determinados segundo data preestabelecida e publicada previamente . Assim, todas as aulas poderão começar e findar ao mesmo tempo, livrando a universidade dos problemas perenes com os semestres ou anos acadêmicos não regulamentados, não programados e incongruentes.

Êsse sistema também elimina a necessidade de uma junta de examinadores, outro elemento universitário custoso mas insensato. Cada professor encarregado de uma turma ou matéria é responsável pelo curso todo e, portanto, por seus exames. Exigir uma jun

ta de examinadores completa para um simples curso semestral é mo-
far do conceito de uma junta doutoral .

Além do mais, exames orais são tão injustificáveis no sistema de unidade como a junta de examinadores. Sob o novo procedimento, os exames orais perderam seu significado acadêmico e psicológico. Hoje em dia representam um fardo universitário desnecessário, excessiva perda de tempo para o corpo docente e indesejável tortura para o estudante. Essas inconveniências crescem em progressão geométrica, à medida que as classes se tornam maiores. Além disso, o próprio objetivo de determinar com razoável / imparcialidade qual o conhecimento adquirido pelo estudante durante o curso (no caso de ele haver adquirido algum conhecimento) fica completamente deturpado, sob esse sistema sofrível e infestado de rotina.

Um exame escrito bem preparado permite muito melhor a valiação objetiva e é muito recomendável, quando se trata de exames finais. Porém para isso é sempre necessário que o professor / compreenda a natureza difícil do exame escrito bem elaborado. A seguinte declaração sobre a natureza, objetivo e função dos exames, formulada pelo Dr. Alva R. Davis, em suas recomendações à Universidade de Concepción, talvez jorre alguma luz sobre esse importante fator:

"A aprendizagem através da memória exige um exame que teste a memória. Se igual importância é dada aos fatos e ao raciocínio lógico baseado nos fatos, o exame dos conhecimentos adquiridos pelo estudante tem de levar em consideração esses objetivos. Tornase, portanto, muito importante que um exame leve em consideração os poderes de raciocínio do estudante, assim como sua acumulação dos fatos. Estes dois elementos, mais a avaliação crítica dos fatos, constituem a essência do método científico de conhecimento.

Será necessário que o próprio professor se adapte às modificações exigidas para o exame do progresso acadêmico do estudante. A formulação de um exame válido é uma tarefa difícil e que consome tempo. Devemos porém ter em mente que o corpo docente universitário tem três responsabilidades fundamentais: o ensino, o exame e a orientação. Essas três têm igual importância para o desenvolvimento mental do estudante. Pode muito bem suceder que exames baseados nos objetivos acima produzam mais efeito do que qualquer outra parte da experiência de ajustamento do estudante, ao efetuar a modificação do método de aprendizagem, pois se para o exame a compreensão for critério importante para avaliar o progresso

so, o estudante procurará compreender".

Mas além do exame das matérias separadas, também é costume em quase toda parte um exame total adicional, no final do último ano acadêmico e antes de ser conferido o grau correspondente. Frequentemente, é o mesmo "examen de grado" que também confere o título profissional correspondente. Em outras partes, essa medida exige procedimento adicional, envolvendo outros tipos de exame. Porém constituindo uma única prova, ou diversas, aproxima-se do conceito original de exame doutoral. Com ou sem tese, a estrutura desses exames gerais justifica plenamente a manutenção dos mecanismos tradicionais. Neste ponto é tão apropriado como desejável submeter o estudante a um exame oral, realizado por uma junta de examinadores especialmente constituída. Porém isso nada tem a ver com os trabalhos diários dos cursos universitários, que daqui por diante devem ser administrados de acordo com os princípios em que se apoia o sistema unitário.

10. Exigências para a entrada.

De uma forma ou de outra, todas as universidades criam barreiras ao influxo indiscriminado de estudantes. Em alguns países, os exames vestibulares são exigidos por lei e para todas as escolas. Em outros, apenas as escolas de Medicina, Odontologia e Engenharia, excessivamente solicitadas, julgam necessário estabelecer quotas de admissão ou algum outro sistema de seleção. Em todo o caso, há sérias barreiras para aqueles que procuram ingressar na universidade e que seriam capazes de estudar.

Se no passado o sistema de castas era a base das qualificações para a entrada, hoje em dia o aumento de população impõe outras restrições. As facilidades da Faculdade permanecem rígidas e estáticas, oferecendo oportunidades decrescentes a uma população sempre crescente. Finalmente, há também um limite para a necessidade social das doze carreiras profissionais avulsas, tradicionalmente oferecidas.

Ainda há alguma proteção à elite social, sendo-lhe oferecidas mais oportunidades para procurar uma carreira universitária. Os vestibulares são usados como peneiras sociais, como um instrumento que nega mais do que concede. Em sua origem, isso talvez tenha garantido a excelência, ou pelo menos um mínimo de conhecimento e capacidade. Atualmente, contudo, o processo transformou-se em formidável barreira contra todos os aspirantes, bons ou maus, capazes ou mal preparados.

Suponhamos que para entrar na Faculdade seja necessário um 8 no vestibular, sendo a nota máxima 10. Num passado não muito remoto, poderiam aparecer 300 candidatos dos quais 50 ou 60 passariam, conseguindo assim entrar na escola de sua escolha. Hoje em dia talvez haja 2.000 ou 3.000 candidatos para as mesmas 50 ou 60 vagas e talvez 500 consigam a nota necessária. Mesmo que a escola ampliasse seus serviços e facilidades para servir a 100 estudantes, sobrariam 400 que passariam mas que ainda assim não conseguiriam entrar. Possivelmente, escolheriam matricular-se em alguma das Faculdades menos solicitadas, se houvesse vagas e se eles não se importassem de modificar sua aspiração profissional.

Muitas improvisações surgiram para resolver esse impasse, entre outras há: necessidade de nota mais elevada para passar, exames mais difíceis, pressões sociais a fim de que o filho de uma pessoa seja aceito em detrimento de outra e assim por diante. Triste, contudo, é o fato de que nenhum desses métodos de emergência / funcionaram realmente. Não podem funcionar, porque as premissas / sobre as quais se apoiam são falsas ou inoperantes. Esses mecanismos de nenhum modo poderão adaptar-se à realidade social, ainda que temporariamente satisfaçam algumas aspirações individuais ou interesses de grupos investidos.

A Argentina, sob o governo de Peron, tentou a solução / radical de abrir as faculdades a todos os que a procuravam. Estimularam lá o aumento artificial das matrículas, proporcionando bolsas de estudo a todos os estudantes de outros países hispano-americanos que não podiam entrar nas universidades de seu país ou que desejavam viajar. Isso conduziu ao absurdo de encontrarmos 5.000 estudantes primeiro-anistas, apenas na escola de Medicina de Buenos Aires. Como o corpo docente e as facilidades materiais não podiam crescer em igual proporção, a qualidade teve de tornar-se inferior e foi o que sucedeu.

Outra tentativa não planejada para encontrar uma solução para o problema pode ser observada em países tais como a Colômbia, Venezuela ou Brasil, onde novas universidades - sem mencionar as Faculdades isoladas - surgem como cogumelos, da noite para o dia. Criadas por lei, mas sem professores ou equipamento, são uma paródia dos padrões já baixos das universidades mais antigas, sendo completamente inadequadas para resolver as causas do problema que lhes serve de base.

O sistema de quotas para a entrada, usado pela maioria

das faculdades, baseia-se principalmente em sua capacidade para atender aos estudantes, mais do que no critério da quantidade de profissionais necessários ao país, naquele campo. Além do mais, as decisões são tomadas arbitrariamente, pois não há estatísticas fidedignas disponíveis. Assim, oportunidades para estudo permanecem limitadas a algumas carreiras e as quotas ou o exame vestibular restringem as matrículas. O prestígio social do grau universitário / ainda é grande, mas a qualidade de seu conteúdo decresce rapidamente. É evidente, portanto, que a universidade não pode continuar a improvisar. A medida que as sociedades avançam e as populações aumentam, a necessidade que os países têm de pessoal qualificado, preparado e educado tem que ser satisfeita a qualquer custo.

Experimentos recentes e muita experiência pessoal levaram-me a não ter dúvidas de que a solução, para esse problema, não será encontrada através da abertura das escolas profissionais a todos os que a procurarem, nem através da indiscriminada multiplicação de escolas cada vez mais inadequadas. Ambos os caminhos conduzem inevitavelmente à diluição da qualidade e à eventual destruição do próprio processo. A solução pode e deve ser encontrada na criação de cursos de Estudos Gerais.

Muito pode ser realizado para a solução desse problema fundamental, através da criação de novas unidades universitárias e do rompimento do monopólio da Faculdade, através do aumento de oportunidade para carreira e o decréscimo de cursos profissionais numericamente limitados, através da criação de cursos de Estudos Gerais e facilidades educacionais melhoradas para atender a número muito maior de estudantes.

Assim que isso for realizado, a universidade deverá estar em condição de aceitar todos os que a procurarem e que possuírem um bacharelado. Os estudantes primeiro-anistas não deveriam / entrar em nenhuma escola profissional. As seleções para a entrada na Faculdade poderiam ser mantidas, embora mais objetivas e ministradas em nível mais avançado. Os cursos de primeiro ano serviriam então não apenas para proporcionar oportunidades a todos os que a procurassem, mas também seriam uma peneira para separar os incapazes, e constituiriam um período de orientação para que os estudantes fossem canalizados em suas carreiras, melhor adaptados a seus verdadeiros talentos.

Quaisquer que fossem os argumentos divisados para combater essa recomendação, é óbvio que a estrutura sugerida daria me

lhores resultados do que os alcançados no sistema prevaiente. O sistema sugerido ampliaria a base da pirâmide educacional, expandiria as oportunidades, absorveria maior número de estudantes e - o que é mais importante - melhoraria a qualidade e o produto final. Naturalmente, tem que ser aplicado em completa harmonia com mais disciplina, maior competência e mais estritas sanções.

Falando socialmente, é tão grande absurdo conservar fora da universidade um estudante qualificado, como conservar dentro dela um estudante incapaz. A genuína competição acadêmica deve tornar claro para cada estudante que, quando ele não consegue cumprir o que se espera dele, toma o lugar de outra pessoa que não foi tão feliz quanto ele, mas que pode realizar muito mais. Deverá, portanto, ceder lugar à maior competência, o que significa seu desligamento inevitável da instituição.

Isso faz surgir outra fonte de injustiça social, intimamente ligada a uma quase livre educação universitária. A educação secundária é cara em quase toda parte da América-Latina e representa outra peneira social para manter as massas embaixo, enquanto a educação superior, semelhante à primária, é praticamente gratuita. Podem haver taxas insignificantes aqui ou ali, mas quase sempre o estudante só paga o seu sustento. A educação universitária transforma-se assim em outro serviço estatal a que, teoricamente, todo cidadão tem direito. Na prática, contudo, é um serviço gratuito pago por muitos para beneficiar poucos. A maioria desses poucos selecionados em geral pode pagar, cobertando assim o erro e aumentando a injustiça.

Toda essa situação necessita de uma reconsideração completa e objetiva, pois está em desacôrdo com a realidade e o poder financeiro do Estado. Os estudantes pagam a taxa insignificante ou nada. Já sabemos porque surgiu essa situação e porque é completamente injustificável, sob as condições existentes. Se o Estado dirige todas as universidades, seleciona todos os estudantes e manda que estudem aquilo que acha que devem estudar, é natural que o Estado também pague a conta. Mas quando o estudante decide estudar, escolhe o que e onde estudará, quando ele e somente ele decide o que fazer com seu grau, uma educação gratuita transforma-se num subsídio injustificável para uma minoria privilegiada. E quando a grande maioria das massas que financiam esse privilégio jamais podem ter a esperança de gozá-lo, nem elas nem seus filhos, o sistema torna-se completamente imoral.

Devemos, portanto, insistir na recomendação de que, quando o pagamento total não puder ser exigido, todas as universidades cobrem, pelo menos, taxas razoáveis, que cubram em proporção lógica as despesas gerais acarretadas por cada estudante. Ainda que / mais de metade do corpo estudantil receba bolsas de estudo, a fim de que os necessitados possam usufruir a continuação grátis de sua educação, tal procedimento ainda assim proporcionaria lucro líquido à universidade, além de estabelecer um princípio moral de mérito social e educacional: aqueles que podem pagar os serviços recebidos devem pagá-los; Aquêles que não podem, devem ser auxiliados até o ponto em que necessitam. Em ambos os casos, o estudante perceberá melhor a verdadeira natureza e valor dos benefícios que recebe, o que provavelmente fará com que se dedique mais ao estudo e aprendizagem. O estudante que paga estará menos disposto a desperdiçar suas oportunidades educacionais com greves e outras atividades extracurriculares semelhantes. O detentor de uma bolsa de estudos sente mais diretamente o que deve à comunidade, em função das atuais oportunidades e futuros privilégios. Dêsse modo se tornará um cidadão mais grato e, portanto, mais útil. O estudante será um membro social mais útil e cooperador se a universidade ajudá-lo : a estudar, através da assistência de uma bolsa; a ganhar dinheiro enquanto aprende - através de facilidades de emprêgo para estudantes; a escolher uma carreira adequada, através de orientação vocacional; e a encontrar emprêgo depois da formatura, através de um serviço de colocação universitário. Além disso, todo o sistema é mais democrático, dá maior oportunidade a mais pessoas e retribui melhor o pagamento da universidade a que serve.

IV - A Reforma

A. Necessidade

A necessidade de reforma universitária é evidente. A educação superior na América-Latina é em quase toda parte centralizada, controlada pelo Estado e identifica-se exclusivamente com os cursos profissionais. É essa injustificável equiparação da educação universitária a algumas carreiras estilizadas, que constitui o verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento continental. A América-Latina necessita de grande número de especialistas com iniciativa, imaginação e técnica nos mais variados campos do conhecimento humano e empreendimento - mais desesperadamente do que necessita de máquinas, subsídios desintegrados ou planejamento teórico abstrato.

É lógico que as universidades devem suprir esse material humano qualificado. Atualmente, porém, não o fazem apesar dos pesados investimentos que se transformam num escoadouro do orçamento nacional que os apoia. Representam um sistema de educação dedicado ao axioma errôneo de que tudo aquilo de que necessita a sociedade, toda técnica especializada e a produção mais diversa podem ser satisfeitos indefinidamente, por um punhado de escolas profissionais tradicionais e poderosas.

1. É um sistema de educação que só pensa em soluções para novas necessidades, em função de mecanismos antiquados, dentro da esfera de interesses investidos e autorizados das escolas existentes.

2. É um sistema de educação que não pode conceber o direito de um indivíduo adquirir, sem nenhuma aplicação utilitária / imediata, conhecimento e educação por si ou pelo interesse que ele como indivíduo tem por algum campo especial.

3. É um sistema de educação insuficientemente flexível para enfrentar a súbita necessidade de preparo especializado, que a sociedade no qual opera necessita muito, mas não pode obter dentro de seus próprios limites, por qualquer preço e por meio de condições improvisadas.

Parece óbvio que esse sistema educacional já está obsoleto e deve desaparecer. Não adianta tentar modificar a situação enxertando algumas idéias novas na antiga estrutura, raciocinando com os surdos, ramificando o sistema pela persuasão ou pela força. Por mais promissores que pareçam ser alguns resultados aqui e ali, a experiência nos demonstra que no final tal processo traz pouco proveito. Isso porque o sistema está preparado para defender-se da inovação, quando nessa conjuntura a inovação é a única solução.

Não é segredo o fato de que a Universidade Latino-Americana não corresponde - às necessidades da sociedade que a financia; à emergência atual criada pela explosão demográfica; à obrigação de aumentar o saber útil e ampliar ou pelo menos consolidar o que já é conhecido; à obrigação de proporcionar produto de qualidade em suficiente quantidade para o funcionamento adequado da sociedade; ao princípio de sã política fiscal, de investimento sólido dirigido para objetivos determinados, tais como aqueles que qualquer empreendimento - público ou particular - deve manter para permanecer solvente e produtivo.

Dá a necessidade imperativa de dirigir nossa atenção plena para a descoberta inteligente de novos mecanismos, que permitirão à universidade reorganizar e reformar com eficiência, servindo a todos. A paralisia emergente da tradição, está conduzindo a sociedade a uma explosão iminente e violenta. Se nós a prepararmos, canalizando-a e efetuando a Reforma como verdadeira revolução institucional, para o benefício de 200 milhões de pessoas inquietas, seremos bem sucedidos e este sucesso significará um acontecimento histórico único de violência potencial canalizada em moldes construtivos.

Sabemos que as pressões se acumulam, dirigidas contra o atual impasse e em direção à modificação violenta. A violência é a última coisa que desejamos, mas se as tensões atuais não encontram escape, compreensão, nem mecanismo no alto para transformá-las em atividades práticas e produtivas, assim como se permitirmos que se acumulem mais, explodirão. Portanto, a primeira medida lógica e funcional tem que ser a de proporcionar às próprias universidades as modificações que elas próprias terão de acarretar. O tempo é um instrumento irrecuperável, mas está se esgotando. Anos atrás os argumentos anteriormente citados foram submetidos às autoridades competentes, mas até agora não houve ação. Dois ou três anos podem parecer nada para um banco, uma fundação ou instituto do governo, desejosos de estudar algum plano de desenvolvimento. Porém em nossa era do jato sociedades inteiras desaparecem ou são destruídas durante período muito mais curto.

Frequentemente agimos e reagimos como se o tempo fosse um recurso ilimitado. Isto é, até que alguma contecimento irreversível nos atinge para negar essa premissa. Então torcemos as mãos e jorramos lágrimas, como se um desastre imprevisível surgisse subitamente do nada para perturbar os planos mais cuidadosamente elaborados. Sabemos que isso é uma ilusão pessoal, mais trágica ainda pelo fato de possuímos os meios financeiros e mentais para enfrentar objetivamente e com sucesso a situação desafiadora. Tudo aquilo de que necessitamos é um ato da vontade, alguma coragem e sentido de urgência, uma vez que o tempo é um instrumento irrecuperável que está se esgotando rapidamente.

B. Manifesto

Cuba é um exemplo do que está reservado para nós. Lá também as tensões subiram ao ponto de explosão e lá também a universidade havia sido uma cidadela de reação, corrupção e indiferença. Lá

também, nem o Estado nem a universidade deram suficiente importância à questão para se transformarem em instrumentos de inovação, a fim de criar novas oportunidades para todos. O resultado foi uma revolução sangrenta e dispendiosa de verdadeira violência e destruição institucional, seguida eventualmente pela violação e destruição também da universidade.

Mas o que precedeu por apenas duas semanas a intervenção estatal na Universidade de Havana, em julho último, foi um extenso manifesto publicado pela Federação Estudantil, que atacava terrivelmente as autoridades universitárias e todo o corpo docente. Era um preâmbulo para a tomada da universidade pela federação fortemente infiltrada, chefiada por um agente do governo revolucionário e sob o disfarce de associação estudantil.

O Conselho Universitário, no qual os estudantes haviam sido devidamente representados durante anos, foi simplesmente de posto e tomado pela Federação Estudantil. Grande parte do corpo docente foi posta para fora ou levada à deserção pela chantagem; a instituição toda transformou-se em outra agência de política governamental. No processo, juntamente com outros valores, desapareceu também o venerado conceito de "autonomia".

A autonomia desaparecida era inútil e vazia, mas sua eliminação trará sérias consequências para o futuro, pois o objetivo da autonomia deve ser o crescimento e a expansão dinâmica, e não a estagnação e conseqüente desaparecimento. Nada de construtivo surgiu até agora das modificações violentas impostas a Havana, porque os motivos por trás da sublevação não eram construtivos, e o saber dos que dirigem atualmente não é superior aos da velha guarda. Na da melhorou realmente, mas muito se deteriorou no processo de afastar-se do passado. Em outras palavras: houve dissolução e não progresso.

Mas enquanto os objetivos, procurados são muito discutíveis e os métodos empregados ainda são mais dúbios, os argumentos que conduziram à modificação apontaram para algumas verdades inegáveis. Essas verdades, sem levarmos em consideração os motivos pelos quais foram postuladas, são aqui reproduzidas para que as consideremos ponderadamente. O Manifesto diz em sua parte vital:

Como argumento universal, usado para explicar e justificar o fracasso técnico, acadêmico e moral de nossas instituições de ensino superior, as autoridades universitárias gostam de repetir a infame mentira de que a falta geral de recursos materiais é respon

sável por todos os males que afetam a universidade. Argumentam que não há dinheiro, que o Estado não cuida da educação superior como deveria e que, portanto, não possuímos prédios, terreno, salas de aula, nem laboratórios. À primeira vista, esse raciocínio pode parecer válido, mas na realidade é um sofisma conveniente, bom apenas para o uso de mentirosos e hipócritas. É realmente verdade que a universidade necessita expandir seus recursos materiais, mas é completamente falso atribuir a isso, e justificar através disso, a causa da incompetência e fracasso universitários. Não é devido à falta de recursos materiais, mas devido à incompetência, que o currículo não sofre revisão essencial há mais de 30 anos.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à incompetência que as carreiras técnicas não foram criadas, apesar da necessidade urgente do país.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à incompetência, que aquelas abomináveis apostilas mimeografadas continuam a ser usadas em vez de bons livros didáticos.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à incompetência, que a biblioteca universitária não dispõe dos livros mais importantes publicados nos últimos anos.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à incompetência, que os laboratórios permanecem fechados aos estudantes e abertos apenas às traças e poeira.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à incompetência, que os professores universitários jamais realizaram alguma pesquisa.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à incompetência, que ainda sobrevive um sistema completamente absurdo de exames finais baseados na memória, que recompensa não aos mais capazes, mas os que mais exatamente repetem todas as linhas contidas nas apostilas.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas devido à falta de princípios morais, que as cadeiras universitárias são muitas vezes entregues a protegidos, parentes ou amigos.

Não é devido à carência de recursos materiais, mas à falta de princípios morais, que muitos professores publicam livros de pouco valor ou inadequados, enquanto os estudantes são obrigados a adquiri-los e usá-los.

Não sou partidário da Revolução Cubana, nem comunista . Mas sou um ser racional e conheço os fatos educacionais na América Latina. Infelizmente, sou obrigado a aderir a essas acusações porque poderia facilmente aumentar a lista.

Não aguentamos a linguagem das barricadas usadas para exprimir as frustrações descritas. Certamente não podemos concordar com as motivações reais que ativaram essa explosão, nem com os resultados a que pretendia conduzir e aos quais conduziu. Mas como pessoas que raciocinam e têm conhecimentos, temos de concordar com os fatos apontados neste raivoso manifesto, contra um passado indiferente e inamovível. Se deixarmos de concordar com isso, se fecharmos os olhos e ouvidos à realidade, seremos condenados ao caminho percorrido por Cuba.

C. Estudos Gerais

As antigas formas e estrutura não conseguiram produzir / os resultados desejados. Isso significa que nova forma e estrutura são necessárias para curar os males do passado, devendo ser capazes também de resolver as complicações antes que surjam. Para isso teremos de inventar novos sistemas, descobrir novos métodos e adaptar velhas técnicas a novos ambientes. Isso exigirá iniciativa e imaginação ao lado de coragem e dinheiro.

É o que deve ser tentado, embora o caminho seja sem dúvida árduo. Por alguma estranha razão, nossa sociedade não produziu sábios educacionais e organizações pedagógicas que tivessem / plena consciência, compreensão e firme convicção de seu papel vital essencial na solução de toda gama de problemas relacionados ao desenvolvimento integral da comunidade.

Até agora não defendemos com suficiente convicção o axioma de que o ser humano, e não o fator material, decidirá nosso desenvolvimento ou estagnação. Até agora deixamos de indicar as teorias filosóficas, meta-educacionais e econômicas rigidamente raciocinadas e amalgamadas para convencer a opinião pública da importância fundamental, ligada a todos os fatores educacionais. Por outro lado houve ausência de planos de ação que inspirassem confiança para convencer os políticos, detentores do dinheiro, de que algo decisivo deve ser feito em relação à educação.

Onde está nossa capacidade para inventar conscientemente novos sistemas de educação, indo das necessidades já existentes às novas? Onde estão os resultados capazes de inspirar confiança ao

público em geral, demonstrando que os educadores sabem realmente o que fazem? O educador cedeu a arena ao economista, porque de monstrou decisivamente não ter iniciativa, imaginação nem planos. A universidade é de modo geral culpada por essa situação, apesar de não levar em consideração o problema, juntamente com os pedagogos. Talvez seja conveniente ignorar o desagradável fato de que nossas escolas normais são uma desilusão, mas a não ser que sejam substituídas por escolas mais construtivas, todos serão em parte responsáveis por esse fracasso coletivo.

É essencialmente por isso que não abordamos diretamente o problema da educação, porque tivemos tanta resistência para "entrar" no campo da assistência técnica educacional, porque os Institutos norte-americanos e organizações privadas tratam a questão com indiferença ou medo, e porque até mesmo a UNESCO somente há dois anos adquiriu seu primeiro servidor em tempo integral para estudar e resolver problemas mundiais de educação superior. É o motivo por que neste campo vital ninguém tem autoridade moral para dizer coisa alguma a alguém, enquanto todos parecem estar qualificados para falar sobre o assunto sem impunidade. É também o motivo por que, em última análise, quase toda ação é dissociada / das palestras, conferências, debates e seminários sobre "educação"; porque temos uma ECLA econômica, mas nada comparável em educação.

Apesar de todas as dificuldades e perigos à frente, temos de tentar a adoção dessas medidas, se desejarmos sobreviver. O primeiro passo gigantesco nessa direção é a imediata introdução do princípio de Estudos Gerais, na Universidade Latino-Americana - semelhante ao conceito que orienta a educação universitária geral e liberal nos Estados Unidos, mas tendo aplicação diversa.

A América Latina tem de compreender claramente quão útil é um preparo universitário não especializado, tanto para o progresso do indivíduo como para o da comunidade. Uma educação em humanidades, ciências e artes, com preparo tanto teórico como prático, juntamente com a procura do conhecimento sem preocupações prematuras quanto à maneira específica de ganhar a vida, no final preparará muito melhor inúmeros indivíduos para a cidadania produtiva, do que prepararia o treinamento direto para alguma profissão.

Principalmente nesta parte do mundo - onde a maior parte do preparo profissional nem ao menos conduz ao exercício da profissão, mas é uma licença geral para atividades que apenas pressupõe um grau universitário propriamente dito - um atalho econômico no caminho desse objetivo seria bem recebido. De fato, a economia

de tempo e esforço emergente dessa medida é bem evidente, mas a melhora da qualidade pode não parecer tão óbvia. Teremos de acreditar nela no princípio, até que a experiência possa demonstrá-la a cada indivíduo e a cada organização. Considerando as vantagens em economia e números, esse parece um risco digno de ser corrido. Considerando também a completa impossibilidade de expandir-se o sistema atual indefinidamente ou tão rapidamente quanto necessário, e as óbvias desvantagens de preparar cada vez mais indesejáveis e desnecessários profissionais, qualquer alternativa proposta parecerá / mais atraente do que a atual situação.

Uma educação universitária geral tem de oferecer ao estudante conhecimento sobre o universo em que vive, em todos os níveis e sob todas as formas, a fim de prepará-lo para a vida como cidadão influente e produtivo. Ele não poderá nunca sê-lo se apenas memorizar técnicas cuja aplicação cega e incompreendida garantem de algum modo a subsistência. Ele tem de aprender como pensar, como compreender e onde procurar o conhecimento específico que pode necessitar durante a vida, qualquer que seja seu objetivo.

É ingenuidade pensar que uma pessoa possa aprender na universidade tudo aquilo que será necessário saber durante uma vida inteira de trabalho e raciocínio. Talvez isso pudesse ocorrer no século XIX, embora eu duvide. Mas o conhecimento contemporâneo tornou-se tão volumoso, tão complexo e continua sua subida geométrica em velocidade tão vertiginosa, que em breve teremos apenas ignorantes formados por nossas escolas de chamada "educação superior", a não ser que realizemos modificação educacional indo da acumulação de fatos à acentuação da compreensão dos fatos.

Embora o primeiro seja e deva ser processo contínuo através da vida, o segundo consegue-se na universidade ou jamais. O acumulador de fatos tem a tendência de esquecer-se deles quando deixa a escola, passando a ser um morto vivo durante o resto de sua existência quase vegetativa. Seu contraparte, que compreende as relações entre os fatos e suas conexões básicas, continuará a reunir e absorver dados durante toda a vida, porque cada novo item se encaixa numa estrutura e encontra seu próprio lugar na matriz adquirida na escola.

A fim de encontrar solução para nosso problema comum, temos de praticar o princípio da compreensão máxima no mínimo tempo, deixando que a própria vida e o exercício da função se encarreguem de toda acumulação de fatos especializados. Esse princípio tem de

ser aplicado a grande número de futuros cidadãos e não à uma exclusiva elite. A elite verdadeiramente intelectual sempre atenderá / às suas exigências especiais. Numa sociedade livre não necessitamos legislar para essa elite, porque ela se moverá para níveis mais altos, assim como nas décadas recentes, nos Estados Unidos, escaparam com sucesso da educação das massas, refugiando-se além do nível pós-doutoral.

Mas os restantes, a grande maioria, também têm de ser preparados para compreender o mundo, para procurar e encontrar um lugar nele, para saber continuar aprendendo. Têm de ser retirados da era mágica para a era espacial: e isso, em nossa fase de desenvolvimento educacional, só pode ser conseguido através de cursos de educação geral em nível universitário.

É sumamente importante colocar toda ênfase neste último / ponto, porque segundo a tradição latina e devido ao baccalaureate francês, o conceito de estudos gerais identifica-se com o nível secundário. Devemos compreender que aqui a idéia de preparação humanista é distinta daquilo que propomos sob o título de Estudos Gerais. Embora teoricamente ambos possam visar a objetivos semelhantes, suas ligações com necessidades diferentes quanto ao tempo e / ambiente social, sua variação quanto ao método, conteúdo e processo, fazem com que sejam dois sistemas verdadeiramente distintos. De qualquer modo, um baccalaureate realmente adequado desapareceu da maioria dos lugares porque a educação secundária rejeitou também sua missão social. É, portanto, inútil discutir os méritos relativos dos dois sistemas, quando o primeiro já não está mais entre nós e o segundo ainda não esteve.

Na América Latina esse reconhecimento até aqui levou apenas a tentativas improvisadas para remediar a situação, introduzindo uma camada adicional entre a educação secundária e a superior, para melhor "preparar o estudante para sua carreira universitária profissional". Assim, quaisquer noções que possam surgir sobre estudos gerais são automaticamente ligados e relegados ao chamado nível pré-universitário.

Essa é uma atitude profundamente negativa que impediu o processo até agora. Numa tentativa irracional para manter a universidade "pura" para os profissionais, porém reconhecendo abertamente o preparo inadequado dos formados pela escola secundária, as autoridades se refugiaram na criação de uma nova camada educacional, em vez de agarrar o problema em seu âmago e resolvê-lo da ma

neira mais direta: educá-los na universidade !

Em nenhuma circunstância deve haver outro nível educacio -
nal. As estatísticas sôbre o número restrito de estudantes já são
ruins, mesmo sem a colocação de outra barricada no caminho do conhe-
cimento. Devemos reduzir os anos de estudo, não aumentá-los. O que
deve ser aumentado é a velocidade de aprendizagem por hora, semana
e mês, uma vez que há incrível perda de tempo em todos os níveis .
É precisamente neste ponto que necessitamos de pensamento e plane-
jamento, para produzir a reintegração do conhecimento contemporâneo
e estabelecer cursos preferenciais universitários mais curtos, porém
mais eficazes.

Recriminações mútuas entre educação secundária e superior ,
que discutem a quem caberá a culpa pela situação existente, não
conduzirão a lugar algum, nem melhorarão coisa alguma. A solução/
mais prática nessa fase seria a de aceitar a escola secundária tal
como existe, e então proceder daí a educar o indivíduo como deveri-
a, em direção a novos objetivos na nova estrutura universitária. Es-
sa estrutura é imprescindível, independentemente do sucesso ou fra-
casso da educação secundária. O trabalho seria mais fácil, é cla-
ro, se essa educação secundária fosse um sucesso. Então a educa-
ção geral dada em nível universitário poderia ser elevada de acôr-
do. Mas quer seja elevada ou baixa, com bons ou maus diplomados /
pela escola secundária, a necessidade existente de nova estrutura
permanece inalterada. Devemos dar ênfase a isso, em réplica àque-
les que proclamam que qualquer necessidade de modificação só surge
devido à má qualidade do resultado da educação secundária, que tô-
da reforma deve dirigir-se ao seu aperfeiçoamento e não à modifica-
ção da estrutura universitária.

O necessário é a Reforma Universitária e esta deve princi-
piar com estudos gerais. A universidade deve afastar-se da centra-
lização em cursos para centralizar-se no estudante. Em qualquer fa-
culdade um determinado grupo de estudantes senta-se numa sala de au-
la comum para esperar as exposições de professôres preestabelecidos,
que vêm doutriná-los de forma predeterminada em direção a um fim
também prefixado. Esses estudantes acumulam passivamente fatos e
os decoram para os exames. São "expostos" a um conjunto predeter-
minado de matérias, sem "dar" nada êles próprios. Não aprendem ,
não procuram a aprendizagem nem lutam para obtê-la. Seu desinte-
résse passivo reforça a falta geral de iniciativa e impede a com-
preensão de correlações básicas.

Esse descondicionamento de todo significado e valor, de tô

da curiosidade e esforço, tornou-se a natureza intrínseca do atual sistema. Deve ser substituído por um processo dinâmico para promover, em vez de sufocar, o desenvolvimento criativo. A dupla função de um sistema de matérias flexíveis é a de desenvolver seus respectivos campos de conhecimento, enquanto servem de alicerces básicos ao desenvolvimento de toda a universidade e de todos os indivíduos nela encontrados. Podem ser combinadas segundo qualquer número de combinações úteis e interessantes, sem a necessidade de novo aparelhamento administrativo ou de despesas adicionais maiores.

O estudante, como indivíduo, será forçado a realizar escolhas e a contribuir de modo mais ativo para a criação de seu próprio currículo. Terá de exprimir preferências entre as múltiplas/alternativas possíveis e demonstrar interesse pessoal por aquilo / que ele deseja aprender, em vez de aceitar passivamente aquilo que lhe exige absorver para obter um grau. Novamente como indivíduo e não como membro de um grupo preestabelecido terá de comparecer à classe de sua escolha, porque nenhuma classe prescrita irá a ele ou a seu grupo. Torna-se assim parte da universidade, e parte ativa.

Terá de cuidar de si mesmo, de sua mente e de sua compreensão, porque é esse desenvolvimento que garantirá seu futuro e não o diploma que receber quando se formar. Se essa iniciativa competitiva, juntamente com a eficácia do ensino, puder ser introduzida na universidade para número sempre maior de estudantes, teremos dado um passo decisivo para o crescimento econômico e independência social da América Latina.

D. Consultoria

1. Resistência à modificação

Não é necessário dizer que nenhuma sociedade se inclina a aceitar benignamente modificações. É inacreditável quanta resistência à modificação pode ser criada, mesmo por aqueles que a exigem. Porém, justamente nesse ponto, uma pessoa de confiança do lado de fora pode conseguir maravilhas - desde que se identifique com os interesses do interior do grupo, capazes de produzir um campo dinâmico de ação.

É por isso que se torna imperativo colocar o agente catalítico correto, no devido ambiente, e no tempo certo para produzir a reação desejada. Precisamos de psiquiatras capazes que consigam atingir as raízes da moléstia social. Precisamos de engenheiros ins

titucionais capazes de atingir os alicerces da estrutura para re
construí-la daí.

Como consultores institucionais deveremos pedir-lhes que a
nalisen, reconheçam e prescrevam as medidas terapêuticas - assim /
como permaneçam no exercício de suas funções, para aplicar essas
medidas minuciosamente, passo após passo cuidadoso, até que a con
solidação da nova instituição esteja garantida e assegurada sua fir
me implantação na ordem social.

2. Necessidade de uma Consultoria

Uma organização com iniciativa e independência de ação tem
de ser criada, constituindo uma Consultoria Universitária. Alguns
homens capazes de trabalhar como conselheiros individuais ou como
grupo orientador devem ser selecionados, preparados para a tarefa
e colocados à disposição para o trabalho no setor. Somas relativa
mente pequenas seriam necessárias para financiar a fase preliminar.
Uma vez definida a nova atividade, criada e posta em funcionamento,
os recursos maiores de institutos e fundações já existentes pod
riam ser gradativamente introduzidos e incorporados.

O objetivo dessa consultoria particular (não partidária ,
não nacional e apolítica) seria o de pôr à disposição de qualquer
instituição educacional, que pedisse tal auxílio, um homem ou gru
po de homens qualificados para reorganizar e reorientar essa insti
tuição de acordo com suas necessidades atuais e futuras, em vez de
passadas. Para isso, o homem certo tem de ser escolhido e tem de
receber a segurança e certeza que lhe permitirá dar atenção total
a tarefa tão vital.

Não deverá surgir nenhum problema de colocação para tais /
peritos, uma vez encontrados e devidamente preparados. A reivindi
cação de seus serviços já existe, esperando ansiosamente o apareci
mento de algo ou de alguém para preencher a necessidade sentida. As
nações ou instituições talvez não tenham noções bem definidas e com
pletamente esclarecidas sobre o tipo exato de auxílio necessário ,
ou talvez sejam demasiado orgulhosas para pedir auxílio externo pa
ra resolver seus problemas internos, mais íntimos. Contudo, uma
aproximação objetiva, sincera e hábil venderia os serviços de qual
quer consultor disponível. Os efeitos benéficos de seu trabalho /
garantiriam o sucesso continuado e o crescimento de toda a opera
ção.

3. Necessidade de Educadores

Em Educação, como em tudo o mais, assistência técnica realmente eficaz implica em inovação, e não em adaptação imitativa, nem adoção. Para alcançar êsse ideal na nova orientação dos sistemas universitários, temos de tornar disponíveis os melhores homens que encontrarmos. Isso não significa necessariamente as pessoas mais conhecidas ou mais famosas, mas sim os melhores homens adequados / às necessidades peculiares dessa tarefa de total importância, homens que no mais verdadeiro sentido da definição possam ser considerados educadores profundos.

Como consultores sádios e versáteis, terão de ser sábios em educação, sem serem adeptos ou filiados a algum "sistema". Terão de ter princípios e lembrar-se deles, sem confundí-los ou identificá-los com alguma aplicação determinada. Deverão ser capazes de absorver novas situações, adaptar-se a elas, analisá-las e apresentar sistemas novos sob medida, adequados a diferentes realidades, inventando realmente novas estruturas educacionais a medida que prosseguem em seu trabalho.

4. Suas Qualificações:

Para tal tarefa é necessário personalidade muito rara, com um tipo de preparo emocional e intelectual que não é produzido pelo treinamento educacional atual ou pela especialização profissional. Para fazer bem o que é exigido, tal consultor deve aproximar-se o mais possível do seguinte:

- a. Ser um indivíduo sadio, maduro e flexível, pioneiro em algum campo, com sério conhecimento profissional, experiência administrativa bem sucedida e algum serviço universitário.
- b. Ser um indivíduo complexo com atitudes simples, sem ser despótico, porém capaz de obter respeito.
- c. Um líder de homens, com capacidade e desejo de progredir, compreensível e capaz de lidar com situações emocionais.
- d. Mente racional com profunda curiosidade e preparo adquirido, para selecionar dados úteis e atingir generalizações lógicas assim como práticas, retiradas de pequenas informações desconexas e isoladas.
- e. Observador psicologicamente maturo, livre e objetivo, não tendo preconceitos de sistemas, capaz de controlá-los em vez de ser controlado por eles, capaz de aceitar e usar quadros de refe -

rência e sistemas de valores estrangeiros.

f. Analista não apenas de homens mas também de instituições, com profunda compreensão dos mecanismos estruturais que podem criar ou destruir uma organização, permitindo-lhe a invenção / de novas instituições adequadas a uma tarefa definida e que lhes / possibilitem ser o instrumento capaz de transformá-las em realidade.

g. Linguista completo - ou pelo menos com capacidade linguística inerente - para ser orador convincente na língua nacional daqueles a quem irá aconselhar.

h. Crente e incentivador das dinâmicas do grupo, rejeitando tendências para usar medidas estáticas de suprir deficiências, onde apenas impulso poderoso for capaz de impelir o grupo a um sucesso duradouro, através de medidas radicais.

5. A Procura

Para encontrar homens desse calibre, a procura terá de contrair-se em ambiente universitário e educacional. Qualquer universidade deveria considerar-se afortunada por dispor de uma única personalidade como a descrita anteriormente. Muitas grandes universidades talvez não dispusessem de nenhuma e ainda assim poderiam merecer o conceito máximo no âmbito nacional e internacional. Homens como esses são raros, mas sua ausência no campus universitário não lhe deturpa a qualidade ou valor.

Será difícil identificar a maioria deles, pois se escondem por trás de uma variedade de empregos e objetivos. Talvez jamais tenham pensado em si próprios em termos específicos, tais como reorganizadores institucionais. Mas carregarão claramente a marca de sua experiência e aptidões. Só necessitarão de algum quadro de referência e reorientação adicional a fim de despertar subitamente para seu potencial.

Talvez seja possível encontrar um ou outro em alguma escola normal, embora não seja muito provável que o pedagogo profissional seja o tipo de educador profissional exigido em escola internacional. Está por demais atado a conceitos e sistemas específicos, por demais interessado em questões técnicas pondo de lado a substância, para inclinar-se com facilidade aos ventos da evolução ou com elasticidade à tempestade da revolta.

Não é tão importante o método usado, para o primeiro contato com o candidato em potencial. Onde quer que esteja, tem de ser

encontrado e conhecido. O que se segue deve contudo ser outra questão, onde serão necessárias discussões cuidadosas, prolongadas e informais para confirmar ou negar as primeiras impressões. As escolhas serão então catalogadas quanto à capacidade e interesse, capacidade linguística e disponibilidade. Quando os requisitos / financeiros forem considerados, deverão ser abordados institutos de assistência técnica, fundações e organizações que cuidem da incorporação deste tipo de assistência em suas práticas e projetos já encaminhados.

O restante será então apenas questão de tempo. Serão organizadas viagens e períodos de treinamento, até o indivíduo sentir-se suficientemente familiarizado com a região ou nação onde trabalhará, para dedicar-se à primeira tarefa. Conseguir-la não será problema, pois um pedido sincero e formal de algum ambiente necessitado pode ser conseguido com relativa facilidade, gratuita e cordialmente. Uma vez principiado tal programa com seriedade, poucos fatores poderiam interferir para deter seu crescimento em progressão geométrica ou para impedir que alcançasse todos os níveis educacionais, de onde eventualmente encontraria aplicação / útil a muitas formas de modificação institucional social.

V. Recomendações

A. Introdução

O mundo de hoje é um mundo de revolução social. Apreciamos o fato ou não, defrontamo-nos com o colapso estrutural e o rompimento dos valores. Esse é o material que compõe as revoluções sociais, e é isso o que está ocorrendo. Nossos valores e instituições estão sob pressão, pois têm de adaptar-se à modificação e evolução se desejarem sobreviver na nova ordem. À nossa sociedade não falta o conhecimento objetivo que trará uma resposta eficaz. Falta-lhe apenas a maturidade necessária para aplicar tal conhecimento e método científico ao próprio homem e aos assuntos humanos. Também lhe falta a filosofia básica em que fundamentar seus programas de ação, para criar um campo de força e para captar a imaginação, a fim de mover eventualmente a montanha proverbial. Pelo menos em teoria, contudo, ainda é possível assumir o comando e fazer surgir as modificações sociais, claramente necessárias a um mundo que desperta cheio de expectativa impaciente e emoção sem raciocínio, porém repleto também de justa esperança:

Não temos alternativa se não exercermos a liderança em

seu sentido mais verdadeiro e criativo. Não podemos dar-nos ao luxo de defender um status quo inadequado. Não podemos esperar só sobreviver vendendo um sistema desacreditado de instituições sociais, sob algum novo nome ou escudo. As antigas formas eram boas para sua época, mas não são eternas. Alguns valores por trás dessas formas talvez ainda sejam válidos, mas não se unem a estruturas nem instituições específicas. Descobrir novamente sua validade e inventar novas formas em que possam continuar a crescer, constitui questão de sobrevivência coletiva. Tais transformações planejadas são características positivas de evolução, e a única alternativa à descontinuidade de esforço e à destruição de valores, produzida pela revolução descontrolada.

Aquêles que têm desesperada necessidade de assistência adequada não têm culpa se seus clamores caem em ouvidos incompetentes. Também aqueles que honestamente desejam oferecer auxílio não têm culpa se sua boa vontade, iniciativa e conhecimento são sabotados constantemente pela ignorância, indiferença e corrupção. Temos de reagir instintivamente, de algum modo, para lutar contra a permanência na retaguarda em atitude de defesa, contra os programas que apenas visam acomodar-se às situações e contra a investigação de alguma verdade já óbvia, mas que prossegue indefinidamente em intermináveis debates, simpósios nacionais ou conferências internacionais. Temos de agir.

Como a liderança verdadeiramente inspirada é necessária e desejada, as recomendações apresentadas a seguir dedicam-se ao axioma de que serão aceitas e surgirão no futuro próximo, que a modificação planejada é plausível e que a marcha social continua para o progresso genuíno não será obra do acaso.

B. Especificações

1. Integração:

O sucesso final depende de abordarmos de modo integral o problema sócio-econômico e educacional da América Latina. Por esse motivo temos de criar imediatamente uma ECLA educacional para coordenar seus estudos e programas de ação com a já existente ECLA econômica. Este Instituto máximo em matéria de educação tem de ser capaz e estar autorizado a:

- a) Desenvolver uma filosofia educacional para o Continente;
- b) Reunir e manter estatísticas educacionais fidedignas;

- c) Elaborar programas de ação em todos os níveis educacionais e para todos os países;
- d) Dar a máxima importância a todos os assuntos educacionais e conceder os meios financeiros para cumprir tal programa separada e coletivamente;
- e) Criar e manter uma Consultoria para as universidades Latino-Americanas.

2. Educação Superior:

O desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade é função direta de seu desenvolvimento educacional, mas é a educação superior na América-Latina que esperamos criar ou impedirá o progresso continental. A universidade como gene social pode modificar as características da sociedade, se mutações favoráveis forem produzidas. A criação de uma Consultoria para a Universidade deve ser considerada de máxima importância, assim como tudo que se relaciona com o desenvolvimento estrutural da Universidade Latino-Americana.

3. Universidade.

A universidade Latino-Americana tem de consolidar sua autonomia e adquirir muito maior porção de independência genuína. Aqui, a melhor forma legal para alcançar maior liberdade é transformar a universidade estatal numa fundação privada. Há tempos isso foi recomendado pela CAPES para o Brasil e recebeu mais atenção no ano passado, num estudo realizado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, tendo sido posto à prova pela recentemente criada Universidade de Brasília. Sob tal procedimento a Universidade deverá ser:

- a) Legalmente independente e particular;
- b) Financiada por grandes doações anuais, pelo Estado, como faz a tradição britânica;
- c) Livre do controle estatal e interferência do Estado;
- d) Completamente dissociada do serviço civil;
- e) Politicamente neutra.

4. Reforma Estrutural:

- a) Diversificar facilidades educacionais, enquanto as responsabilidades administrativas são centralizadas;

- b) Espandir a base da pirâmide educacional;
- c) Integralizar cursos, currículo, equipamento e pessoal;
- d) Romper o monopólio da tradicional Faculdade profissional sobre todas as questões acadêmicas;
- e) Eliminar as prerrogativas da Cátedra;
- f) Revisar adequadamente os estatutos, regulamentos, leis correlatas e códigos educacionais.

5. Reforma Acadêmica:

a) Promover nova filosofia educacional e modificação no âmbito das relações entre professor e estudante, modificando a estrutura:

(1) Em vez de memorização haverá o adestramento do raciocínio lógico e independente;

(2) Em vez de rebelião e hostilidade contra todas as formas de autoridade, haverá cooperação, interesse, respeito e disciplina;

(3) Em vez de politicagens haverá outras atividades estudantis mais produtivas;

b) Adotar e adaptar técnicas educacionais quanto à:

(1) Construção e integração do currículo;

(2) Modernização dos cursos principais existentes e criação de novos sem mais sobrecargas administrativas;

(3) Estabelecimento de um calendário universitário e períodos semestrais fixos;

(4) Eliminação da dicotomia existente entre cursos e exames;

(5) Eliminação de todos os exames orais e dos exames de segunda época;

(6) Seleção, admissão e acompanhamento do estudante;

(7) Orientação, auxílio, emprego, colocação e atividades estudantis;

c) Introdução de esportes e atletismo em ampla escala, através da criação de departamentos de Educação Física para toda a Universidade.

- d) Restringir a proporções razoáveis a repetição dos cursos e anos;
- e) Proporcionar as condições sociais e econômicas para o "tempo integral geográfico" dos professores de cursos básicos fundamentais e para aqueles que se dedicam a atividades de pesquisa;
- f) Expandir os corpos docentes em todos os campos, dentro da estrutura de um Departamento realmente integralizado;
- g) Organizar critérios acadêmicos para a seleção, admissão, expulsão, classificação, exames, promoção, colação de grau e medidas disciplinares;
- h) Promover o desenvolvimento da ciência, criando ambiente propício ao seu progresso, principiando de baixo com cursos básicos sólidos e integrais em vez de principiar do alto com institutos de pesquisa em nível elevado;
- i) Melhorar os padrões educacionais proporcionando graus e equivalentes, correspondentes aos níveis B.A., B.S. e M.A., assim como estabelecer os requisitos mínimos coordenados para os graus ... Ph.D.
- j) Criar "Estudos Gerais" fora da estrutura da Faculdade e promover cursos principais em número sempre crescente de campos e especialidades, através da combinação adequada de alternativas possíveis com os mesmos alicerces acadêmicos básicos.

6. Reforma do Programa de Ação:

- a) Estabelecer e promover genuíno programa universitário em nível do Conselho Universitário;
- b) Preparar e aprovar uma lista das prioridades mais elevadas relativas ao desenvolvimento universitário, e depois levar a efeito cada passo sucessivo com esforço verdadeiramente contínuo;
- c) Expandir contatos e pontos de união com a comunidade, a indústria, o comércio e a agronomia circunvizinhos;
- d) Consolidar a posição universitária dentro do panorama de desenvolvimento econômico da nação, como instrumento de desenvolvimento útil, significativo e ativo;
- e) Autorizar novas construções somente depois que a atividade a ser beneficiada for posta à prova em prédio antigo, para que fique definida e sejam estabelecidas empiricamente relações funcio

nais duradouras entre os membros da equipe;

f) Idealizar e executar um Plano de Desenvolvimento Geral.

7. Reforma Administrativa:

a) Centralizar toda Administração Universitária:

(1) Retirando da Secretaria Geral todos os assuntos administrativos universitários;

(2) Indicando um administrador universitário;

(3) Criando nova equipe administrativa, adequadamente designada para esse objetivo.

b) Integrar todos os critérios e práticas administrativas / para cada unidade universitária, para admissão e seleção dos servidores, seus direitos e obrigações, salários, seguro, aposentadoria e outros benefícios;

c) Separar todos os servidores do status, regulamentos e limitações de salário do serviço público;

d) Estender o contrato pessoal a todos os membros da equipe administrativa e do corpo docente da universidade;

e) Criar um arquivo central dos servidores;

f) Criar uma carreira universitária;

g) Retirar os estudantes da administração.

8. Reforma Fiscal:

a) Proporcionar independência financeira colocando à disposição de cada universidade grandes subsídios anuais, baseados no sistema britânico e sem compromissos;

(1) Isso seria melhor conseguido através do estabelecimento de uma percentagem legal no orçamento anual, garantido automaticamente e liberado no início de cada ano fiscal ou do calendário.

b) Libertar a universidade da fiscalização estatal indevida;

c) Revisar as práticas orçamentárias e estabelecer apenas um número restrito de categorias fixas, tais como salários, equipamentos, suprimentos, pesquisa, manutenção e construção;

d) Proporcionar educação superior paga, cobrando taxas sobre a educação, em escala crescente, durante um período de 10 anos:

(1) A responsabilidade financeira deve alcançar a base de 50/50; o estudante paga a metade de seu custo, correspondendo a outra metade à universidade;

(2) Um fundo escolar realmente eficaz deve ser estabelecido com êsses fundos adicionais, para auxiliar os estudantes verdadeiramente desprivilegiados a compensarem o prejuízo sofrido com a perda da educação grátis;

(3) Assim a universidade não estará fechada aos estudantes capazes, mas com poucos recursos;

e) Colocar um profissional capaz trabalhando em tempo integral para o desenvolvimento adicional da renda universitária, através de investimentos produtivos e remunerativos, e do estabelecimento de um fundo de doações, coleção de contribuições dos pós graduados e outras formas.

9. Reforma Social:

O desenvolvimento social depende de pessoal habilitado. Todo argumento desta análise aponta para essa conclusão. O exposto também demonstra que pessoal habilitado é justamente o recurso que mais falta. Contudo, existe uma fonte livre de pessoal pelo menos relativamente qualificado na América-Latina que está disponível e que poderia ser colocado imediatamente no trabalho e aperfeiçoamento social: é o diplomado universitário.

Já adquiriu algum conhecimento, alguma experiência, algumas técnicas além das conhecidas pelo cidadão médio ou daquelas à disposição da burocracia estatal como um todo. Ele obteve tudo completamente grátis e adquiriu conseqüentemente licença para usufruir todas as vantagens em seu próprio benefício. Seria demais pedir-lhe que retribuísse, através de serviços prestados à comunidade, pequena parte de seu débito?

Aqui temos uma gloriosa oportunidade para usar de algum modo construtivo aqueles 5 entre cada 10 000 cidadãos que obtêm grau universitário. Tal serviço prestado ao país é muito mais importante do que o serviço militar e poderia muito bem substituí-lo. Todos os universitários no último ano, após o término de seus estudos e exames, mas antes de receber os graus ou títulos, deveriam dar pelo menos um, ou preferivelmente dois anos de serviço para a sociedade. Isso em troca da educação grátis recebida e

dos futuros privilégios que lhes são exclusivos.

Teriam de trabalhar - nos campos do conhecimento adquirido - em alguma parte do interior. O Estado, juntamente com as universidades, estabeleceria regulamentos para o serviço, pagamentos e facilidades, enquanto abriria novos canais administrativos para o pioneirismo nacional do serviço social. Da noite para o dia, o país adquiriria suprimento amplo e regular de serviços profissionais melhores do que nenhum, nas zonas rurais, onde são mais necessários e sempre faltaram até agora.

Súbito a nação receberia mais centenas de professores primários e secundários, de construtores de estradas e casas melhor preparados, de melhores equipes para a saúde pública e primeiros socorros, onde ninguém existia antes. Os farmacêuticos poderiam trabalhar em análise clínica e os economistas em estudos sócio-econômicos do interior. Os agrônomos seriam colocados em vilas longínquas para melhorar idéias e métodos de trabalho primitivos da população / ignorante. Grupos seriam enviados a determinadas áreas, sob a orientação de qualquer profissional mais antigo, para resolver um conjunto de problemas essencialmente primitivos e simples.

Tudo isso pressupõe, é claro, completa reorientação do aparelho governamental para planejar, financiar e absorver com eficiência esse "Corpo da Paz" nacional, para o crescimento e expansão nacionais. Mas a não ser que a América Latina mobilize todo o seu potencial e que todo governo empreenda campanhas para-militares disciplinadas e bem organizadas para erradicar a moléstia, ignorância e produção sub-marginal, nenhuma quantidade de novos empréstimos ou doações irá salvá-la do desastre.

Exemplificações:

Tanto em Concepción, no Chile, como em Tegucigalpa, Honduras, esses princípios de reforma universitária e postulados para a filosofia meta-educacional foram aplicados. Em resultado, as instituições foram reorganizadas e a tentativa tornou-se um sucesso. A importância disso é excessiva, porque através dessas duas experiências vivas temos em primeiro lugar a prova da validade da teoria. Também contradizem o ceticismo que (em defesa de uma política de inatividade e a favor do status quo) declara resignada ou raivosamente que toda essa tolice poderia dar certo em Londres ou Nova York, mas certamente não na América Latina.

Durante dez anos lutei contra essa atitude negativa em toda parte e agora creio que demonstrei estar errada. Ambos os ambien -

tes em que essas idéias foram implantadas e executadas pertencem a este continente, embora representem dois extremos opostos. É claro que isso apenas aumenta a validade de minhas contensões, uma vez que essas diferenças surgiram de fatores institucionais, nacionais, geográficos, climáticos, sociais e econômicos que mal poderiam ter sido melhor selecionados para essa justaposição essencial. Por maior que seja a oposição entre essas duas universidades, cada uma a seu modo pediu e aceitou esse tipo de assistência orientadora que poderia conduzi-la, e de fato o fez, à reforma estrutural fundamental.

Institucionalmente, uma é bem particular e a outra é nacional estatal; a primeira é uma entre sete universidades do país, a segunda é a única Universidade Nacional aberta. Sociologicamente, o Chile está à frente em todos os assuntos educacionais, enquanto Honduras ainda se encontra em baixo. Geograficamente, as duas estão em dois locais extremos opostos, e climatologicamente a primeira está na zona temperada Sul e a segunda na zona tórrida. Sob o ponto de vista sócio-econômico, são igualmente opostas, embora relativa frugalidade caracterize ambos os países.

Nessas duas sociedades dissemelhantes, duas universidades diferentes decidiram descer suas Faculdades, romper a "Cátedra", criar novas unidades universitárias além das Faculdades, estabelecer e expandir o serviço em tempo integral nos cursos básicos e para os professores realizando pesquisas, além de iniciar sua centralização administrativa e padronização. Em ambos os casos, as novas unidades criadas foram feitas especialmente de acordo com as necessidades e recursos locais, mas foram capazes de empreender as gigantescas tarefas de reforma, à frente.

1. As novas estruturas permitem a utilização eficaz e econômica dos cursos abertos segundo todos os currículos escolares profissionais, de acordo com o necessário.

a) Em nível de nenhum modo pré-universitário houve integração dos cursos introdutórios das Ciências Naturais, que já existiam isoladamente, muitas vezes quintuplicados, além de criar uma série de cursos de humanidades, até aqui inexistentes.

2. As novas estruturas permitem flexibilidade acadêmica e diversificação, baseadas no critério de máxima economia e integração.

3. Também permitem nova gama de atividades acadêmicas e científicas até aqui ausentes na universidade, dirigidas para a satisfação das necessidades genuínas da comunidade.

4. A nova estrutura permite que número sempre crescente de jovens adquiram educação superior, sob melhores condições.

O que dissemos não é apenas raciocínio utópico ou fraseologia vaga disposta no papel, mas é uma realidade em funcionamento. Essas novas estruturas são diferentes de tudo o que até aqui foi conhecido ou tentado na Universidade Latino-Americana, e é uma antítese viva às Faculdades tradicionais. Seus quatro objetivos de longo alcance são:

1. Servir às escolas profissionais, ajudando-as a preparar, de modo integral e eficiente, aqueles estudantes que pretendem seguir algumas das carreiras profissionais.

2. Estabelecer número extenso de cursos preferenciais não profissionais, desenvolvidos do início ao fim nas novas unidades.

a) A medida que o sistema crescer, número ainda maior de combinações acadêmicas possíveis serão disponíveis à universidade em geral, baseadas no número crescente de cursos isolados usados como alicerces para as carreiras acadêmicas.

3. Economizar para a universidade recursos tanto humanos como materiais, através da integração e concentração de:

a) Todos os serviços associados, num único lugar;

b) Todo pessoal acadêmico de um campo relacionado com o conhecimento humano, num mesmo departamento;

c) Todos os estudantes desejosos de estudarem determinada matéria, num único curso.

4. Criar ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento da pesquisa científica, concentrando todos os recursos materiais e humanos em unidades verdadeiramente coordenadas e interdependentes.

Tudo isso se relaciona às modificações estruturais que ocorreram e estão em evidência. As modificações na qualidade do produto não podem ser tão facilmente percebidas ou sujeitas a medida, pelo menos até agora.

Embora o currículo científico básico tenha sido revisto com capacidade e imaginação, seu impacto sobre o estudante não aparecerá durante diversos anos. Aqui apenas a lógica pode extrapolar possíveis desenvolvimentos futuros ou indicar que resultados devem ser esperados na nova estrutura.

Contudo, há um único fator que já encontramos, depois que o novo sistema foi aplicado em ambas as universidades pela primeira vez, durante o ano acadêmico de 1960. Por mais inadequada que tenha sido sua aplicação, por mais interrompida que tenha sido por circunstâncias além do controle dos planejadores, um resultado foi aparente em ambos os lugares: o número de primeiro-anistas que fizeram o curso pela primeira vez, que passaram pelos cursos de Ciência e foram promovidos ao segundo ano universitário, elevou-se tão espetacularmente que o fenômeno constitui sem dúvida um fator de controle significativo para avaliação futura.

Todo professor universitário da América-Latina sabe que os resultados do primeiro ano são em geral desastrosos. Em média, mais de 70% dos estudantes primeiro-anistas são reprovados. Muitos repetem inúmeras vezes o primeiro ano. Apesar desse peso injustificado sobre o orçamento os sistemas prevaletentes toleram essa situação, principalmente por ignorarem se essa elevada percentagem de reprovados deve-se à incompetência do estudante, ao ensino fraco ou a ambos os motivos. De qualquer modo, os resultados são iguais na maioria dos lugares e a percentagem absurda de reprovados é responsável tanto pelo alto preço dos estudos universitários per capita, como pelo número proporcionalmente baixo de universitários que colam grau.

Dentro deste quadro surgiu o novo sistema com sua estrutura, métodos, currículos, embora os novos professores não fossem em número suficiente para constituírem fator contribuinte decisivo. Em outras palavras, tudo permaneceu aproximadamente como estava, a não ser pela variação na forma de abordar o ensino e as matérias lecionadas, dentro do novo quadro de referência. Além do mais, enquanto em Honduras o ano principiou tarde, no Chile foi interrompido por terremotos, que só poderiam tornar as condições piores do que já eram. Entretanto, depois de um único ano de experiência, após a primeira aplicação do novo método em situação desvantajosa, houve reversão da porcentagem de aprovados e reprovados. Nesse ano, entre 50% e 70% passaram e foram promovidos. Comparando-se esse resultado com os 70% repetentes, houve notável reversão e sucesso capaz de ser medido, o que nos dá uma promessa objetiva de qualidade melhorada para o futuro.

Aqui vai a justa esperança de que esses exemplos não sofrerão a morte lenta pela inércia, nem continuarão a sobreviver como exceções sem paralelo. Devem ser usados para afastar-nos do atual impasse, porque provaram seu valor e capacidade para realizar aquilo que afirmavam ser impossível. Devem ser usados para apontar o

caminho de um futuro mais promissor, porque necessitamos urgentemente de uma via construtiva para o progresso social e aperfeiçoamento humano.

Rudolph P. Ateco

Tegucigalpa, D.C. - Honduras C.A.

Março 31, 1961

Traduzido de "Die Deutsche Universitäts"

Zeitung 2/1962

Verlagsort Frankfurt am Main 17 Jahrgang

Februar 1962

Rudolph P. Atcon, "The Latin American University", Die Deutsche Universitäts Zeitung, 2/1962, 28-32 pp.

2. Estudantes:

A Universidade, como instituição, começou quando um grupo de cidadãos se reuniu em torno de um homem com um livro e pagou-o para lhes interpretar o conteúdo do texto. Naturalmente as coisas mudaram desde os dias de Abelardo e os adultos de séculos passados, que pleitearam a exégese dos eruditos, têm pouco em comum com a juventude atual imersa num currículo universitário contemporâneo. Portanto, parecerá um tanto forçado apontar aquêles antecedentes como uma base legal para as relações entre estudante e professor; para mostrar que o professor foi, é e deverá ser sempre / dependente da boa vontade e iniciativa de seus alunos. No entanto, fundamentalmente, é o que ainda ocorre na América Latina. Essa teoria, raramente expressa, serve de base para os múltiplos fenômenos das atividades dos estudantes universitários locais, suas exigências, pressões e campanhas.

Baseados em justificativas políticas que não mais se aplicam inteiramente, os estudantes latinos mantêm uma espécie muito peculiar de caricatura do sistema medieval. É bastante verdadeiro que a tradição política deste continente não é, nem nunca foi, edificante. As décadas que seguiram às guerras da revolução contra os poderes ibéricos foram décadas de convulsão social e arbitrariedades políticas. Por circunstâncias, na maioria das vezes, fora de seu controle, as escolas eram obrigadas a inventar medidas protetoras contra a incursão arbitrária do poder político primitivo nos / negócios de instrução superior, cultura e artes. Um resultado foi a inviolabilidade da cátedra, para proteger o professor contra transgressões do poder secular. A participação e a interferência estudantil no destino político de seus países foi outro.

Assim que os excessos seculares se tornaram por demais numerosos ou insustentáveis para a sociedade, de modo geral, a Universidade - liderada pelo seu corpo discente - protestava. Reações emocionais a situações emocionais resultaram em greves, demonstrações, manifestos e violência aberta. Uma história sangrenta de atitudes irracionais ou levava à sufocação das atividades universitárias e à eliminação dos líderes estudantis ou contribuía para a queda do regime.

Quando os estudantes sofriam, o país tinha mártires. Se o governo caía, a nação tinha heróis. De qualquer modo, os estudantes eram levados a adquirir "status", prestígio e poder político sempre crescentes. Também adquiriram um direito divino de interferir. Mas mártires ou heróis não produzem bons estudantes. Isso só os levou forçosamente a um menor interesse no conhecimento real e a um interesse correspondentemente maior em política e agitação. Quando uma multidão atinge a rua para lutar por liberdade, paz, democracia e justiça, tende a não premiar a razão. De fato, ela não pode. Como consequência, os estudantes desenvolvem uma tendência para clamar contra seus adversários, usando slogans e desencadeando emoções mais do que utilizando a razão e os fatos. Além do mais, êles dificilmente possuem fatos suficientes - sobre os quais raciocinar - caso contrário, não seriam estudantes. No entanto, seu poder social, assim adquirido historicamente, hoje lhes permite levar suas técnicas e mentalidade de barricada diretamente para a sala de aula. E isto, para dizer o mínimo, não é o ambiente mais próprio para uma busca disciplinada, serena, ordenada e séria da verdade.

A política é a base de todas as atividades estudantis. Não uma política estritamente universitária, mas uma política ligada aos problemas nacionais. As eleições para os diretórios acadêmicos se realizam dentro das grandes linhas partidárias da política nacional. Não é o desportista que se torna representante de sua turma, mas o estudante que se identifica com a opinião política majoritária dentro da faculdade.

Por estranho que pareça, é justamente através de tais atividades estudantis que a política nacional é introduzida nas faculdades para exercer pressão política sobre os assuntos universitários. Muito embora todas as pessoas, dentro e fora da universidade, afirmem detestar tal prática; muito embora os próprios estudantes se apresentem como Defensores da Fé na autonomia e independência universitárias, a interferência não acadêmica em assuntos estritamente universitários se faz através da porta da politicagem. E os estudantes mantêm esta porta aberta.

O clamor para libertar a faculdade de uma interferência indevida e externa é apenas uma fraude na maioria das universidades latino-americanas. Do ponto de vista financeiro, todas dependem do Estado. Embora as faculdades sejam ostensivamente neutras, a política partidária, refletindo fielmente os partidos políticos nacio-

nais, se imiscui entre professores e alunos. Em muitos casos, se inverte a situação em relação aos líderes da nação e a universidade se atribui todos os direitos de interferir no governo, ao mesmo tempo que proclama a necessidade de liberdade face à interferência do Estado. Através de suas próprias ações e afiliações os estudantes são, em tudo isso, os principais responsáveis. Embora estejam sempre defendendo ardorosamente uma independência universitária pouco definida, são, na realidade, os determinantes da participação / política da universidade em todas e quaisquer áreas.

Quando algum acontecimento, acadêmico e social, descontenta a um número pequeno de estudantes, todo o corpo discente entra em greve. A universidade é impotente para lidar com as greves e geralmente cede à pressão. Uma vez que praticamente tudo pode resultar em vantagem, do ponto de vista político, os estudantes recebem, direta ou indiretamente, apoio das chefias político-partidárias e até mesmo do congresso. Em tais circunstâncias, a universidade fica obrigada a atender a tudo aquilo que lhe é pedido.

Por outro lado, se qualquer partido político decide promover uma orientação específica, uma das armas mais poderosas para pressionar a sociedade, o governo ou um partido rival, é incentivar uma greve estudantil. Isto pode ser rapidamente feito através dos estudantes que militam no próprio partido. Dessa maneira, a universidade se encontra, com frequência, profundamente envolvida em problemas com os quais pouco ou nada tem a ver. Frequentemente é obrigada a se decidir entre alternativas em relação as quais não deveria se identificar ou não gostaria de fazê-lo. Toda a Universidade sofre as consequências de tal situação, mesmo que não contemos o tempo que é subtraído aos estudos e o prejuízo acarretado a uma concentração séria pela fermentação geral e prolongada da vida universitária.

O imperialismo soviético e chinês não deixa passar despercebido ou sem uso tal estado de coisas. A política soviética / reconhece a potencialidade dessa situação para o desenvolvimento de seus próprios objetivos políticos. Nas circunstâncias que descrevemos acima, só se fazia necessário introduzir, com habilidade, a política partidária comunista numa aparelhagem já toda montada. Há mais de vinte anos atrás, foi iniciado o processo demorado e complexo de obter adeptos nas organizações universitárias estudantis, de formar um grupo fiel de seguidores e de canalizar a irresponsabilidade dos jovens e sua necessidade de rebeldia frente a todas

as formas de autoridade para os objetivos revolucionários. Considerando a revolta sincera dos moços contra a injustiça social, a fome e a desesperança, a imaturidade adolescente pode ser dirigida para um chauvinismo de orientação soviética.

Não era tarefa fácil, mas a vitória foi obtida através de um planejamento eficiente, disciplina e perseverança. Foi também possível porque os regimes democráticos nada tinham a oferecer. Hoje em dia, ao lado dos sindicatos emergentes, as federações estudantis representam as novas forças sociais no continente. Elas conseguiram usurpar o poder dos partidos políticos tradicionais; conseguiram vencê-los em brilho e em projeção; conseguiram derrotá-los em todos os setores de cena nacional e representam a dinâmica relevante de presente. Dessa maneira, o futuro a eles pertence. Apenas os exércitos são ainda mais fortes, apoiados em uma situação de fato e em uma força bélica. Mas o sentimento popular se inclina para os estudantes e para a classe operária que agora surge. E estas duas forças novas já foram infiltradas e já são fortemente orientadas pela extrema esquerda.

As eleições estudantis são vencidas por aqueles que usam uma plataforma revolucionária e anti-norte-americana. E assim uma dúzia, ou pouco mais, de líderes pode falar em nome de milhares de estudantes, em nome de suas universidades e mesmo em nome de toda a nação. Eles realizam demonstrações e decretam greves; fazem substituir reitores, ministros de Estado e mesmo todo o governo. A tradição, que dirigiu outrora esta fúria contra a ditadura e a opressão, faz com que seja impossível parar tais abusos. Nem as leis nacionais nem os regulamentos universitários podem fazer parar essa força, agora que ela já se desenvolveu totalmente. E uma falta incrível de visão permitiu que tais movimentos escapassem ao controle das autoridades. Mas o que é mais incompreensível é a inércia continuada e a falta de interesse, manifestada pelas autoridades em todos os níveis, em relação a um assunto que é, na realidade, vital para a sua própria sobrevivência, para não mencionar a sobrevivência de seu modo de vida.

Como foi indicado anteriormente, a maioria das universidades latino-americanas não têm política própria. Os diretores das universidades não exercem liderança, não têm idéias nem verdadeiro interesse acadêmico ou científico. Como instituição, a universidade flutua sem leme nos altos mares dos incidentes sociais. Neste vácuo de poder, os estudantes surgiram como heróis ou mártires e ad

quiriram o direito de interferir em tudo o que atrai a imaginação de uns poucos exaltados. Portanto, nada mais natural do que os estudantes interferirem em questões acadêmicas e administrativas da universidade - especialmente quando as autoridades universitárias estão acostumadas a não dar atenção adequada e rápida aos problemas que deveriam constituir sua legítima preocupação. Em vista disso, o estudante político surge além do mais como reformador social, como perito em assuntos acadêmicos e até mesmo como administrador social. Tudo isso é consequência direta da circunstância histórica que o transformou numa força social.

Esse poder conduziu à situação peculiar em que os estudantes não consideram mais a universidade como um lugar de estudo, mas como um lugar onde permanecer. Não estão na universidade para aprender, para serem disciplinados e educados acadêmica, científica e cívicamente. Eles são os que decidem exatamente como a instituição deve ser dirigida, são eles que determinam o que deve aprender e por quem devem ser ensinados.

Essa situação invertida ameaça as próprias bases da ordem social. Em nome de uma noção completamente errônea de democracia, os estudantes exigem e adquirem o direito de determinar as condições sob as quais indulgentemente concordarão em ser estudantes. Cheios de si, sentindo-se importantes como reformadores sociais e intrigantes políticos, julgam também natural estar qualificados para dirigir a universidade em que deveriam aprender. Como fôdas as crianças, detestam a disciplina e não gostam do esforço. Contudo, o conhecimento, quando sério, não pode ser adquirido sem disciplina e esforço. Se dermos aos estudantes o poder de afastar um professor, seja porque é incompetente seja porque não é benquisto, a aprendizagem sai pela janela e o caos entra. É exatamente o que ocorre e o resultado só pode ser desastroso.

Em alguns países, metade dos membros do conselho universitário é estudante. Em outros lugares, eles têm um terço dos votos, cabendo os outros dois terços a pessoas formadas pela universidade e aos professores. Mas os números por si só não têm relação intrínseca com o próprio processo. Se investido de poder, um único estudante, sentado no conselho universitário, pode tornar completamente inoperante a mais respeitável assembléia.

É como um espião inimigo, participando de uma reunião geral do corpo docente. Se tudo o que fôr dito ou proposto fôr /

transmitido, após algumas horas, não apenas às organizações estudantis, mas até a líderes no congresso ou aos partidos nacionais da o posição, ninguém ousará dizer o que pensa realmente ou propor alguma medida impopular, porém necessária.

Assim, uma importante assembléia deliberativa - composta de homens que por sua própria posição e sabedoria valorizam seu tempo e poderiam contribuir para o funcionamento da assembléia - tem sua eficácia anulada. As sessões do conselho tornam-se inúteis quando poderiam ser muito produtivas. São perigosas, também, para seus membros profissionais, porque tudo o que dizem pode, mais cedo ou mais tarde, ser usado contra eles. Este é outro motivo pelo qual a política universitária não pode desenvolver-se facilmente.

As relações entre professor e aluno são intrinsecamente deficientes. Revoltando-se abertamente contra a imagem paterna, alimentado pelo gosto recentemente adquirido das lutas de classes, o estudante latino-americano vê um inimigo pessoal em cada professor ou membro do corpo não estudantil da universidade. Prevalece a mesma atitude psicológica característica das hostilidades e rivalidades entre empregado e empregador. Por definição, nada promovido pelas autoridades universitárias está jamais certo. Por extensão lógica, nada do que os estudantes propõem está errado. Essa atitude/infantil, imatura e intolerante - invariavelmente adotada em nome da democracia e de igualdade - torna quase impossível a verdadeira compreensão entre as partes opostas. Assim, ainda que considerássemos lógico e desejável colocar estudantes em conselhos orientadores da política e administração universitárias, a falta de conhecimento e a hostilidade patológica fariam com que, apesar da semelhança com o "dar e tomar" existente no parlamento, a questão fosse unilateral: os professores dariam e os estudantes tomariam.

Moralmente a situação é ainda muito pior. Num mundo re- virado, onde os jovens, ignorantes e inexperientes, conduzem os mais velhos em círculos, nenhum conceito de excelência ou valor pode existir. A vida universitária, baseada no conceito da intriga e política, sabotagem e perfídia, não proporciona base para produzir retidão cívica e responsabilidade moral. Uma sociedade em que os jovens só têm direitos e nenhuma obrigação é uma sociedade destinada à destruição.

Este foi o produto de uma longa cadeia de procedimentos sociais incorretos, perpetuados durante décadas por homens públicos

que não possuíam autoridade verdadeira. Quando o pai falha como pai, o professor como professor, o reitor como reitor e assim por diante, a resultante é um vácuo de poder no qual a autoridade é rejeitada e desprezada. Os estudantes apenas preencheram esse vácuo de autoridade quando descobriram que havia espaço vazio, semelhante a "terras de ninguém", entre eles e os mais velhos. Agora, eles se opõem frontalmente a qualquer medida, por mais bem intencionada que seja, mas que possa pôr em perigo sua própria situação nestas "terras sem dono". Utilizam todas as táticas conhecidas, para impedir que os diretores de escola assumam a posição de liderança que por direito lhes pertence.

Qualquer iniciativa séria, tomada pelas autoridades, para estabelecer uma política universitária e firmar sua liderança, é rejeitada imediatamente. Essa atitude negativa não tem relação com o valor intrínseco desta ou daquela medida oficial. É tomada porque qualquer iniciativa construtiva é corretamente interpretada como ameaça ao poder estudantil na ordem social prevalecente.

Isso resultou na defesa estudantil de muitos interesses adquiridos. Os estudantes se envolveram em tantas experiências moralmente corrosivas, em tantas atitudes negativas para com a vida e o progresso, com tão pequeno conhecimento real dos fatos e pessoas, que estão constantemente na defensiva. Sua primeira reação é não, porque são prisioneiros de sua própria negação da vida.

É triste, porém verdadeiro, o fato de que o estudante universitário é o elemento mais reacionário na sociedade latino-americana de hoje. Devido à sua rebeldia, a seus slogans revolucionários, o estudante é realmente uma força negativa na ordem social. É membro de uma elite, criado no privilégio, livre da disciplina ou do conhecimento e arrogante pela sensação que o poder lhe dá. Pouco resta do lindo quadro pontado pelos humanistas, que descrevia uma juventude repleta de idéias, impulsionada pela energia e imaginação, não embarçada por experiências moralmente erosivas e desejosa de contribuir para o bem estar da humanidade.

Muito trabalho cuidadoso e inteligente terá de ser iniciado e realizado sem descanso, para consertar a situação que parece quase insolúvel. Minha convicção é a de que MEDIDAS LEGAIS NÃO CONSEGUIRÃO REPARAR O DANO. Apenas uma nova orientação estrutural de toda a universidade colocará os estudantes diante da alternativa de trabalho árduo ou de fracasso. Quando os cursos se tornarem re-

almente cursos e os estudos tiverem em vista o conhecimento e não os diplomas, o estudante automaticamente reverterá à sua função adequada. Quando os homens encarregados da administração universitária forem homens de conhecimento e responsabilidade, quando exercerem sua autoridade sem medo ou hesitação, os estudantes abandonarão o espaço vazio que ocupam hoje em dia. Desistirão, voltarão às suas classes e livros. Apenas quando o estudo universitário se tornar uma ocupação de tempo integral, os estudantes descobrirão / que não dispõem de tempo livre para intrometer-se em política e para preocupar-se com assuntos não universitários. Então, as questões acadêmicas retornarão ao normal e os estudantes voltarão automaticamente ao seu lugar.

* * *